

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL - PROPUR**

DOROTHÉE MARGUERITE MARIE SY

**O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DE LAJEADO/RS:
um estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais
Novo Tempo I e II do programa MCMV**

**PORTO ALEGRE
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Sy, Dorothée Marguerite Marie

O papel do Estado no processo de segregação sócio-espacial na cidade de Lajeado/RS: um estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II do programa MCMV / Dorothée Marguerite Marie

Sy. -- 2018.

140 f.

Orientador: Carlos Ribeiro Furtado.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Segregação sócio-espacial. 2. Habitação de interesse social. 3. Programa Minha Casa Minha Vida. 4. Cidade de porte médio. I. Furtado, Carlos Ribeiro, orient. II. Título.

DOROTHÉE MARGUERITE MARIE SY

**O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DE LAJEADO/RS:
um estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais
Novo Tempo I e II do programa MCMV**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Linha de Pesquisa, Cidade, Cultura e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Ribeiro Furtado

**PORTO ALEGRE
2018**

DOROTHÉE MARGUERITE MARIE SY

**O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL NA CIDADE DE LAJEADO/RS:
um estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais
Novo Tempo I e II do programa MCMV**

Esta dissertação foi analisada e julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Furtado

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio David Cattani (UFRGS) _____

Pós-Dr. pela Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales

Profa. Dra. Wrana Maria Panizzi (UFRGS) _____

Dra. pela Sorbonne Paris I e III

Profa. Dra. Maria Soares de Almeida (UFRGS) _____

Dra. pela Universidade de São Paulo-USP

Dedico esse trabalho a meus filhos
Angel, Isabelle e Béatrice.

AGRADECIMENTOS

A todos que de diversas formas contribuíram para a realização deste trabalho, expresso meu agradecimento, muito especialmente:

Ao professor Carlos Ribeiro Furtado, que como orientador auxiliou-me na elaboração deste trabalho com dedicação. Agradeço os preciosos conselhos e por compartilhar a experiência.

Aos professores e à equipe administrativa do PROPUR, que contribuíram com seus ensinamentos para a minha formação e meu engrandecimento.

Aos colegas do curso, pelas trocas de experiências e amizade.

À professora Wrana Panizzi, pelo ensinamento durante o estágio que direcionou este trabalho.

À professora Maria Soares de Almeida, pelas importantes contribuições feitas na banca de qualificação.

Ao professor Cattani e membros do jury de avaliação pelos valiosos comentários e sugestões, alguns das quais foram incorporadas a este versão final da dissertação.

À Barbara Weber, pela disponibilidade que facilitou grandemente a pesquisa de campo.

A todos aqueles que, voluntariamente, concederam depoimentos e informações durante a pesquisa de campo deste trabalho: funcionários da prefeitura de Lajeado, CRAS e Sthas, Acordar Treinamentos, Seplan, ALM construtora, Alfa City e moradores dos Novo Tempo, meus sinceros agradecimentos.

À Monique Izoton, pela revisão do português.

Aos amigos e amigas e à família brasileira e francesa, pelo apoio e incentivo incondicional durante essa trajetória de mestrado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a localização dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), na cidade de Lajeado, capital regional do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, em relação aos equipamentos públicos de educação, de saúde e de lazer desta cidade. Partindo dos conceitos de segregação sócio-espacial, apresenta-se um estudo de caso sobre a segregação social e espacial em uma cidade de porte médio. Ao todo, 28 prédios compõem os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II, contendo 16 apartamentos cada, situados na faixa de renda 1, a mais baixa do programa governamental MCMV. Nessa categoria são acolhidas 498 famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. O maior empreendimento social da cidade está situado no lugar de um antigo lixão a céu aberto, no limite entre os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro. O bairro Santo Antônio, tradicionalmente operário, localiza-se em uma região que, desde o início do desenvolvimento da cidade, os moradores sofrem preconceito e estigmatização. O estudo foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica sobre a segregação sócio-espacial, dialogando com dados recolhidos em pesquisa de campo, através de uma análise da evolução espacial geral da cidade, entrevistas e visitas com o método da observação flutuante nos conjuntos habitacionais, e acompanhamento das diversas reuniões pré-ocupação. A hipótese levantada é de que a localização do conjunto habitacional MCMV na cidade reproduz o processo de periferação da moradia de baixa renda, mantendo assim uma lógica segregacionista que caracteriza esse tipo de empreendimento no Brasil. Os resultados parciais apontam para o agravamento da segregação sócio-espacial da população de mais baixa renda. Os efeitos segregativos parecem ser amenizados por ações de solidariedade redistributiva e dos serviços sociais, entretanto, continua operando a lógica da periferação e concentração dos pobres em determinados lugares pouco valorizados da cidade. Além disso, no contexto e nas condições de vida em que os indivíduos se encontram, a concessão de um bem imóvel representa uma evidente ascensão social celebrada por todos.

Palavras-chave: Segregação sócio-espacial. Habitação de interesse social. Programa Minha Casa, Minha Vida. Cidade de porte médio.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the location of the Novo Tempo I and II social housing complexes in the city of Lajeado, the regional capital of the Vale do Taquari, State of Rio Grande do Sul, in relation to the public facilities of education, health and leisure of the city. Starting from the concepts of socio-spatial segregation, a case study is presented on social and spatial segregation in a medium-sized city. The Novo Tempo I and II housing complexes host 498 families in 28 buildings of 16 apartments each. Directed at the lowest category of the government's MCMV program, families with a monthly income of up to R\$ 1,600.00. The largest social housing complex in the city is situated in the place of an old open-air dump, between the neighborhoods of Santo Antônio and Jardim do Cedro. Santo Antônio, a traditionally working-class neighborhood, is located in a region that, since the beginning of the development of the city, residents suffer from prejudice and stigmatization. The study was carried out based on a bibliographical review on socio-spatial segregation, dialoguing with data gathered in the field research through the analysis of the general spatial evolution of the city, interviews and visits to the housing complexes based on the “floating observation” method, as well as following up the various pre-occupation meetings. The hypothesis raised is that the location of the MCMV housing complex in the city reproduces the process of peripherization of low-income housing, thus maintaining a segregationist logic that characterizes this type of enterprise in Brazil. The partial results point to the worsening of the socio-spatial segregation of the lower income population. The segregative effects seem to be softened by actions of redistributive solidarity and of the social services; however, the logic of the peripheralization and concentration of the poor in less valued parts of the city continues to operate. Moreover, in the context and in the conditions of life of the individuals, the concession of a property represents an evident social ascent celebrated by all.

Keywords: Socio-spatial segregation. Social Housing. Minha Casa Minha Vida Program. Medium size city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma dos atores envolvidos na produção para Faixa 1 no PMCMV	29
Figura 2 – Publicidade oficial do programa Minha Casa, Minha Vida.....	34
Figura 3 – Publicidade oficial do programa Minha Casa Minha Vida.....	34
Figura 4 – Dia de sorteio dos apartamentos do Novo Tempo em Lajeado	35
Figura 5 – Escolha dos apartamentos pelos futuros moradores do Novo Tempo	36
Figura 6 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo I.....	38
Figura 7 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo II	39
Figura 8 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo.....	40
Figura 9 – Os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II.....	41
Figura 10 – Obras de infraestrutura no bairro	41
Figura 11 - Localização do município de Lajeado no Vale do Taquari/RS	49
Figura 12 – Vetores do crescimento do município de Lajeado	50
Figura 13 – Divisão da Zona Urbana de Lajeado em setores para análises métricas da paisagem.....	51
Figura 14 – Mapa dos bairros de Lajeado	52
Figura 15 – Mapa dos equipamentos públicos de Lajeado.....	53
Figura 16 – Renda e a presença dos condomínios em Lajeado.....	54
Figura 17 – Mapa Integração Global de Lajeado em 2014	55
Figura 18 – Carta de inundação da cidade de Lajeado.....	56
Figura 19 – Mapa do sistema viário	57
Figura 20 – Mapa da pavimentação.....	58
Figura 21 – Mapa da iluminação pública	59
Figura 22 – Mapa das torres de comunicação	60
Figura 23 – Mapa da rede elétrica de Lajeado.....	61
Figura 24 – Proposta de Plano Diretor Lajeado 2040	63
Figura 25 – Vista dos prédios do PMCMV durante a construção a partir do centro de Lajeado	68
Figura 26 – Os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II durante a construção.....	69
Figura 27 – Vista do apartamento sobre o conjunto vizinho, o cemitério e a linha de alta tensão	71
Figura 28 – Fim do asfalto, entrada do bairro Santo Antônio	72

Figura 29 – Dia da vistoria Novo Tempo I.....	73
Figura 30 – Apartamentos no Novo Tempo I.....	74
Figura 31 – Sala principal do apartamento.....	75
Figura 32 – Espaço de estacionamento no Novo Tempo I.....	76
Figura 33 – Pracinha e quiosque do Novo Tempo I.....	76
Figura 34 – Aula de Yoga no Novo Tempo II.....	77
Figura 35 – Entrada do Novo Tempo II	78
Figura 36 – Pracinha do Novo Tempo II.....	79
Figura 37 – Quadro de informações na entrada do bloco 3 do Novo Tempo II.....	80
Figura 38 – Hall de entrada no Novo Tempo II	81
Figura 39 – Vista sobre o Novo Tempo II e o cemitério, lugar do projeto da horta	83
Figura 40 – Chegada das vans escolares no Novo Tempo II.....	84
Figura 41 – Assinaturas dos contratos Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 17.08.2017	92
Figura 42 – Ação dos jovens do projeto Movimentação. Ginásio de Lajeado, 17.08.2017.....	97
Figura 43 – Dia das crianças no Novo Tempo, 27.07.2017	98
Figura 44 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08 e 25.07.....	100
Figura 45 – Reunião do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 25.07.2017.....	101
Figura 46 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	102
Figura 47 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	103
Figura 48 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	104
Figura 49 – Assembleia geral do Novo tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	107
Figura 50 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	108
Figura 51 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017	109
Figura 52 – Placa informativa na entrada dos prédios do Novo Tempo II	109
Figura 53 – O bairro Santo Antônio, setembro de 2017.....	113
Figura 54 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	114
Figura 55 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	115
Figura 56 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	116
Figura 57 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	118
Figura 58 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	119
Figura 59 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017.....	120

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PDST	Plano de Desenvolvimento Socioterritorial
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PTS	Projeto de Trabalho Social
PTS-P	Projeto Técnico Social Preliminar
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
STHAS	Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO	17
2.2 PAPEL DO ESTADO	19
2.3 MERCADO DE TERRA.....	21
2.4 O CONTROLE DO ESTADO ATRAVÉS DA AÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO ..	23
2.5 IDEOLOGIA	25
2.6 O ESTADO E A QUESTÃO HABITACIONAL	26
2.7 ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL....	28
2.8 FUNCIONAMENTO DO PMCMV.....	28
2.8.1 Aspectos positivos	29
2.8.2 Aspectos negativos	30
2.9 REPRESENTAÇÕES COMPARTILHADAS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.....	31
2.9.1 Interpretação das imagens do Programa Minha Casa, Minha Vida.....	33
2.9.2 Representação e poder	36
2.10 O DISCURSO COMO CONSTRUÇÃO DA VERDADE	37
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	43
3.1 COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS	43
3.2 REDES SOCIAIS	44
3.3 ENTREVISTAS COM MORADORES E RESPONSÁVEIS	44
3.3.1 Contexto das entrevistas	45
3.4 A PESQUISA DE CAMPO.....	45
3.4.1 Contexto da pesquisa de campo	46
3.5 ESCRITA ETNOGRÁFICA	46
3.6 AS IMAGENS	47
4 ESTUDO DE CASO	49
4.1 APRESENTAÇÃO DE LAJEADO, CIDADE DO VALE DO TAQUARI NO RIO GRANDE DO SUL	49
4.1.1 Histórico do desenvolvimento da cidade	50
4.1.2 Orientações futuras para o município: o Plano Diretor Lajeado 2040	62
4.1.3 A visão social do Plano Diretor Lajeado 2040	64

4.2 A FORMAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO	64
4.2.1 A construção da imagem do bairro.....	65
4.2.2 Lugar de exclusão social	66
4.2.3 Equipamentos e serviços urbanos	67
4.3 AGRUPAR OS POBRES: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO TEMPO I E II	68
4.3.1 Etnografia dos conjuntos habitacionais Novo Tempo.....	69
4.3.2 Dia da vistoria do Novo Tempo I	72
4.3.3 Visita ao Novo Tempo II	77
5 OLHARES CRUZADOS SOBRE OS DIFERENTES ATORES DO NOVO TEMPO	85
5.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO NOVO TEMPO SOBRE A ASCENSÃO À CASA PRÓPRIA.....	86
5.2 A ATUAÇÃO DOS GESTORES DO PODER MUNICIPAL LOCAL	91
5.2.1 A escolha da localização	93
5.2.2 A modificação da delimitação do bairro Jardim do Cedro e Santo Antônio.....	94
5.2.3 O trabalho técnico social.....	95
5.2.4 Principais problemas levantados.....	96
5.2.5 Produzindo proprietários	99
5.2.6 Comentários pós-ocupação	104
5.3 VISÃO EMPRESARIAL DO NOVO TEMPO	105
6 A RITUALIZAÇÃO SIMBÓLICA DA AÇÃO DO ESTADO	111
6.1 A CERIMÔNIA DE ENTREGA DAS CHAVES DO CONDOMÍNIO NOVO TEMPO I	111
6.1.1 Atravessar o bairro Santo Antônio até o CIEP	112
6.1.2 A cerimônia	113
6.1.3 Os discursos das autoridades políticas	116
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	131
ANEXO A – ARTIGO DO JORNAL A HORA, DE 27/07/2017	132
ANEXO B – LEI MUNICIPAL 8.951, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012.....	134
ANEXO C – ARTIGO DO JORNAL A HORA, DE 20 DE JANEIRO DE 2018.....	135

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa tem como tema a análise do papel do Estado no processo de segregação sócio-espacial da população de baixa renda, com foco no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Implementado pelo Governo Federal em 2009 por meio da lei nº 11.977, o programa tem o objetivo de “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00” (BRASIL, 2009).

O PMCMV, maior programa habitacional do Brasil desde a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) em 1964, tem tido como resultados conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas isoladas e distantes dos setores de comércio e serviços. Muitas vezes, estão localizados em áreas rurais onde há disponibilidade de terra a preços mais baixos e, em geral, sem fácil acesso ao transporte público e equipamentos de educação, saúde e lazer.

A baixa qualidade urbanística do entorno dos conjuntos habitacionais associada aos modelos de construção repetitivos “relega a inserção urbana dos empreendimentos a uma questão de relevância secundária, senão inexistente” (ROLNIK et al., 2015) e favorece os interesses da indústria da construção civil: empreiteiras de construção e agentes de mercado imobiliário. No entanto, a escolha da localização não ocorre aleatoriamente e obedece a uma lógica relacionada com a natureza das políticas habitacionais e com os interesses dos diferentes agentes envolvidos na produção dos conjuntos habitacionais. Além disso, “a disponibilidade e os preços dos terrenos também exercem papel fundamental nas escolhas locais” (SILVA; TOURINHO, 2015, p. 204).

Apesar das disparidades em função do território e do contexto de cada Estado, este estudo procurará analisar as relações entre as políticas de habitação social no Brasil e as lógicas de segregação espacial. Colocar em evidência certos aspectos da política de habitação de interesse social permite uma reflexão mais profunda sobre a relação entre a legislação que defende o uso do solo urbano para fins sociais e o mercado de terras.

O espaço urbano é reflexo da sociedade e resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2003). Um dos principais agentes sociais que produzem o espaço da cidade é o Estado. Lojkin (1997) explica que existem três tipos de segregação social e espacial operando em três diferentes níveis: (1) no nível da habitação; (2) no nível dos equipamentos coletivos (escolas,

equipamentos esportivos, sociais e de lazer) e (3) no nível do transporte domicílio-trabalho (oposição entre uso do transporte coletivo e uso do automóvel). Este estudo deve analisar a ação do Estado, do poder político como agente social na produção e reprodução da segregação urbana.

A delimitação temporal do estudo é a partir da implementação do PMCMVou seja, de 2009 até 2015. O trabalho está restrito, geograficamente, à cidade de Lajeado, situada no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul e tratará sobre a construção do maior empreendimento social do município, os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II do PMCMV.¹ São 28 prédios, com 16 apartamentos cada, situados na faixa 1 do programa governamental, que é a mais baixa e acolhe 498 famílias com renda mensal de até RS 1.600.

Quanto à escolha do tema, meu projeto inicial de dissertação tinha como objetivo analisar as políticas habitacionais sociais na França e no Brasil entre os anos 1980 e 2010, por meio do estudo comparado da legislação que regula o espaço urbano e do estudo de caso sobre a implementação de políticas de habitação de interesse social em duas cidades de médio porte, uma no Brasil e a outra na França. A questão dos efeitos segregativos desses programas de habitação de interesse social e a maneira de pensar esse tipo de habitação reflete na forma de pensar a sociedade e a organização do espaço.

A lógica que rege a habitação social na França parece similar à existente na sociedade brasileira: à “população pobre” é destinado o que há de mais precário e de baixa qualidade. Os programas de habitação de interesse social respondem mais às necessidades do Estado que às necessidades reais das populações às quais se dirigem. Tratando-se do acesso à cidade, entendem-se como elementos fundamentais o acesso às oportunidades de trabalho, serviços e equipamentos municipais (Unidades Básicas de Saúde, equipamentos educacionais e de lazer) e a localização dos empreendimentos imobiliários em relação à dinâmica espacial da cidade.

Uma das hipóteses iniciais era que certas experiências realizadas na França, como os *Grands Ensembles* – grandes conjuntos habitacionais em regiões periféricas –, que já foram criticadas e reformuladas, são utilizadas atualmente, de maneira similar, por certos municípios no Brasil dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. Apesar das disparidades em função do território e da população de cada país, a ideia era que o estudo comparado pudesse colocar em evidência certos aspectos da política de habitação tanto da França quanto do Brasil, de forma que auxiliassem uma reflexão sobre o tema em ambos os países. Meu olhar é, portanto, moldado pela trajetória de uma arquiteta francesa que, chegando ao Brasil, se depara com

¹Lajeado se apresenta como uma cidade de médio porte no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, caracterizada por uma urbanização acelerada nos últimos quarenta anos (SCHEIBE; PICCININI; BRAGA, 2015).

iniciativas ligadas à habitação de interesse social e que busca respostas para suas interrogações. Convém assinalar que na França eu trabalhei durante alguns anos na gestão de moradias sociais e operações urbanas, e essas experiências entre a realidade francesa e as iniciativas brasileiras foram fundamentais na constituição de meu objeto.

Todavia, durante a minha formação no mestrado do PROPUR, o trabalho final do curso de Epistemologia constituía em analisar uma dissertação de Mestrado sobre o mesmo tema de interesse ou da mesma linha de pesquisa. Escolhi a dissertação de mestrado em Economia Política da PUC São Paulo, de Ana Lélia Magnabosco, intitulada: *A política de subsídios habitacionais e sua influência na dinâmica de investimento imobiliário e no déficit de moradias do Brasil e do Chile*. A escolha deste trabalho se justificava por ser um estudo comparado entre Brasil e Chile sobre o tema da Habitação de Interesse Social. Primeiramente, constatei que esse tipo de trabalho não é comum, especialmente no Mestrado, o que demonstra a sua dificuldade. A abordagem da questão da perspectiva econômica permite um olhar distinto daquele do arquiteta urbanista e, de certo modo, complementa o trabalho que pretendo desenvolver.

Essa experiência foi realmente interessante porque me permitiu focar na metodologia e compreender que minha intenção inicial de efetuar uma análise comparativa seria de difícil realização em função do prazo disponível no curso do mestrado. Assim, resolvi restringir o objeto da pesquisa ao território brasileiro e focalizar o papel do Estado no processo de segregação sócio-espacial na cidade de Lajeado/RS por meio do estudo sobre a localização dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II do PMCMV.

Meu interesse por essa temática se relaciona intimamente com minha trajetória profissional e reflete, de certo modo, minhas preocupações com relação à função social da arquitetura e do urbanismo. Minha atuação profissional na França esteve ligada ao parque de habitações sociais chamadas de *Habitation à loyer modéré* (HLM). Trabalhei para *Association Foncière Logement (Action Logement – 1% Logement)*, órgão principal do financiamento da habitação social durante quatro anos. Em seguida, atuei na Fundação *Emmaüs Habitat*, criada por Abbé Pierre, que é uma ONG com várias frentes de atuação, entre elas a de habitação social. A *Emmaüs Habitat* gera um total de 12.000 unidades habitacionais em todo o território francês, em projetos de demolição-reconstrução no contexto das ações da Agência Nacional de Renovação Urbana (ANRU). Em razão desse olhar, construído por meio do contraste entre esses dois países com sistemas de habitação diferenciados, é que penso poder contribuir com este debate.

A produção acadêmica sobre o tema das realizações do PMCMV vem crescendo nos

últimos anos. Porém, o reduzido número de pesquisas demonstra também que ainda há muito a ser estudado em relação às cidades de médio porte. A escolha dessa categoria de cidade – entre 20.000 e 100.000 habitantes – baseia-se em Santos e Silveira (2010, p. 203), que as classificam como as mais numerosas e crescentes no Brasil, apresentando os problemas das grandes metrópoles brasileiras. A pesquisa documental apontou a lacuna de informações relativa às cidades de médio porte, pois muitos estudos vêm sendo desenvolvidos nas grandes metrópoles. Nesse sentido, o estudo pode contribuir com o fenômeno a nível intermediário.

O projeto de pesquisa se enquadra, pois, dentro da linha de pesquisa Cidade, cultura e política, tendo em vista que coloca em evidência as lógicas de produção e reprodução dos espaços sociais habitados, contemplando processos sociais e políticos relacionados às formulações e práticas das políticas públicas. Para sua realização, buscou-se explorar as complexas relações entre o Estado, a sociedade e o mercado na formação dos aglomerados urbanos em cidades de médio porte. Desse modo, as questões que guiam a elaboração desta pesquisa são divididas em duas partes.

Na primeira, apresentada no segundo capítulo, procura-se responder questões gerais sobre a habitação social no Brasil, como: De que maneira o Estado brasileiro pensa a habitação de interesse social a partir da elaboração do Programa Minha Casa, Minha Vida, de 2009? Como operam as políticas públicas de habitações de interesse social no Brasil? A segunda parte deste estudo compreende os capítulos 3, 4, 5 e 6 e está relacionada com a elaboração de um estudo de caso sobre a cidade de Lajeado, uma cidade de médio porte no Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul, caracterizada por uma urbanização acelerada nos últimos quarenta anos. As questões que guiam a realização desta segunda parte do trabalho são: Quais são os atores e os desafios para a habitação social? Como são definidas as localizações desse empreendimento?

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a aplicação do Programa Minha Casa, Minha Vida em Lajeado/RS e avaliar o papel do Estado no processo de segregação sócio-espacial nesta cidade. Já os objetivos específicos são:

- a) Entender o histórico do projeto de construção dos conjuntos Novo Tempo I e II, desde a escolha da construtora, a origem e destinação prévia dos terrenos, passando pela atuação da prefeitura e seus diversos serviços em relação ao acompanhamento dos moradores, bem como a manutenção no local antes e depois da entrega dos apartamentos;
- b) Conhecer a relação do bairro com a prefeitura (mais especificamente, a questão da instalação da aldeia indígena em 2008 e da resistência ao projeto de implantação da

casa prisional em 2010 nos mesmos terrenos que os conjuntos habitacionais) e o impacto atual do projeto no bairro;

- c) Obter informações sobre as práticas dos moradores e seus familiares (deslocamentos, atividades extraescolares, uso dos equipamentos, comércios, etc.) e sobre seu nível de satisfação com a nova moradia (conforto em relação à antiga moradia, custo de vida, etc.) e com o bairro;
- d) Avaliar a acessibilidade, a qualidade arquitetural e urbanística das construções e dos espaços coletivos e o funcionamento interno dos conjuntos habitacionais.

Os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II do PMCMV, o maior condomínio vertical social de Lajeado, estão situados no lugar de um antigo lixo verde no bairro Santo Antônio. Esse bairro, tradicionalmente operário, localiza-se em uma região que, desde o início do desenvolvimento da capital regional, é isolada e segregada, e por isso os moradores sofrem estigmatização. Neste estudo, trabalha-se com a hipótese de que o Estado reforça, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, a segregação sócio-espacial nos bairros, com uma lógica de agrupamento dos pobres, apesar do discurso de ascensão social aos menos favorecidos veiculado pelo Poder Público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIREITO À CIDADE E SEGREGAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

Com a publicação da obra *O Direito à Cidade*, em 1968, Lefebvre propõe uma tomada de consciência da cidade como “desafio de sociedade”. Ele demonstra a ausência de neutralidade social e política do espaço como “cristalização” das relações sociais. Nesse sentido, o geógrafo brasileiro Milton Santos explica:

o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1977, p. 91).

A construção do espaço, portanto, é dinâmica e atende às demandas sociais que nele se desenvolvem, ou seja, ele é construído socialmente. O espaço urbano é reflexo da sociedade e resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2003). Um dos principais agentes sociais que produzem o espaço da cidade é o Estado.

O *Dictionnaire de l'Habitat et du Logement* (SEGAUD; BRUN; DRIANT, 2002) define “segregação” como um processo e um estado que é resultado da distribuição desigual de um espaço habitado por duas frações da população: a categoria dominante que, mesmo minoritária, se apropria de certos lugares e proíbe o acesso à fração dominada ou a impele a viver em lugares em que ela não deseja. Expressa-se por meio de um conjunto de normas e processos deliberados, cujo objetivo é impedir certos tipos de contatos, mistura ou confusões entre grupos determinados. Podem ser interdições, escritas ou não, que impedem os contatos físicos, a frequência de lugares de culto, de lazer, o acesso a certas profissões.

Assim, a noção de segregação, na sua significação inicial, parece estreitamente ligada à noção de discriminação, como em um sistema de castas.² A separação das áreas de habitações constitui uma das modalidades da expressão da segregação em relação ao sistema de normas que constituem sua essência. O significado clássico do termo, excepcionalmente,

²O sistema de castas é uma configuração social Hindu em que os elementos (as castas) se definem apenas pela posição que ocupam. Não há possibilidade de mobilidade social neste sistema (BONTE; IZARD, 2004).

designa um contraste espacial ou uma oposição nos modos de localização das residências de categorias diferenciadas pelo estatuto econômico.

De acordo com Segaud, Brun e Driant (2002, p. 385), a segregação não é, inicialmente, um problema de natureza espacial ou geográfica, mas um fenômeno de tipo etnológico, cultural e político que pode se manifestar em certas áreas geográficas e trazer consequências às vezes muito problemáticas nos usos residenciais e não residenciais do espaço.

Se as cidades são segregadas e desiguais desde sempre, o fenômeno do gueto aparece como a concretização mais antiga e abrangente dessa noção. Para o sociólogo alemão Georg Simmel, que viveu no final do século XIX e início do século XX e se constituiu em referência importante para a escola de Chicago, o agrupamento é concretizado como uma forma de resistência e solidariedade:

onde uma minoria que é mantida unida por interesses comuns é encontrada dentro de um grupo maior, é geralmente decisivo para o comportamento da minoria em relação à totalidade se vive compactamente juntas ou dispersas em pequenas unidades dentro do grupo maioritário. (...) assim, viver juntos e próximos proporciona às minorias expostas, simultaneamente, maior possibilidade de resistência, assistência mútua e consciência efetiva de solidariedade (FRISBY; FEATHERSTONE, 1997, p. 157, tradução livre).³

No debate contemporâneo, a segregação pode ser voluntária ou induzida e tratar dos interesses de um grupo em relação à sociedade que se inscreve no território da cidade. Esse modo de pensar a cidade conduz a uma reflexão sobre o poder do planejamento e do urbanismo como armas econômicas e políticas, utilizadas pelos poderes públicos para manter ou reproduzir as divisões e as desigualdades sociais. Nas palavras do historiador Mike Davis:

a segregação urbana não é um status quo congelado, mas sim uma guerra social incessante em que o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, “embelezamento” e até mesmo “justiça social para os pobres” para redesenhar as fronteiras espaciais em benefício de proprietários de terras, investidores estrangeiros, a elite e os trabalhadores-viajantes da classe média (DAVIS, 2006, p. 98, tradução livre).⁴

³“Where a minority that is held together by common interests is found within a larger group, it is generally quite decisive for the behavior of the minority towards the totality as to whether it lives compactly together or dispersed in small units within the majority group. (...) so living closely together similarly provides exposed minorities with the greater possibility of successful resistance, mutual assistance, and an effective consciousness of solidarity”.

⁴“Urban segregation is not a frozen status quo, but rather a ceaseless social war in which the state intervenes regularly in the name of “progress,” “beautification” and even “social justice for the poor” to redraw spatial boundaries to the advantage of landowners, foreign investors, elite homeowners, and middle-class commuters”.

Deste modo, pensar a segregação na cidade contemporânea é compreender as lógicas estatais de produção e reprodução do espaço, considerando o Estado como agente central na realização das políticas de habitação e na defesa dos interesses das elites.

2.2 PAPEL DO ESTADO

Conforme Furtado (2011), o espaço urbano é segregado pela forma que o Estado intervém no espaço, e não apenas pela ação direta na alocação desigual dos investimentos privados:

a intervenção do Estado tem, hoje em dia, um impacto mais amplo na regulamentação do uso do solo e no mercado de terras urbano, na medida em que ele é o instrumento de “desenvolvimento urbano”. Ele inclui atividades tais como a provisão dos vários tipos de infraestrutura urbana (incluindo a rede de transportes), novas cidades e bairros, habitação popular e renovação urbana, desenvolvimento de loteamentos industriais, banco de terras e assim por diante, a preços subsidiados abaixo dos preços de mercado (capital desvalorizado). Através deste tipo de intervenção, o Estado joga um papel chave, (re)valorizando o solo para investimentos privados e moldando o padrão espacial de preços e usos do solo (FURTADO, 2011, p. 71).

Nesse sentido, a influência das estruturas político-administrativas locais pode modelar e modificar o status de um bairro atuando tanto nas externalidades positivas quanto nas negativas. Lefebvre (2011) já alertava para a ameaça da cidade como bem de consumo, em que o espaço urbano aparece como um campo de luta por vantagens urbanas (“*la ville comme bien consommable*”) e já reivindicava o direito à cidade para todos. Segundo ele, morar não é somente ter um telhado (“*avoir un toit*”), mas também se beneficiar da cidade e seus serviços.

Devemos, então, nos interrogar sobre a lógica da distribuição dos equipamentos ou a lógica de reprodução da segregação pelas classes dominantes, como bem assinala Comby:

a responsabilidade do fortalecimento da segregação também cai, em grande parte, embora não intencionalmente, na política. Porque os preços da terra não dependem apenas do mercado imobiliário, mas também das políticas urbanas das autoridades locais pelos poderes políticos no sentido mais etimológico (COMBY, 1993, texto digital, tradução livre).⁵

Assim, o espaço atua como um mecanismo de exclusão, uma vez que os bairros das

⁵“*La responsabilité du renforcement de la ségrégation incombe aussi largement, bien que de façon involontaire, à la politique. Car les prix des terrains ne dépendent pas seulement du marché des logements, mais aussi des politiques urbaines suivies par les pouvoirs locaux, par les pouvoirs politiques au sens le plus étymologique*”.

camadas de mais alta renda tendem a se segregar em uma mesma região específica e a não se espalhar aleatoriamente por toda a cidade.

Para Villaça, seguindo a abordagem marxista de que o Estado está a serviço das classes dominantes, a segregação sócio-espacial é resultado do controle da classe dominante sobre a cidade: “a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e com a qual essa classe exerce sua dominação através do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 360). Nas palavras do autor:

o mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão” (VILLAÇA, 2001, p. 143).

Villaça ainda explica que o espaço funciona como instrumento de dominação das camadas de mais alta renda. A produção do espaço urbano é operada por meio do controle de três mecanismos: econômico, político e ideológico, sendo que o primeiro se dá por meio do mercado imobiliário, o segundo pelo controle do Estado, e, finalmente, o terceiro pela ideologia:

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transporte etc.) e ainda a produção das ideias dominantes a respeito dele (VILLACA, 2011, p.53).

Na perspectiva de Abramo (2007), o fator determinante das escolhas residenciais é motivado por uma busca de distinção sócio-espacial que se concretiza em uma externalidade de vizinhança ou convenção urbana. Neste sentido, o autor sugere o conceito de cidade confusa.

Em uma sociedade estratificada, esse padrão de comportamento de desejar estar próximo dos seus próximos produz uma cascata de movimentos de rejeição dos não-próximos do alto da pirâmide social para baixo. As convenções urbanas são hierarquizadas e servem de mecanismo cognitivo que garante a estrutura segmentada e hierarquizada das externalidades de vizinhança, portanto, da estrutura sócio espacial urbana segmentada (segregada) e desigual (ABRAMO, 2007, p. 44).

Portanto, a procura da homogeneidade social parece não explicar tudo, trata-se também da facilidade de acesso às diversas vantagens urbanas. À segregação residencial se

adiciona a segregação dos locais de empregos e serviços. Para Villaça, “o controle do tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano como um todo, ou seja: sobre a forma de distribuição da população e seus locais de trabalho, compras, serviços, lazer etc.” (2011, p. 56), sendo o Estado o produtor dessas localizações.

Existe, então, uma correlação entre a segregação e a ação do Estado na produção de equipamentos coletivos, resultante da pressão exercida pelos poderes econômicos e políticos sobre o Poder Público, de modo a promover uma distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura e, indiretamente, sobre os tempos gastos nos deslocamentos espaciais dos habitantes da cidade.

No caso deste projeto de dissertação, em que se busca entender as políticas de habitação no Brasil por meio do estudo de um bairro de uma cidade de porte médio, seria particularmente interessante entender as dinâmicas sociais de uso e significação simbólica do espaço, uma vez que o grande empreendimento de habitação social de Lajeado foi instalado no Bairro Santo Antônio, região estigmatizada como precária e violenta.

Em uma pesquisa preliminar, um informante relatou que os empreiteiros de uma obra vizinha do Novo Tempo solicitaram que a prefeitura municipal alterasse a delimitação territorial dos bairros para que a construção ficasse localizada no bairro Jardim do Cedro que, apesar de ser limítrofe ao Santo Antônio, não passa pelo mesmo processo de segregação e estigmatização. Os empreiteiros afirmaram que a solicitação da mudança foi atendida pela prefeitura, pois valorizaria significativamente o empreendimento. Nesse exemplo, aparecem lógicas claras de mercado que se impõem na prefeitura, local que se torna um balcão de negócios onde o empreendedor negocia a demarcação do bairro visando maior lucro.

2.3 MERCADO DE TERRA

Qualificando as classes altas como beneficiárias e como motor da segregação, Préteceille (2006) explica que a lógica do mercado de terras é excludente. Em primeiro lugar, a apropriação pelas classes altas dos melhores espaços urbanos implica, de acordo com a lógica da renda da terra, a elevação dos valores desses espaços que se tornam rapidamente inacessíveis às categorias sociais menos favorecidas. Os preços elevados, por efeito de cascata, instauram uma hierarquia de preços e a seletividade social das localizações residenciais.

Para o autor, “se os pobres são (na ausência de políticas públicas buscando modificar esta lógica) relegados para locais menos desejáveis, este é o fim de uma sucessão hierárquica

de seleções sociais das populações residentes em que o início se encontra nas áreas privilegiadas” (PRÉTECEILLE, 2006, p. 21, tradução livre)⁶.

Já Harvey (1980) explica a divisão do espaço da cidade por meio do estudo das formas espaciais da exploração e das iniquidades produzidas pela sociedade capitalista. O solo e suas benfeitorias são mercadorias especiais na economia capitalista contemporânea por diversos aspectos: “num sistema de mercado privado do solo e da moradia, o valor da moradia nem sempre é medido em termos de uso como abrigo e residência, mas em termos da quantia recebida no mercado de troca, que pode ser afetada por fatores externos, tais como especulação” (HARVEY, 1980, p. 119).

Há numerosos e diversos agentes que atuam no mercado de moradia, e cada grupo, de forma distinta, interfere no valor de uso e no valor de troca do solo urbano. São usuários, corretores de imóveis, proprietários, incorporadores, membros da indústria de construção de moradias, instituições financeiras e instituições governamentais as forças do mercado que dirigem o uso e a ocupação do solo urbano.

Conforme o autor, o mercado é baseado nos dois principais problemas consequentes da ocupação do espaço:

- a) monopólio sobre “partes” do espaço - realização desse monopólio na base da produção capitalista. O primeiro que entra (com seu poder de compra, os mais ricos) tem várias escolhas, o último pega o que sobrou (os mais pobres);
- b) excedente do consumidor - é a diferença entre o que um indivíduo pode pagar por um bem e o que ele estaria inclinado a pagar para não ficar sem ele. “Uma distribuição diferencial surge, parcialmente, porque os benefícios, custos, oportunidades, acessibilidades, etc. estão diferencialmente distribuídos no sistema de recursos produzidos pelo homem que é a cidade” (HARVEY, 1980, p. 145). Esse conceito contribui para restabelecer a distinção perdida entre valor de uso e valor de troca.

Os ricos, que possuem livre escolha econômica, são mais capazes de escapar das consequências de tal monopólio que os pobres, cujas escolhas são muitíssimo limitadas. Por isso, segundo Harvey, “chegamos à conclusão fundamental de que o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele” (1980, p. 146).

⁶“Si les pauvres se trouvent (statistiquement et en l’absence de politiques publiques venant modifier cette logique) relégués dans des localisations moins désirables, c’est au terme d’une chaîne de sélections sociales successives des populations résidentes dont le premier maillon d’origine au coeur des beaux quartiers”.

O interesse no valor de troca do bem imobiliário, independentemente do valor de uso, induz uma diferenciação residencial em que grupos específicos estão associados a certos subsetores do mercado imobiliário enquanto a outros o acesso é negado. Em outras palavras, os indivíduos não são livres para se estabelecer onde querem, estão sujeitos à disponibilidade de estoque e da margem de manobra limitada (em termos de renda, principalmente) para satisfazer as exigências dos proprietários ou promotores. Os poderes públicos participam desse processo por meio de várias disposições públicas que contribuem para reforçar a posição dos construtores e proprietários.

Na cidade de Lajeado, os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II localizam-se em dois terrenos de propriedade do município que foram doados à Caixa Econômica Federal para a realização do PMCMV em 2011.⁷ O lugar, que era um antigo depósito ilegal de lixo, é adjacente ao terreno cedido em 2005 pela prefeitura para acolher a comunidade indígena Kaingang e foi objeto de um projeto de construção de uma casa prisional entre 2008 e 2010.⁸ O histórico dos terrenos e os vários projetos precedentes à construção do maior empreendimento social da cidade ilustram o conceito de valor de troca versus valor de uso do solo urbano, enunciado por Harvey (1980).

2.4 O CONTROLE DO ESTADO ATRAVÉS DA AÇÃO DOS GRUPOS DE PRESSÃO

Os instrumentos de ação do poder público são diversos e atuam em níveis de intervenção diferentes. Localmente, o controle do Estado se dá por meio de três mecanismos: a escolha da localização dos seus equipamentos, a produção da infraestrutura e os melhoramentos públicos. Sobre o primeiro, Villaça observa que frequentemente os equipamentos públicos seguem os percursos territoriais das camadas mais altas: “suas localizações se comportam exatamente como se estivessem sujeitas às leis do mercado. Supostamente, a localização dos aparelhos de Estado não deveria estar sujeita às leis do mercado” (VILLAÇA, 2001, p. 336).

O segundo e o terceiro mecanismos são a produção da infraestrutura e a produção de melhoramentos públicos. Tal como Villaça, Pinçon e Pinçon-Charlot (2007), em estudo sobre a cidade de Paris, denunciam uma desigualdade territorial na distribuição das estradas e da

⁷Lei nº 8.783, de 21 de dezembro de 2011 e Lei nº 9345, de 29 de novembro de 2013, do município de Lajeado.

⁸O trabalho acadêmico de Oliveira (2010) sobre a aldeia indígena Kaingang, vizinha dos conjuntos habitacionais, menciona o projeto de construção da casa prisional nesses mesmos terrenos, o que gerou muitos debates em 2010. O projeto foi abandonado em razão de um parecer antropológico desfavorável e da oposição dos moradores que reivindicaram mais atenção ao bairro, durante um processo do Ministério Público em 2008 e 2010.

rede de transporte coletivo para certas partes da capital francesa, mostrando o controle do Estado sobre a distribuição das vantagens da cidade, infraestrutura e equipamentos. Essas manipulações sobre o espaço ocorrem porque o Estado é controlado por grupos organizados e ativos da classe alta da sociedade. A eficácia desses grupos é baseada na organização em redes, no conhecimento das leis e de pessoas competentes e influentes, e na ação de controle sobre os espaços com a criação de áreas de contenção para isolar-se das outras partes da cidade.

Os sociólogos franceses explicam a busca frenética do “*entre-soi*” (entre-si) por meio da criação de um gueto (para ricos) e um comunitarismo forte. Poder morar nas áreas abastadas significa desfrutar de todas as vantagens urbanas, mas também da valorização material e simbólica provinda da proximidade dos outros. No entanto, eles alertam: “somente a grande burguesia pode eficazmente controlar o ambiente social de seus lugares de vida [...] A grande burguesa autossegregação é crucial para a reprodução de posições dominantes, a partir de uma geração para a outra, porque é um educador eficaz” (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2007, p. 28).

Os jogos de poder e pressão sobre o Estado, realizados por pequenos grupos que acabam promovendo uma distribuição desigual de investimentos em infraestrutura, são também citados por Harvey:

Um grupo poderoso pode estar em condição de obter vantagens em renda real sobre outro. Das realidades do poder político serem o que são, decorrerá que os grupos ricos por estes ou aqueles meios ficarão provavelmente mais ricos e os grupos pobres ficarão de um modo ou de outro mais despossuídos (HARVEY, 1980, p. 59)

Essa espécie de situação é muito comum na política urbana e explica nossa hipótese esperada de que a comunidade mais poderosa (em termos financeiros, educacionais ou de influência) está apta a controlar as decisões locais em seu próprio proveito. A desigualdade de recursos úteis ao processo de barganha política cria, assim, condições para a ulterior disposição de recursos, assim como para reforçar a desigualdade” (HARVEY, 1980, p. 61).

São pequenos grupos muito estruturados e ativos que vão prevalecer sobre outros grupos maiores, geralmente mais fracos e desorganizados. Villaça (2001) denota a força das pressões sociais contra o poder político que podem aniquilar os efeitos da vontade (boa ou má) dos políticos. Esse mecanismo explica o fato de que alguns grupos podem se encontrar assim excluídos totalmente da negociação das decisões relativas à organização espacial da cidade mesmo com uma representação política.

Tratando-se de Lajeado, quais são as questões em torno da instalação de um grande conjunto habitacional social na cidade? Para entender as variáveis e as resultantes que

induzem a escolha da localização, deve-se primeiro entender os jogos de atores envolvidos. Nesse caso, a prefeitura (e seus vários serviços) precisa conseguir vender a ideia para seu eleitorado e pensar sobre a futura gestão após a entrega dos apartamentos. A cidade deve privilegiar o seu eleitorado e promover a sua base sociológica (COMBY; RENARD, 2006). A segregação pode se apresentar não como o resultado cego dessas inter-relações entre os protagonistas do espaço urbano, mas sim como uma consequência induzida.

Outro aspecto do controle da classe dominante sobre o Estado reside no processo de hegemonia intelectual. A classe dominante produz as ideias dominantes na sociedade, o que Harvey (1980) chamou de “mão oculta”, e a ciência formula conceitos, categorias, relações e métodos que não são independentes das relações sociais existentes.

2.5 IDEOLOGIA

O materialismo histórico usa a palavra ideologia, dando-lhe o significado de sistema de ideias e representações que, ao fornecer a ilusão de se desenvolver de forma independente, é realmente determinado pela realidade, porque estreitamente sujeito à maneira que os homens que a carregam produzem socialmente seus meios de subsistência (BONTE; IZARD, 2004). Assim, no sentido marxista, ideologia se posiciona como um véu intelectual gerado pela classe dominante para simultaneamente marcar e ocultar sua dominação. Villaça (2001) define a ideologia como o processo pelo qual a classe dominante representa seu interesse particular como o interesse geral.

Para Lefebvre, o Estado justifica a segregação como mecanismo de orientação das políticas públicas:

as segregações que destroem morfologicamente a cidade e que ameacem a vida urbana não podem ser tomadas por efeito nem de acasos, nem de conjunturas locais [...] Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia (LEFEBVRE, 2011, p. 98).

Segregação e ideologia atuam juntas. O processo começa com a valorização das áreas nobres, lugar de residência da classe alta. Segundo Villaça, “subliminarmente, a ideologia inculca nas mentes da maioria a ideia de que a cidade é aquela parte constituída por onde estão os dominantes” (2001, p. 348). Assim, essa parte deve ser protegida por uma legislação adequada e ser objeto de investimentos em equipamentos públicos ou melhoramentos.

A estigmatização de certos bairros que sofrem de invisibilidade social e da falta de atenção por parte dos poderes públicos se encontra veiculada por meio de preconceitos com

relação às outras regiões da cidade situadas, na maioria dos casos, geograficamente opostas. A ação do Estado legitima assim o privilégio de certas partes da cidade. Essa ideologia seria impossível sem a segregação geral da cidade por regiões.

Na ótica deste estudo sobre o caso de Lajeado, é interessante notar que operam duas lógicas concorrentes: se por um lado a segregação é evidente, por se tratar da colocação de um conjunto habitacional para pessoas de baixa renda em um bairro historicamente estigmatizado, o que vai contra o senso de “mixidade” social, por outro, o próprio poder municipal interfere, inclusive na delimitação territorial do bairro para promover a “inclusão” dos moradores.⁹ Nesse sentido, apesar da evidente segregação, para o poder público a operação ganha caráter de benefício e ascensão social aos menos favorecidos.

2.6 O ESTADO E A QUESTÃO HABITACIONAL

A definição de Estado utilizada nesta dissertação se inspira da concepção marxista de Estado. De acordo com Norberto Bobbio no Dicionário de Política, na recente teoria marxista, existe uma concepção de Estado deduzido de uma lógica de valorização do capital. Segundo o autor, é possível identificar quatro funções fundamentais do Estado contemporâneo: "a) criação das condições materiais genéricas de produção (infra-estrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema federal de leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital nacional total no mercado capitalista. (ALTVATER, 1979 *apud*. BOBBIO, 1998, p.404). Segundo o autor, a crescente integração do Estado e sociedade civil: "ou seja, a extensão das políticas tendentes a assegurar o equilíbrio dos interesses emergentes - encontra na análise das despesas públicas o instrumento privilegiado de pesquisa, destinada a esclarecer o alcance e resultado da articulação do Estado e da sociedade". (BOBBIO, 1998, p.405). No caso aqui apresentado é interessante notar as dinâmicas da articulação entre os diferentes níveis de atores do Estado, governo federal, administração municipal e sociedade civil no sentido de promover ações relativas ao direito à moradia.

Para entender a complexidade da relação entre o Estado e a habitação, é necessário começar analisando quais são os desafios e com quais instrumentos ou ferramentas de

⁹Na França, as políticas de habitação após os anos 1990 atuam no sentido de uma maior mistura social entre pessoas com diferentes níveis de rendimento. Esse discurso é criticado recentemente por Charmes e Bacquè (2016) que alegam que as políticas de “mixidade social” podem ter um custo às vezes importante para as populações que se veem forçadas a mudar e, assim, perdem as redes de solidariedade que as apoiavam.

intervenção o Estado pode operar através das políticas de habitação pública. Como o Estado intervém na habitação? Quais são os principais desafios? Quais são as ferramentas disponíveis?

Para Segaud, Brun e Driant (2002), os desafios do Estado em termos de habitação podem ser classificados em quatro categorias:

- a) a questão econômica: gera um volume importante de negócios com as empresas vinculadas ao setor de construção que constituem um setor estratégico, especialmente para as políticas de controle do desemprego e pode justificar a intervenção do Estado no setor;
- b) a questão política: uma norma social e política segundo a qual acreditamos que todos devem ser alojados decentemente. Isso justifica o uso do conceito de necessidades e leva ao objetivo de oferecer a todos uma verdadeira liberdade de escolha, o que pressupõe um esforço especial para as pessoas desfavorecidas, tanto em termos de oferta como de solvência e qualidade da habitação (tradução livre)¹⁰;
- c) a questão da diversidade social: corrigir os efeitos conjuntos dos mercados e certas políticas locais que levam à distribuição desigual das categorias sociais no espaço;
- d) a questão ambiental: controle sobre a urbanização e o desenvolvimento periurbano.

Segundo os autores, o Estado opera através da regulamentação e do financiamento do setor da habitação. A ferramenta legislativa e regulamentar, mantida em nível nacional, contribui para o respeito da igualdade de tratamento de situações em todo o território (tradução livre)¹¹. A definição e o financiamento dos subsídios à habitação constituem os principais poderes do Estado, mesmo que ele não seja o principal fornecedor da habitação, e sim empresas, autoridades locais ou de outro tipo de subsídio: pessoal, fiscal e assistência ao acesso à propriedade. No campo da habitação, a ação é dividida em três corpos: as normas técnicas e qualitativas de construção e habitabilidade, as regras fundadoras da habitação social (limites máximos de recursos, gestão da demanda e atribuições, normas para as evicções etc.) e as regulamentações dos alugueis no setor privado (duração e renovação, reajuste, direitos e obrigações dos contratantes, etc.).

A margem de manobra do Estado reside na regulamentação do uso do solo e na importância da política fundiária, cujo modo de intervenção principal é regular o uso e a

¹⁰“Elle justifie l’emploi de la notion de besoins et débouche sur l’objectif d’offrir à chacun une véritable liberté de choix, ce qui suppose un effort particulier en direction des personnes défavorisées, tant en termes d’offre, que de solvabilité et de qualité des logements” (SEGAUD; BRUN; DRIANT, 2002, p. 154).

¹¹“L’outil législatif et réglementaire, maintenu à l’échelle nationale, contribue au respect d’une égalité de traitements des situations partout sur le territoire” (SEGAUD; BRUN; DRIANT, 2002, p. 154).

ocupação via zoneamento, com controle por meio do alvará de construção, que é responsabilidade das autoridades locais. A carga de terra é o preço do terreno mais o valor de todas as despesas do que deve ser feito nele antes de poder construir, como impostos sobre transações, taxas, custos de "liberação" da terra (despejo e possível deslocalização, demolição) e construção de equipamentos de infraestrutura (SEGAUD; BRUN; DRIANT, 2002, p. 60). O valor fundiário é alto e aumenta cada vez mais, em função do regime de livre mercado e propriedade privada, do contexto de crescimento econômico e demográfico e da concorrência para as melhores localizações.

2.7 ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

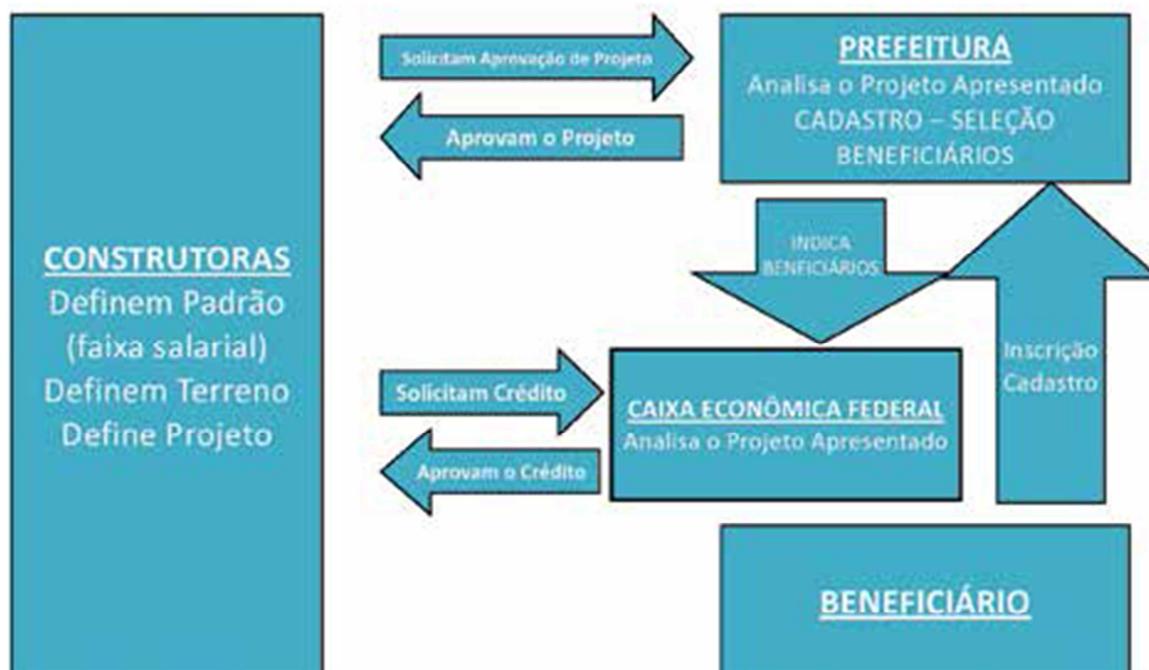
Os autores Rodrigues e Moreira (2016) destacam três momentos distintos das políticas públicas habitacionais no Brasil:

- a) o período de 1964 a 1986 marca o início da atuação massiva estatal quanto ao problema habitacional, com a criação do BNH e os mecanismos de financiamento e de implementação, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) segue-se um segundo período de forte declínio da intervenção do Estado (1987 a 1999);
- c) no terceiro período (2000 a 2014) ocorre a instituição de novas políticas e programas, como a Lei 10.257 de 2001, que cria o Estatuto das Cidades que introduz a função social da propriedade e o Programa Minha Casa, Minha Vida, instaurado pela Lei 11.977 de 2009.

2.8 FUNCIONAMENTO DO PMCMV

No intuito de entender as relações e interesses entre o poder público e os atores locais, é indispensável conhecer o funcionamento do PMCMV no setor da habitação de interesse social (FIGURA 1). No caso da faixa 1 – de 0 a 3 salários mínimos –, a realização dos empreendimentos imobiliários provém da iniciativa ou oferta da construtora e a execução se dá via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). A construtora define o terreno e o projeto, cuida da aprovação junto aos órgãos competentes e vende integralmente para a Caixa Econômica Federal. O município fornece o terreno (por meio de doação), a isenção tributária e a desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento, bem como a flexibilização das normas urbanísticas para permitir o aumento dos índices de utilização do solo nos empreendimentos do PMCMV (SILVA; TOURINHO, 2015). A Caixa Econômica Federal define o acesso às unidades a partir de listas de demanda elaboradas pelas prefeituras.

Figura 1 – Fluxograma dos atores envolvidos na produção para Faixa 1 no PMCMV



Fonte: Amore, Shimbo e Rufino (2015).

O PMCMV é o maior programa de política habitacional da história do Brasil, seja pela escala de intervenção, pelo volume empregado ou pela concessão de subsídios de até 96% para as camadas de baixa renda. É preciso destacar o papel central da iniciativa privada no programa e, mais especificamente, na localização dos conjuntos, que é definida nos municípios e metrópoles por agentes do mercado imobiliário. A escolha dos terrenos para as construções segue assim a lógica do mercado sem obedecer a uma orientação pública, já que dificilmente as prefeituras e câmaras municipais, além da própria Caixa Econômica Federal, o grande agente unificador da aprovação dos projetos, se opõem ao pedido de uma construção de porte.

2.8.1 Aspectos positivos

O governo acertou quando remeteu à construção civil o foco da tarefa de geração de postos de trabalho, pois ela cria demandas tanto para trás, na indústria que a alimenta (ferro, vidro, cerâmica, cimento, areia), quanto para frente, após sua conclusão (eletrodomésticos, mobiliários para as novas moradias) (MARICATO, 2011).

O programa conseguiu atingir setores da sociedade que antes estavam negligenciados

em suas necessidades habitacionais por programas do gênero, através de subsídios significativos direcionados para a baixa renda e oriundos do Orçamento Geral da União (OGU). Concretizado como um programa para atuar em diferentes faixas de renda, o PMCMV atende famílias que variam de renda entre 0 (zero) e 10 (dez) salários-mínimos, sendo que as famílias que se encontram na primeira faixa do programa (zero a três salários-mínimos) contam com subsídios diretos do governo federal através do FAR, e as famílias que se enquadram nas demais faixas do programa (três a seis salários-mínimos e seis a dez salários-mínimos) contam com recurso de financiamento do FGTS (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

2.8.2 Aspectos negativos

Para faixa entre 0 e 3 salários são exigidas condições muito especiais: acordos nos quais os terrenos sejam doados pelos municípios. As demandas dos empresários em relação aos empreendimentos do PMCMV dirigidos às faixas de baixa renda culminam no aumento do valor por unidade. Com a condição de que estados e municípios cedam áreas para a construção, existe um incentivo fiscal para as construtoras e a garantia da construção da infraestrutura pelo poder público.

A avaliação do programa aponta para uma falta de adequação às necessidades da população de baixa renda (AMORE, SHIMBO, RUFINO, 2015; ROLNIK et al., 2015) devido aos mecanismos de escolha da localização da implantação das operações imobiliárias (MINISTÉRIO, 2010). Além disso, há inadequação das alternativas ofertadas em relação às estratégias de sobrevivência das famílias, por causa da localização periférica e distante das fontes de emprego, incompatibilidade entre as tipologias habitacionais com seus programas e monofuncionalismo dos conjuntos, bem como a não aplicação de tarifas sociais para os serviços de água e de energia pelas concessionárias. Apesar de o programa em seu escopo priorizar a materialização de investimentos imobiliários em áreas servidas por infraestrutura urbana e próximas ao transporte público, o que se verifica é o deslocamento massivo de populações para áreas periféricas com quase nenhum acesso a serviços públicos. “Portanto, a lógica acaba sendo invertida, pois primeiro se instalam os conjuntos habitacionais para que posteriormente se invista no atendimento destas demandas” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 331).

Percebe-se a repetição dos erros da política habitacional do Regime Militar do BNH: impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos

habitacionais e ao aumento do preço da terra e dos imóveis (PANIZZI, 2012). A implantação dos conjuntos habitacionais de interesse social em regiões distantes de uma área urbana com uma infraestrutura consolidada ampliou a distância física entre as classes sociais, contribuindo muito para a segregação social e constituindo guetos socialmente excluídos e invisíveis do restante da cidade (BONDUKI, 2004; LIMA, 2016).

2.9 REPRESENTAÇÕES COMPARTILHADAS SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

As representações urbanas são construídas e usadas por diferentes agentes para justificar os discursos específicos sobre a cidade (urbanístico, político, publicitário, jornalístico, etc.). O Estado se apresenta como um dos agentes mais influentes no ordenamento e planejamento do espaço urbano. As relações entre o Poder Público e a habitação de interesse social que se concretizam através das políticas públicas de habitação social se expressam como um jogo complexo de combinações, representações e saberes, com lugares definidos dentro de relações elaboradas em uma sociedade da qual participam diversos atores.

As representações sociais são um tema clássico na sociologia. Na escola francesa, os trabalhos pioneiros de Émile Durkheim e Marcel Mauss abordavam o tema das representações coletivas (ou sistemas de representação) como forma de atribuição de sentido ao mundo social. No *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, os autores Bonte e Izard definem sistema de representação:

A expressão "sistema de representação" significa geralmente os conjuntos de ideias e valores de uma sociedade [...] Toda sociedade desenvolve vários sistemas de representações especializadas: do cosmos, da totalidade social, da magia e feitiçaria, etc. Na mente dos indivíduos, estes sistemas estão presentes apenas como geralmente incompletos e parcialmente conscientes. Falamos de "representações coletivas" que demonstram atitudes intelectuais do grupo e não disposição mental individual [...] Esses fatos culturais não são simplesmente justapostos, eles formam sistemas. Assim, as classificações das espécies naturais e grupos sociais, a organização simbólica do espaço e representações do corpo são concebidas como partes inter-relacionadas de uma representação cultural do mundo (BONTE; IZARD, 2004, p. 626, tradução livre).¹²

Se considerarmos a habitação ou o problema habitacional como um fato social total, no sentido em que ele envolve toda a vida das pessoas em sociedade, o acesso à moradia se torna um tema central nas representações sociais e na construção discursiva. Como afirma Pesavento et al. (2008), as representações não existem, não fazem sentido fora do contexto e da sociedade na qual elas operam. Deste modo, podemos afirmar que as representações são construídas dentro de processos sociais complexos em que entram em jogo questões ligadas aos contextos culturais nos quais os indivíduos atuam e às relações de poder presentes tanto na produção dos discursos quanto em seus lugares de enunciação. Partindo da teoria de Saussure, o fundador da semiótica, ciência dos signos que conceitua a relação entre o significante, o significado e o signo, Hall (1997) introduz a noção de cultura e explica a relevância do contexto histórico e cultural. A representação é o resultado de um sistema de convenções sociais específicas para cada sociedade e para momentos históricos específicos. Em toda representação, seja um produto ou uma fabricação, a realidade do mundo não pode ser considerada como transparente, como reflexo do real, mas sim deve ser interpretada. Nas palavras da historiadora Pesavento:

¹²“L’expression “système de représentation” désigne d’une manière générale les ensembles d’idées et de valeurs propres à une société [...] Toute société élaborerait ainsi plusieurs systèmes de représentations spécialisées : du cosmos, de la totalité sociale, de la magie et de la sorcellerie, etc. Dans l’esprit des individus, de tels systèmes ne sont présents que de façon généralement incomplet et partiellement consciente. On parlera de “représentations collectives”, qui témoignent d’attitudes intellectuelles du groupe et non de dispositions mentales individuelles [...] Ces faits culturels ne sont pas simplement juxtaposés, ils forment des systèmes. Ainsi, les classifications des espèces naturelles et des groupes sociaux, l’organisation symbolique de l’espace et les représentations du corps sont conçues comme les éléments interdépendants d’une représentation culturelle du monde”.

mas falemos de história, historicizemos os conceitos, porque sem dúvida há uma temporalidade na história das representações. Sendo o imaginário representações, e a representação uma imagem que quer dizer uma coisa, ela tem um sentido referente a um contexto dado, que é preciso decifrar. A elaboração de ideias-imagens de representação coletiva se constrói a partir de uma vivência ao mesmo tempo social e cultural, e tais definições determinam, ou pelo menos condicionam, o que se vê ou se faz (PESAVENTO et al., 2008, p. 36).

Interpretar significa decodificar uma mensagem não intencional e não explícita e necessita a manipulação de códigos e quadros conceituais inseridos nos sistemas de valores da sociedade (HALL, 1997).

2.9.1 Interpretação das imagens do Programa Minha Casa, Minha Vida

O historiador Peter Burke lembra que as imagens, sendo evidências visuais de visões contemporâneas do mundo social, precisam estar pensadas no seu contexto social cultural e político geral. Elas apresentam uma variedade de funções religiosas, estéticas, políticas, etc. e muitas vezes “desenvolvem um papel específico na construção social da sociedade” (BURKE, 2004, p. 178). Seguindo o conceito de mito elaborado por Barthes, este trabalho tenta desvendar “o discurso mítico” e a mensagem oculta por trás da fabricação do sonho da casa própria veiculado pelo PMCMV, através da análise de uma série de imagens que são testemunhos mais confiáveis do que as imagens individuais (BURKE, 2004).

A escolha da análise das imagens publicitárias oficiais do Programa Minha Casa, Minha Vida se justifica por transmitir uma mensagem clara e intencional (BARTHES, 1964). A imagem transmite símbolos e a resposta do leitor a essa mensagem pode ser influenciada ou manipulada pelo texto. Nesse caso, texto e imagem estão em uma relação complementar e a unidade da mensagem é operada a um “nível superior”.

A Figura 2 apresenta uma mão estendida diante de um fundo de céu azul aberto, segurando uma casa miniatura ao lado do logo do PMCMV. A mão do Estado está providenciando uma casa para seus sujeitos.

Figura 2 – Publicidade oficial do programa Minha Casa, Minha Vida



Fonte: Minha casa Minha Vida (2017).

Na Figura 3, no lugar da mão pode-se ler um texto em branco e relevo no fundo azul que se endereça pessoalmente ao interessado. Essas fotos ilustram o conceito da retórica da imagem de Barthes (1964). Ao aprofundar um pouco mais a análise, entende-se que a saída providencial para uma outra condição de vida é a ideia da propriedade privada aplicada ao setor de habitação de interesse social.

Figura 3 – Publicidade oficial do programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Minha Casa, Minha Vida (2017).

A sugestão da oferta de uma nova vida, um novo tempo, está legível no campo lexical quase místico formulado pela imprensa. Os moradores são designados como “contemplados, beneficiários, sorteados”, vitoriosos que “conseguiram ganhar, alcançar, conquistar o próprio

lar”. As palavras: sonho, felicidade, mudança, esperança, sorte, bênção, nova vida são evocadoras de um Novo Tempo prometido pela prefeitura, em oposição ao vocabulário binário da obscuridade das condições de vida precárias dos velhos tempos.

Nas Figuras 4 e 5, aparecem “beneficiários” que levam os braços ao céu em sinal de agradecimento e de alegria plena e são acompanhadas dos comentários: “escolher um apartamento é o de menos; ter a casa própria é uma bênção”, “hoje é meu dia de sorte!” e “escolhi o apartamento 104 do bloco 8, no Novo Tempo I”. Através dessa narrativa textual e visual, a mensagem transmitida é a de que mais do que uma mudança de endereço, se trata de uma mudança de vida oferecida pelo Estado.

Figura 4 – Dia de sorteio dos apartamentos do Novo Tempo em Lajeado



Fonte: Colombo (2015).

Figura 5 – Escolha dos apartamentos pelos futuros moradores do Novo Tempo



Fonte: Presser (2017).

2.9.2 Representação e poder

Baseando-se nos estudos pioneiros e fundamentais de Foucault, Marin (2005) explica que as representações estão intimamente ligadas ao poder, isto é, a representação tem o duplo poder de tornar imaginariamente presente e legitimar a autoridade do poder. O poder e a representação possuem uma mesma natureza, um se torna o veículo do outro. A própria representação é poder e, por conseguinte, representações visuais, ritualísticas e textuais servem ao poder estabelecido. Neste sentido, existe um jogo duplo em que o Estado cria representações que têm como efeito reproduzir e consolidar seu poder.

A partir de Foucault (1971), a verdade histórica e científica é contestada. O poder abrange os mecanismos específicos que são reconhecidos por induzir os comportamentos ou os discursos. Eles são, em qualquer caso, mais sutis e menos visíveis do que o poder político. A lei exerce controle sobre os indivíduos de fora, já a norma exerce a partir de dentro. Os termos de poder e conhecimento são insidiosamente relacionados, porque o exercício desses poderes é essencialmente baseado nos conhecimentos. O saber/conhecimento abrange todos os métodos e conteúdos que são considerados aceitáveis em um tempo e em uma área definida. Assim, todo significado é uma manifestação da luta pelo poder. Mesmo se o poder

parece invisível, ele está em todas as formas de conhecimentos que contribuem para a fabricação de nossa concepção do mundo. Conforme Olson,

criar representações não é apenas registrar discursos ou elaborar recursos mnemônicos: é construir artefatos visíveis dotados de autonomia em relação aos autores e com propriedades especiais para controlar sua interpretação. [...] Não há representação sem intenção e interpretação (1997, p. 212-213).

2.10 O DISCURSO COMO CONSTRUÇÃO DA VERDADE

No espaço urbano, as políticas públicas de habitação devem ser aprovadas com base no discurso político que produz uma verdade ou uma representação do espaço urbano: uma imagem da cidade ou de alguns bairros e regiões vai servir para justificar certas ações e políticas públicas (VILLAÇA, 2001). Por meio desse discurso político que constitui a ação privilegiada dos poderes públicos, as classes dominantes irão se apropriar da linguagem política e do domínio de símbolos para construir uma realidade. Em sua obra *Linguagem e poder simbólico*, o sociólogo Pierre Bourdieu explica:

o campo político é, de fato, entre outras coisas, o lugar por excelência onde os agentes buscam formar e transformar visões do mundo e atuar assim sobre o próprio mundo: o lugar por excelência onde palavras são ações e se trata do caráter simbólico do poder. Por meio da produção de slogans, programas e todos os tipos de dispositivos midiáticos, os agentes do campo político estão envolvidos em um trabalho de representação permanente através do qual eles procuram construir e impor uma visão particular do mundo social, procurando mobilizar o apoio daqueles em que, em última instância, o seu poder repousa (BOURDIEU, 2002, p. 44, tradução livre).¹³

No entanto, os discursos não possuem poder fora dos lugares onde são enunciados, ou seja, desligados dos contextos e atores através dos quais são produzidos (BOURDIEU, 2002). O discurso político ganha significado e eficácia unicamente no que diz respeito a certas regras e se operado em um contexto específico. Para ser legítimo, o discurso deve ser enunciado nas formas sintáticas e fonéticas legítimas, ser feito pela pessoa legitimada reconhecida como

¹³"*Le champs politique est en effet entre autres choses le lieu par excellence où les agents cherchent à former et à transformer les visions du monde et à agir par là sur ce monde lui même : le lieu par excellence où les mots sont des actions et où il en va du caractère symbolique du pouvoir. A travers la production de slogans, de programmes et de toutes sortes de relais médiatiques, les agents du champs politique sont engagés en permanence dans un travail de représentation par lequel ils entendent construire et imposer une vision particulière du monde social tout en cherchant à mobiliser le soutien de ceux sur qui, en ultime instance, leur pouvoir repose. 4 Le discours n'est pas simplement ce qui traduit les luttes ou les systèmes de domination, mais ce pour quoi, ce par quoi on lutte, le pouvoir dont on cherche à s'emparer*".

capacitada e capaz de produzir esse tipo de discurso, deve ser pronunciado numa posição legítima, ou seja, antes dos receptores legítimos e, além disso, deve ser enunciado em um contexto em que os interlocutores acreditem e confirmem o poder do enunciador. Foucault destaca a posição central do discurso na luta pelo poder: “o discurso não é simplesmente o reflexo das lutas ou sistemas de dominação, mas o para quê, o porquê lutamos, o poder que queremos conquistar (FOUCAULT, 1971, p. 12, tradução livre)¹⁴. Assim, como dito acima, os discursos possuem o sentido de reafirmar as posições sociais dos atores, consolidando lugares sociais e consolidando posições desiguais de distribuição do poder dentro da sociedade.

Figura 6 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo I



Fonte: Casa (2017).

A Figura 6, imagem da cerimônia de inauguração dos conjuntos habitacionais Novo Tempo em Lajeado em março de 2017, foi divulgada no jornal local e no site da prefeitura e se apresenta como altamente simbólica, pois todos os elementos do poder público estão presentes. Como afirma Bourdieu (2002), o discurso é legitimado pela presença dos representantes do Estado: neste caso as bandeiras, o fundo do céu azul da realização do “sonho da casa própria” e a chave estampada com as iniciais da construtora. Essa fotografia ilustra o conceito da linguagem legítima de Bourdieu.

Em uma análise mais aprofundada, pode-se entender que os agentes legítimos representantes do Estado aparecem na imagem como concedendo um benefício à população de baixa renda através da concessão simbólica das chaves do “Novo Tempo”. Todo esse aparato associado às bandeiras municipal, estadual e nacional e o próprio palanque onde estão as autoridades transforma o local de enunciação em um local simbólico (FIGURA 7): o palco

onde esses atores estão presentes e onde os novos moradores sobem um a um, de forma transitória, tendo apenas o direito a agradecer e manifestar sua reverência frente aos políticos e atores institucionais que concedem o benefício (FIGURA 6). Esse cerimonial coloca em evidência as relações desiguais de poder na sociedade.

Figura 7 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo II



Fonte: Apartamentos (2017).

Pode-se analisar também a visão da mídia e da prefeitura em relação aos moradores. Uma das autoridades presentes no palco ressaltou a honra de estar presente “em um momento tão importante para as famílias, um dia importante que sempre será lembrado na vida de vocês” e elogiou os moradores, dizendo que são “organizados, pacientes e se empenharam bastante”. Um dos moradores (FIGURA 8) fala em nome de todos para agradecer e comanda: “Vamos ser felizes aqui, tá bom?”.

Figura 8 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do Novo Tempo



Fonte: Casa (2017).

Vários cursos oferecidos pelos Serviços de Assistência Social do município ensinam como viver em condomínio. Isso ilustra a noção da habitação como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador (BONDUKI, 2004) e o esforço de moralização por meio da habitação e da imposição do modelo de família como dois instrumentos ativos e potentes de controle das massas.

A Figura 9 apresenta uma vista aérea dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II, o maior empreendimento social da história da cidade de Lajeado. Esse tipo de vista perspectiva aérea com ponto de vista oblíquo, muito utilizado pelos arquitetos modernistas, oferece uma aparente legibilidade do projeto para um público leigo. Essa narrativa visual das realizações do PMCMV procura mostrar a força construtora, a potência e o controle do Estado. Na Figura 10, as obras de pavimentação e infraestrutura sendo vistoriadas por funcionários do município ilustram a ação da prefeitura no desenvolvimento dos bairros, a força construtora do Poder Municipal que, além das casas, trará melhorias ao bairro.

Figura 9 – Os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II



Fonte: Novo (2016).

Figura 10 – Obras de infraestrutura no bairro



Fonte: Novo (2016).

O jornal O Informativo do Vale cita o empreendedor e diretor da construtora ALM como o responsável pela realização dos 28 prédios, totalizando 458 apartamentos. Ele ressalta a importância da obra social que deverá beneficiar mais de duas mil pessoas que vivem hoje em situação de vulnerabilidade: “O bairro vai melhorar. Quem vai prosperar é a comunidade que vai ganhar um novo, um novo tempo!”.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida e motivada por um olhar estrangeiro. Quando cheguei ao Brasil, observei a complexidade da forma como a habitação de interesse social era tratada no país. Minha experiência enquanto arquiteta e urbanista francesa me oferecia uma visão singular sobre a moradia social brasileira.

O aprendizado adquirido por meio da revisão teórica guiada pelas bibliografias estudadas durante os cursos do PROPUR e a direção do meu orientador foram fundamentais para minha formação e para uma reflexão crítica sobre a habitação social, o papel do planejamento urbano e, por extensão, a ação do Estado no espaço urbano.

Essa abordagem teórica aplicada ao meu objeto de estudo foi confrontada com a prática de campo em uma segunda etapa do trabalho, realizada entre os meses de junho e outubro de 2017. O trabalho de campo aconteceu no território de Lajeado, com visitas quase semanais aos conjuntos habitacionais e ao bairro, mas também me levou aos frequentes locais de atuação dos diferentes atores institucionais envolvidos – Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social (Sthas), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Seplan), Escritório Lajeado Plano Diretor 2040, Universidade do Vale do Taquari - Univates, bem como aos equipamentos urbanos que hospedam as reuniões de moradores e à cerimônia de entrega das chaves (ginásio, escola CIEP, salão de festa dos conjuntos).

Ao longo do estudo, foram realizadas 35 entrevistas semiestruturadas, a maioria das quais foram transcritas, e a elas adicionaram-se cerca de 400 clichês fotográficos. Aos entrevistados era explicado o contexto e os objetivos da pesquisa e solicitava-se oralmente a sua concordância. As entrevistas com moradores eram feitas nas inserções em campo e de modo bastante informal, já com os gestores os horários eram previamente marcados.

3.1 COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS

O objetivo era documentar os dados secundários relativos ao estudo de caso. O trabalho de análise empírica foi elaborado a partir de coleta de dados primários e secundários nos serviços da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo e da Secretaria de Habitação da prefeitura do município de Lajeado (mapas de densidade, renda, equipamentos públicos) e pesquisa documental nos trabalhos universitários da Universidade do Vale do

Taquari - Univates que abordam as questões sociais e educacionais do bairro, realizados pelos cursos de Educação Física, Fisioterapia, Direito e Pedagogia desde 1973. Foram realizados o levantamento e a análise de mapas oriundos de artigos científicos (mapas das inundações, sintaxe espacial), assim como a coleta de dados socioeconômicos disponíveis nas bases de dados existentes.

Elaborou-se também um trabalho de levantamento dos equipamentos públicos centrais, educacionais, de saúde e lazer, analisando suas localizações em relação aos novos empreendimentos imobiliários e à dinâmica espacial geral da cidade. A coleta de dados secundários foi finalizada em setembro de 2017, após participação no seminário Lajeado Plano Diretor 2040 e na primeira audiência pública para esse mesmo Plano, em que apresentaram-se as orientações futuras gerais do município.

Nesta ocasião, consegui obter os levantamentos e diagnósticos dos serviços municipais atualizados no Seplan e no escritório do Plano Diretor 2040. Durante as atividades e entrevistas da pesquisa de campo, também colecionei folhetos e o material que me foi oferecido espontaneamente.

3.2 REDES SOCIAIS

Também foram acompanhadas as atividades e eventos por meio das novas tecnologias disponíveis, como as páginas da Sthas no Facebook, do Projeto Movimentação e os jornais locais O Informativo do Vale e A Hora, que representam uma fonte alternativa de informação e um local de intercâmbio de informação entre os serviços sociais e os habitantes de Lajeado. A comunicação com os assistentes sociais da Sthas e da empresa Acordar Treinamentos foi realizada pelo aplicativo Whatsapp.

3.3 ENTREVISTAS COM MORADORES E RESPONSÁVEIS

As entrevistas semidiretas, enquanto técnica qualitativa de coleta de informações, permitem a centralização do discurso dos entrevistados ao redor de temas anteriormente definidos e registrados em uma guia de entrevista. Já a entrevista semiestruturada por pauta (GIL, 2012) coleta informações de diferentes tipos: fatos, opiniões e pontos de vista.

Para serem confiáveis, válidas e seguirem o método protocolizado, as entrevistas devem ser efetuadas em quatro etapas: 1) seleção das pessoas, que devem ser pessoas-chave e informantes-líderes, neste caso, os responsáveis da Sthas do Município de Lajeado; da

empresa construtora ALM Engenharia de Venâncio Aires; os funcionários da empresa Acordar, responsável pelo acompanhamento social dos moradores dos conjuntos habitacionais; um vereador do município; os moradores e futuros moradores dos conjuntos habitacionais; 2) elaboração do roteiro de entrevista; 3) coleta de informações (com o uso do gravador, com a autorização prévia e garantia do anonimato e da fidelidade na reprodução das palavras do entrevistado no relatório final) e 4) análise dos resultados (interpretação, análise e comparação).

3.3.1 Contexto das entrevistas

Mais de 30 entrevistas de duração variável foram gravadas com os habitantes e futuros habitantes dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II. As entrevistas tiveram lugar durante encontros e eventos importantes que marcaram a elaboração do projeto Novo Tempo, como: vistoria, reuniões, assembleias gerais, assinaturas dos contratos e a cerimônia de entrega das chaves do Novo Tempo I.

Foi interessante coletar os dois pontos de vista, antes da ocupação e depois da ocupação, pois assim foi possível observar as expectativas, mas também as ansiedades, rumores sobre o funcionamento do NT2 e compreender melhor as questões levantadas durante as reuniões gerais. Minha primeira experiência com este difícil exercício de pesquisadora foi de grande valia, e o que mais me surpreendeu foi que a informação mais interessante ou íntima aparecia quando eu menos esperava. Nesse sentido, a pergunta mais fértil era, sem dúvida: “O que você faz nos finais de semana?”, porque fornecia informações precisas sobre as condições de vida e as redes de solidariedade do entrevistado.

Além das entrevistas com os moradores, foram realizadas entrevistas mais longas com os agentes do projeto. Para cada entrevista marcada com antecedência, preparei uma lista de perguntas sobre tópicos específicos, baseados tanto na minha experiência anterior quanto na informação obtida na internet.

3.4 A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi iniciada em junho de 2017 mediante o contato com a Sthas. A primeira entrevista ocorreu no dia seguinte e as outras foram agendadas espontaneamente durante os encontros e de acordo com a disponibilidade dos vários atores. Segui naturalmente o calendário dos eventos da Sthas preparados para os moradores: vistoria, atividades diversas, reuniões de informação, assembleias gerais e eleições dos representantes sindicais, assinaturas

dos contratos até a cerimônia de entrega das chaves. Nessas ocasiões, consegui entrevistar moradores e futuros moradores dos conjuntos habitacionais.

Através de uma boa relação com a assistente social responsável técnica social pelo programa, foi possível acompanhar de perto e em muitas oportunidades toda a questão social da construção do condomínio. Primeiramente, acreditava-se que seria feita apenas uma visita ao local. Ao final, as visitas tornaram-se semanais e aprofundadas. A principal descoberta da pesquisa foram os cursos de preparação para a vida em condomínio que são orquestrados pela Caixa Econômica Federal, as prefeituras e as construtoras, e organizadas pelos serviços sociais através das empresas Acordar e Alfa City.

3.4.1 Contexto da pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi conduzida em diferentes frentes: no bairro Santo Antônio, onde testei quase semanalmente o acesso ao bairro e assisti sua transformação desde minha primeira visita em 2016, quando os edifícios ainda estavam em construção; dentro dos conjuntos do Novo Tempo II já habitados, nos quais presenciei o horário de pico, a chegada das vans e o ballet de ônibus escolares que trazem as crianças pequenas de volta da escola; no conjunto habitacional Novo Tempo II, ocupado há 5 meses, onde tirei fotos dos espaços comuns internos e externos, do entorno e dos apartamentos e nos equipamentos públicos do município, como ginásio e sede dos órgãos administrativos sociais.

Vivi o processo juntamente com os futuros moradores: a descoberta dos apartamentos, as filas para as assembleias gerais, a cerimônia oficial de entrega das chaves. Acompanhei o trabalho das equipes de assistência social do município nos projetos paralelos. Além disso, obtive uma visão mais distante do problema através das notícias na imprensa local e das discussões sobre o futuro da cidade durante os seminários ligados ao projeto Lajeado Plano Diretor 2040. Finalmente, capturei os momentos de estresse nas filas de espera, a angústia, as expectativas durante as visitas.

3.5 ESCRITA ETNOGRÁFICA

A pesquisa por observação direta foi consignada em um caderno de campo e também registrada em uma gravação digital após cada entrevista e visita de campo. O método de observação utilizado foi a observação flutuante que consiste em

permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la 'flutuar' de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, aparecem e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes (PÉTONNET, 2008, p. 102).

A esse método aliou-se a técnica da etnografia de rua que consiste “na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas em que o pesquisador está atento às variações das formas de ocupações do espaço, dos jogos de interação social e tensões nos territórios vividos” (ECKERT; CARVALHO, 2013, p. 23).

3.6 AS IMAGENS

Meu trabalho também se baseia no uso de imagens. Como instrumentos de pesquisa, as imagens correspondem a duas etapas do trabalho do pesquisador: “há a fotografia feita com objetivo de se obter informações e a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões” (GURAN, 2011, p. 83). Nas palavras de Guran:

Na prática de uma pesquisa, um dos aspectos mais importantes, a meu ver, é que a fotografia pode ser ao mesmo tempo o ponto de partida de uma reflexão e o resultado final. Ou essa mesma pergunta; seja, ela pode, em termos visuais, “fazer uma pergunta e buscar a resposta (ibid, p. 87).

A utilização da fotografia pelas ciências sociais - seja como fonte de dados, instrumento auxiliar para pesquisa ou mais um elemento do discurso final - coloca, como questões maiores a serem estudadas: 1) a constituição de um corpus fotográfico; 2) a produção da fotografia no curso da pesquisa; 3) a leitura da fotografia; e 4) a articulação entre texto e foto visando a construção de um discurso científico (ibid, p. 81).

Durante as visitas aos conjuntos habitacionais, pude fotografar o interior dos apartamentos e os espaços comuns, assim como o confronto com o cemitério situado na frente dos prédios, a fim de mostrar a distância física (e social) que existe entre eles e a cidade de Lajeado. Os dois projetos, por estarem em diferentes estágios, me permitiram fotografar os conjuntos antes da ocupação e pós-ocupação, revelando os espaços internos dos apartamentos vazios e habitados, os espaços comuns, os arredores imediatos e os acessos aos conjuntos nos bairros, bem como o contraste marcante entre os bairros vizinhos: Jardim do Cedro e Santo Antônio.

Nas reuniões que participei, não queria fotografar os habitantes para preservar sua intimidade, mas sim as multidões, apresentando o funcionamento dos aparelhos administrativos (as entrevistas buscavam explorar em profundidade as características e os costumes dos moradores do Novo Tempo). As posições sociais e as hierarquias se refletem no

espaço físico e foram perceptíveis nestes espaços efêmeros que foram as reuniões destinadas aos futuros moradores: reuniões de informação, assembleias gerais, assinaturas dos contratos e a cerimônia de entrega das chaves, por meio da escolha dos lugares de encontro, da distribuição das pessoas no espaço e dos papéis respectivos dos diferentes agentes envolvidos no projeto: autoridades políticas e funcionários dos serviços sociais, da Caixa e da construtora.

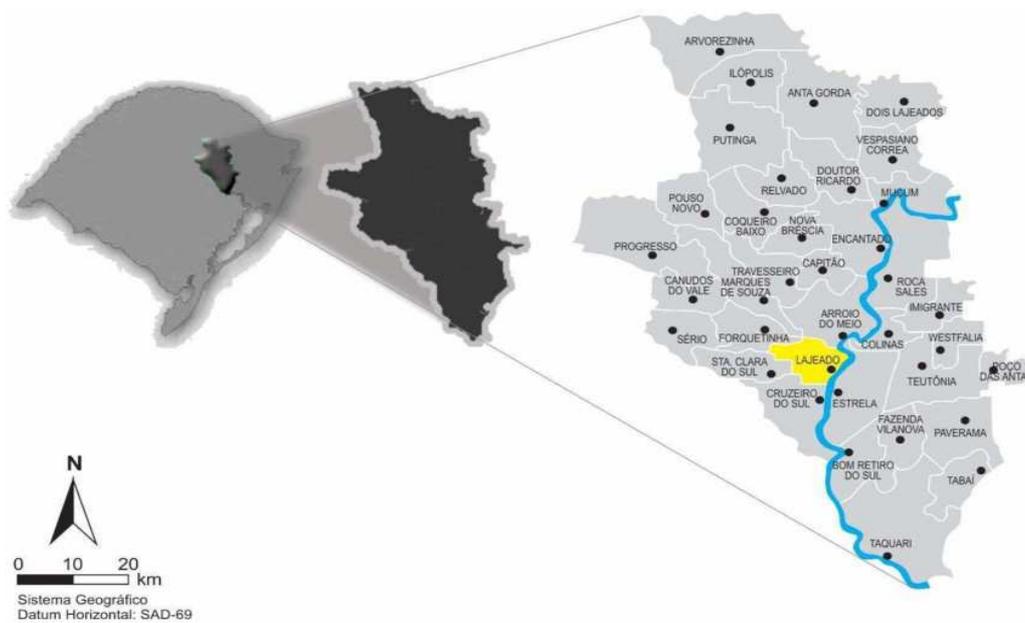
O cerimonial de entrega das chaves como ritual simbólico da ação do Estado é objeto de um capítulo, pois foi o momento em que foram colocadas em evidência as relações desiguais de poder na sociedade. Isso remete aos conceitos de Bourdieu e Foucault sobre os discursos que possuem o sentido de reafirmar as posições sociais dos atores, consolidando lugares sociais e consolidando posições desiguais de distribuição do poder dentro da sociedade.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 APRESENTAÇÃO DE LAJEADO, CIDADE DO VALE DO TAQUARI NO RIO GRANDE DO SUL

Situada a 130 quilômetros de Porto Alegre, Lajeado atua como capital regional e exerce centralidade no Vale do Taquari (FIGURA 11). Segundo o censo do IBGE de 2017, a população da cidade é estimada em 79.819 habitantes, sendo considerada polarizadora regional e a cidade-sede do Vale do Taquari. Apresenta a maior população residente e sua taxa de urbanização é a mais elevada da região, chegando a 99,6% (SCHEIBE; PICCININI; BRAGA, 2015; GABE, 2017).

Figura 11 - Localização do município de Lajeado no Vale do Taquari/RS



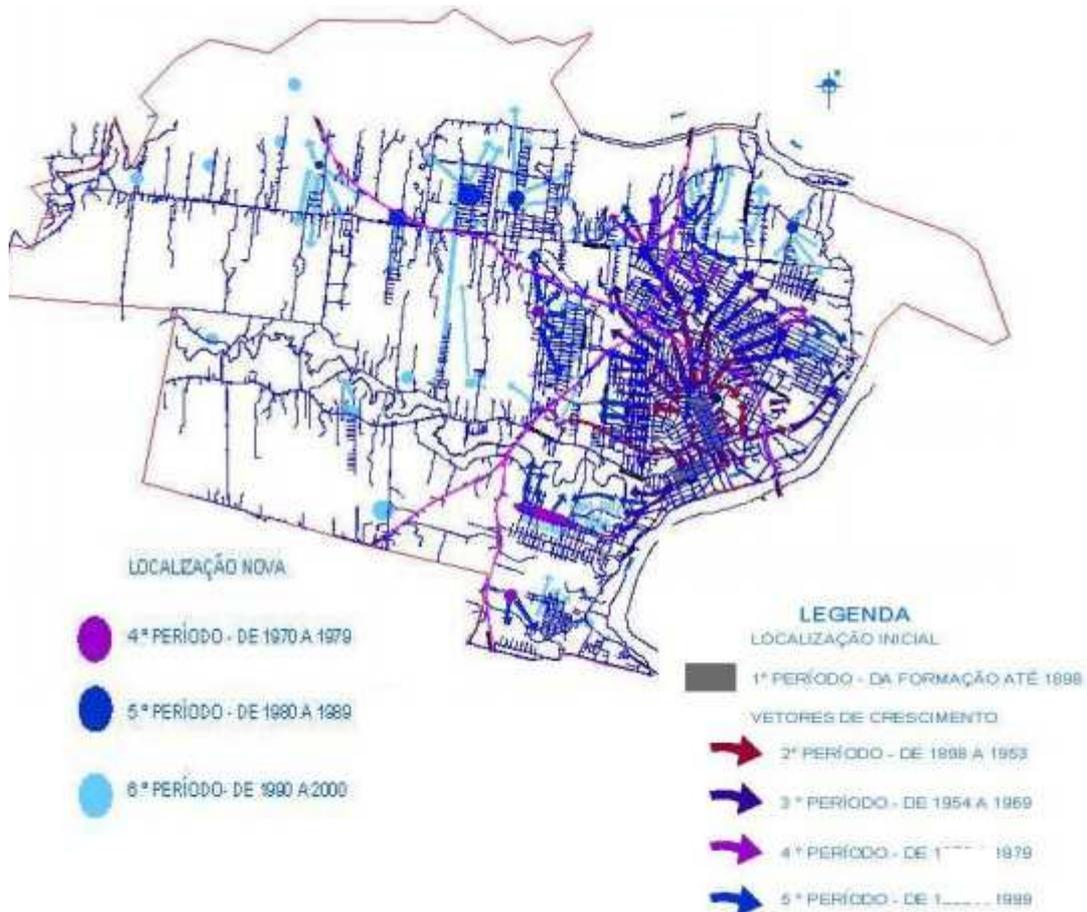
Fonte: Scheibe, Piccinini e Braga (2015, p. 23).

O território do município de Lajeado ocupa uma área de 91 km² e faz divisa com os municípios de Cruzeiro do Sul, Santa Clara do Sul, Arroio do Meio, Estrela, Marques de Souza e Forquetinha. O desenvolvimento do setor industrial e do setor de serviços provocou um crescimento urbano significativo do município de Lajeado nos últimos 40 anos. Em 1970, 75% da população vivia no meio rural, mas hoje o quadro se inverteu e 74% vive na zona urbana. O município divide-se em uma zona urbana de 80,16 km² e uma zona rural de 11 km² (Seplan, 2017).

4.1.1 Histórico do desenvolvimento da cidade

O crescimento do município (FIGURA 12) iniciou-se a partir do primeiro núcleo urbano, originalmente voltado às margens do rio (SCHIERHOLT, 1992), em direção ao nordeste devido à atração da esfera de influência das novas rodovias: a BR 386, que liga a região a Porto Alegre e a ERS 130, rodovia estadual, que liga a Venâncio Aires e Encantado e devido à implantação da universidade (SCHEIBE; PICCININI; BRAGA, 2015).

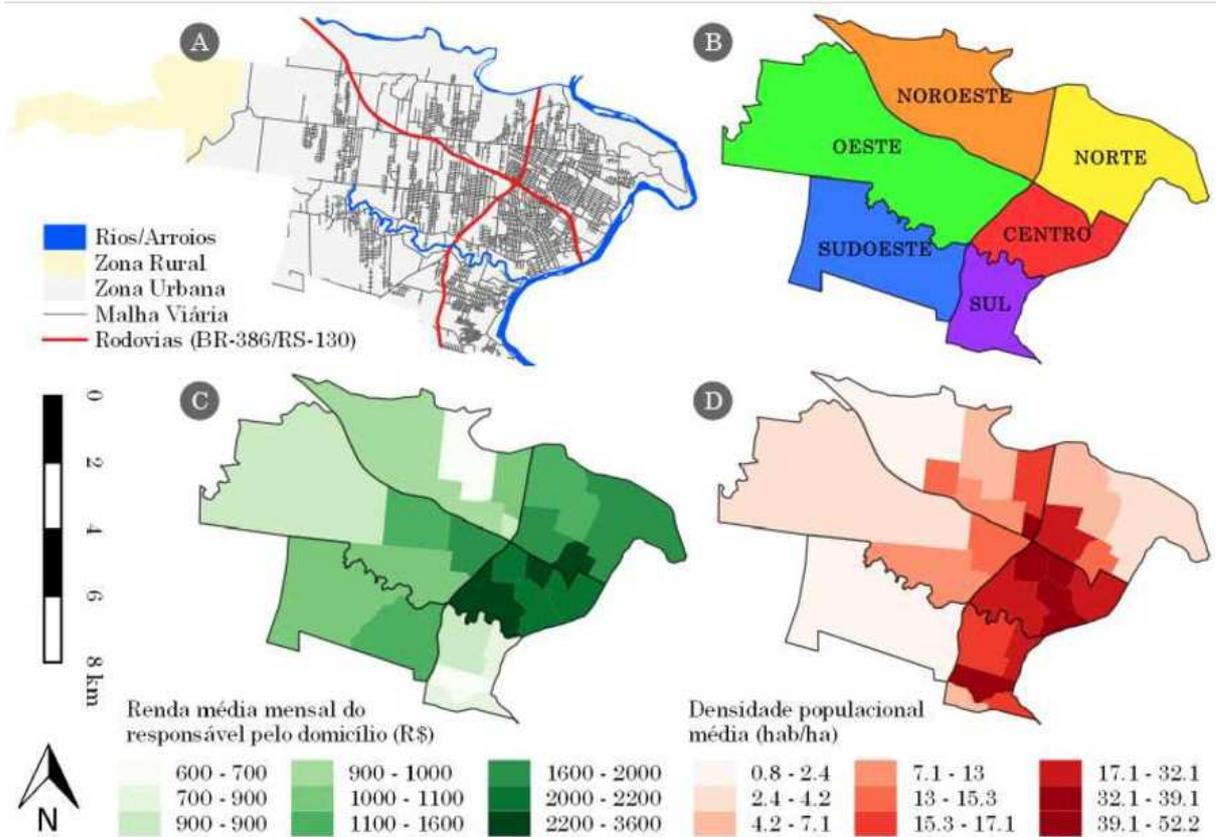
Figura 12 – Vetores do crescimento do município de Lajeado



Fonte: Alves (2010, p. 88).

Hoje, a malha urbana de Lajeado é cortada no sentido norte-sul pela BR 386 e no sentido leste oeste pela RS 130, o que a divide em quatro quadrantes (FIGURA 13). O bairro Centro, núcleo urbano inicial, se localiza no quadrante sudeste. No quadrante nordeste se encontra a Univates, que atrai estudantes e profissionais de toda região. A facilidade de acesso à universidade contribuiu para que o campus e seu entorno se desenvolvessem urbanisticamente nos últimos anos.

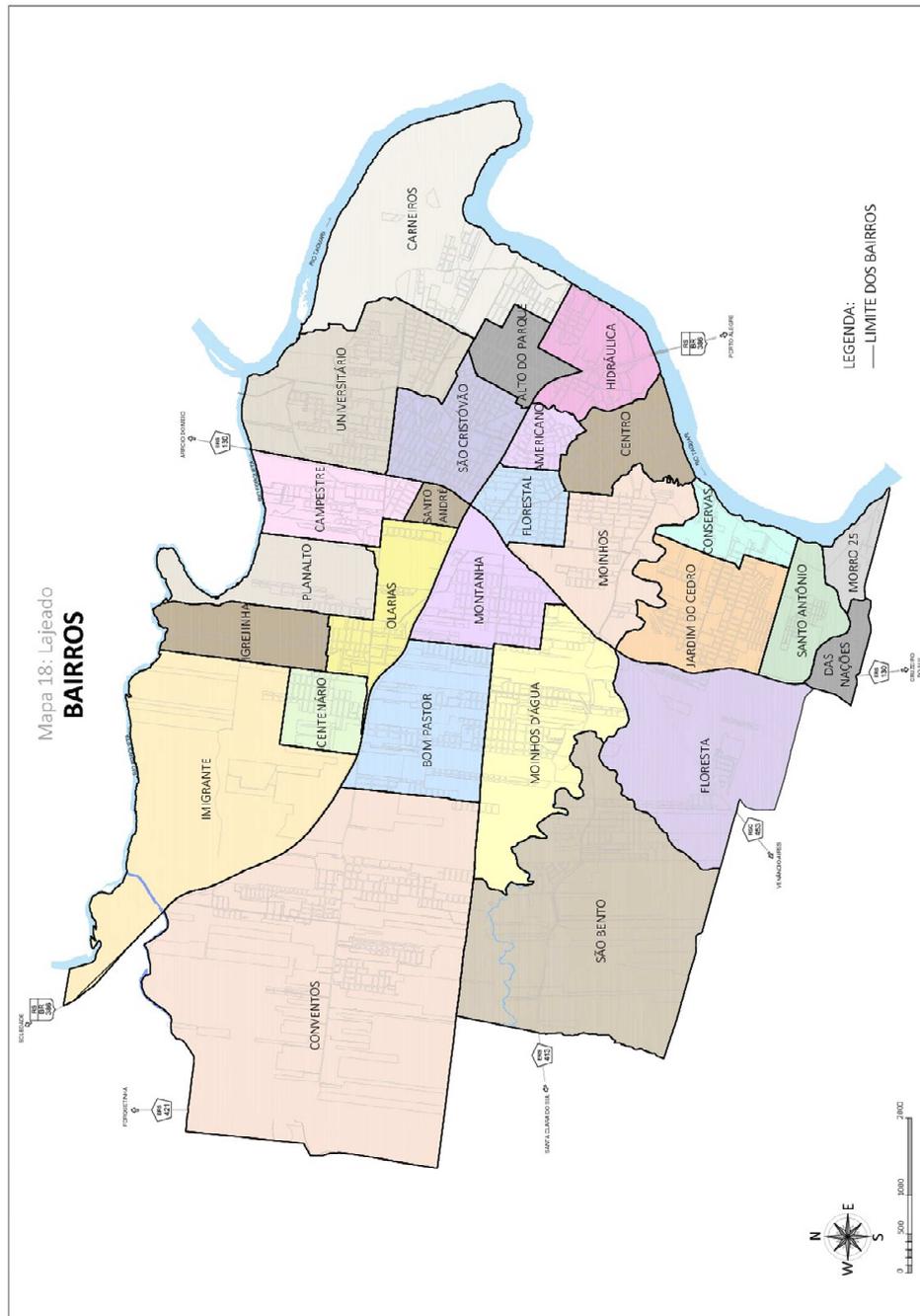
Figura 13 – Divisão da Zona Urbana de Lajeado em setores para análises métricas da paisagem



Fonte: Gabe (2017, p. 159).

Os conjuntos do PMCMV se situam no quadrante sudeste da cidade na divisa entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio (FIGURA 14), parte que concentra as cinco maiores indústrias da região: BRF, Minuano, Docile, Florestal e Benoit (NASCIMENTO, 2012), o que corrobora as observações estudadas por Maraschin e Guidolin: “a localização tende à dispersão, fora do centro urbano, associada a vias de transporte fluvial, rodoviário. As necessidades de mão de obra, associação com outras empresas e acesso a mercados são fatores que contribuem por determinar o grau de distanciamento do centro” (2013, p. 3).

Figura 14 – Mapa dos bairros de Lajeado

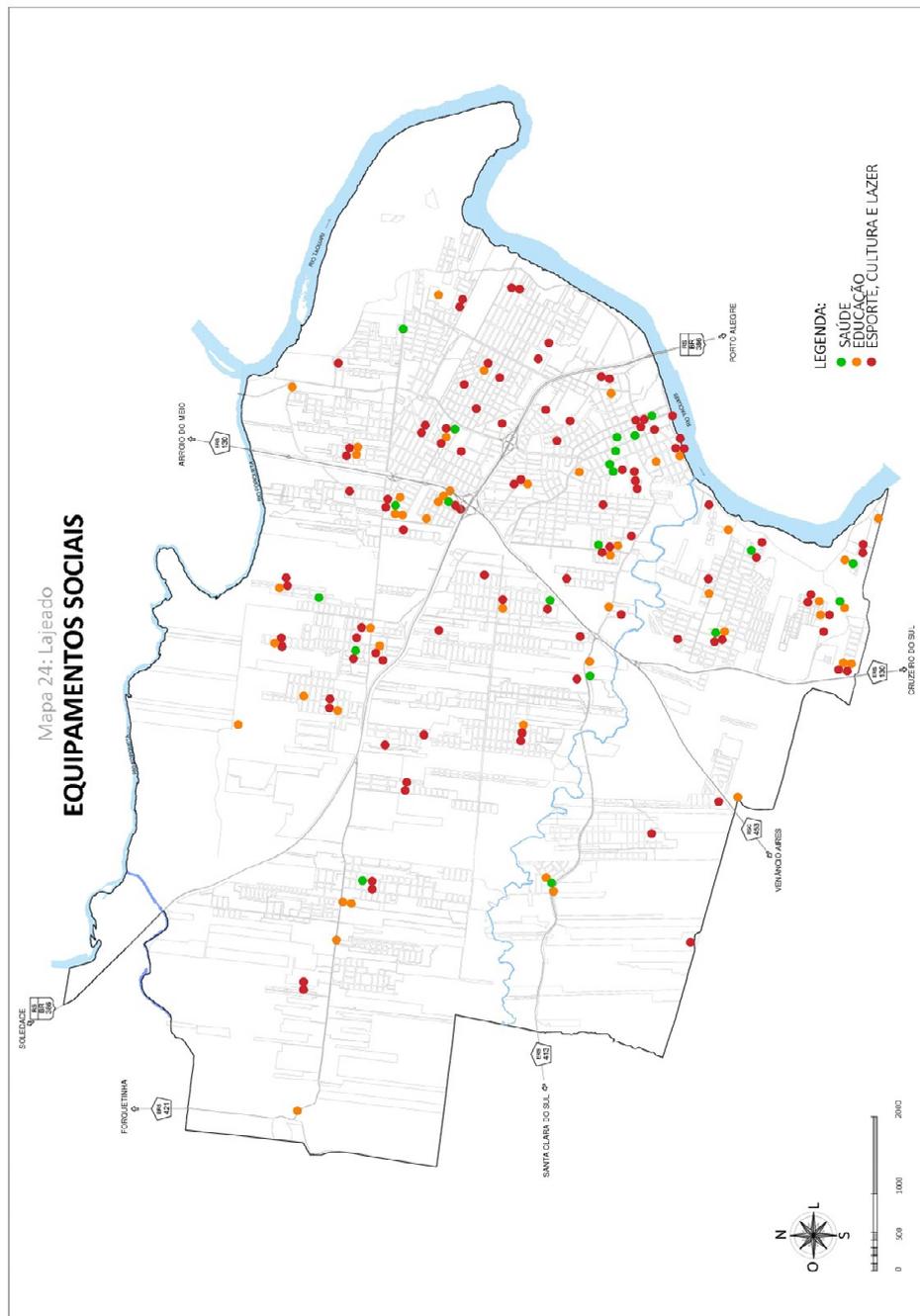


Fonte: Seplan (2017).

A localização dos equipamentos públicos no território municipal (FIGURA 15) indica uma concentração dos serviços nas regiões centro e nordeste da cidade, onde estão os principais equipamentos administrativos, de saúde e de lazer, assim como a Univates e seus espaços (biblioteca, ginásio, pista atlética, piscina, centro de saúde, etc.). Pode-se notar a desigualdade entre os bairros na repartição das praças e áreas verdes: enquanto o bairro São Cristóvão, vizinho da Univates, possui 15 praças, o bairro Santo Antônio possui somente uma

pracinha.

Figura 15 – Mapa dos equipamentos públicos de Lajeado



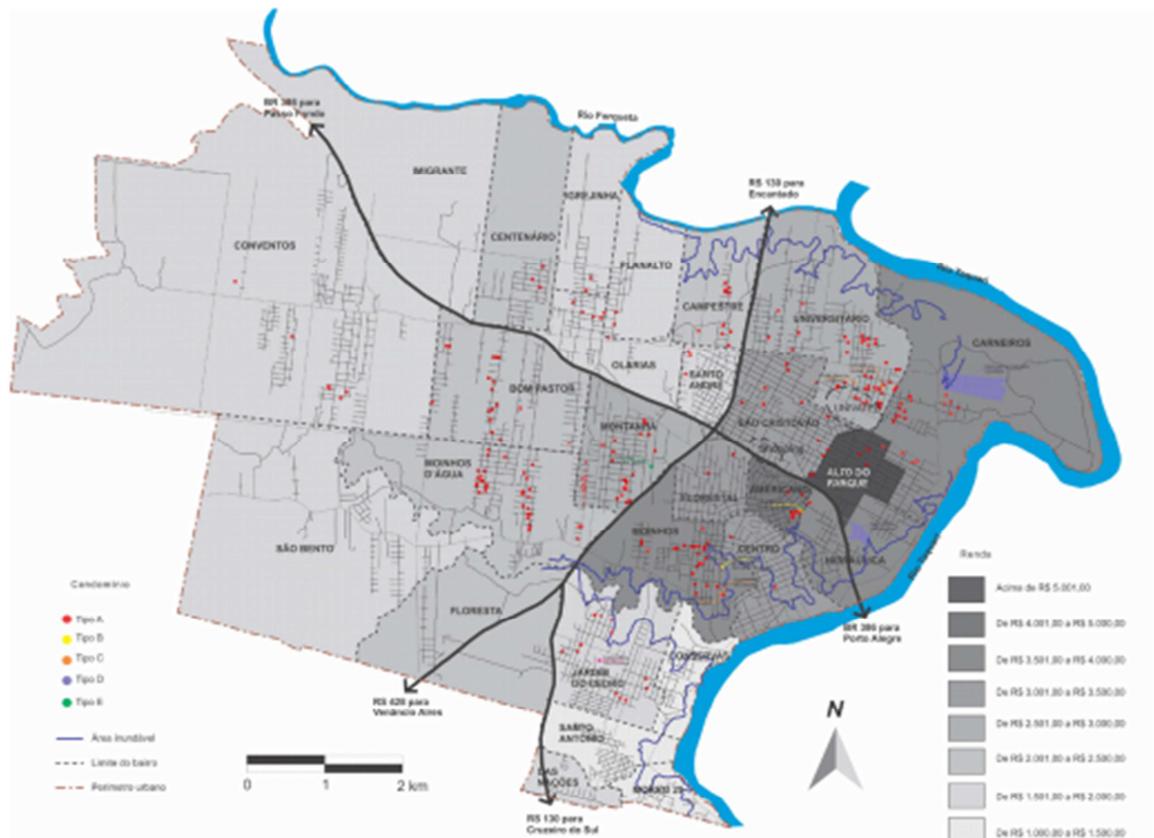
Fonte: Seplan (2017).

No Mapa da renda e construção de condomínios (FIGURA 16), a localização dos condomínios nos diferentes bairros de Lajeado nos permite observar que eles se concentram em duas regiões: na mancha contínua ao centro e centro secundário e no bairro Universitário, pontos de forte atração de pessoas e locais de fácil acesso através de vias de trânsito rápido. Os bairros com as menores rendas raramente possuem construções assobradadas. Os

condomínios fechados estão localizados nas zonas periféricas, o que remete ao conceito de inovação espacial de Abramo (2007): o mercado imobiliário, ao buscar oferecer um produto diferente em uma espacialidade diferente, contribui com o processo de extensão da cidade.

Conforme a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), divulgada pela revista Exame (ESTUDO, 2017), os bairros mais valiosos de Lajeado são: Universitário, Centro, Hidráulica e São Cristóvão. O preço médio do metro quadrado nestes quatro bairros varia de R\$ 3,5 mil a R\$ 4,7 mil. Os valores do metro quadrado mais baratos da cidade encontram-se nos bairros Moinhos D'água, Moinhos e Jardim do Cedro, valendo entre R\$ 1,9 mil e R\$ 2,4 mil. A pesquisa não apresenta dados sobre o bairro Santo Antônio, tendo em vista que utilizou como base sites de classificados de imóveis e neste bairro existem poucos imóveis à venda no mercado formal.

Figura 16 – Renda e a presença dos condomínios em Lajeado



Fonte: Bergamaschi e Silveira (2014, p. 23).

O estudo configuracional de Lajeado, elaborado por Scheibe, Piccinini e Braga (2015), utilizando o método da Sintaxe Espacial de Hillier e Hanson que analisa a acessibilidade, centralidade e hierarquia dos fluxos de passagem, coloca em

evidência as lógicas existentes na dinâmica espacial da cidade (FIGURA 17).

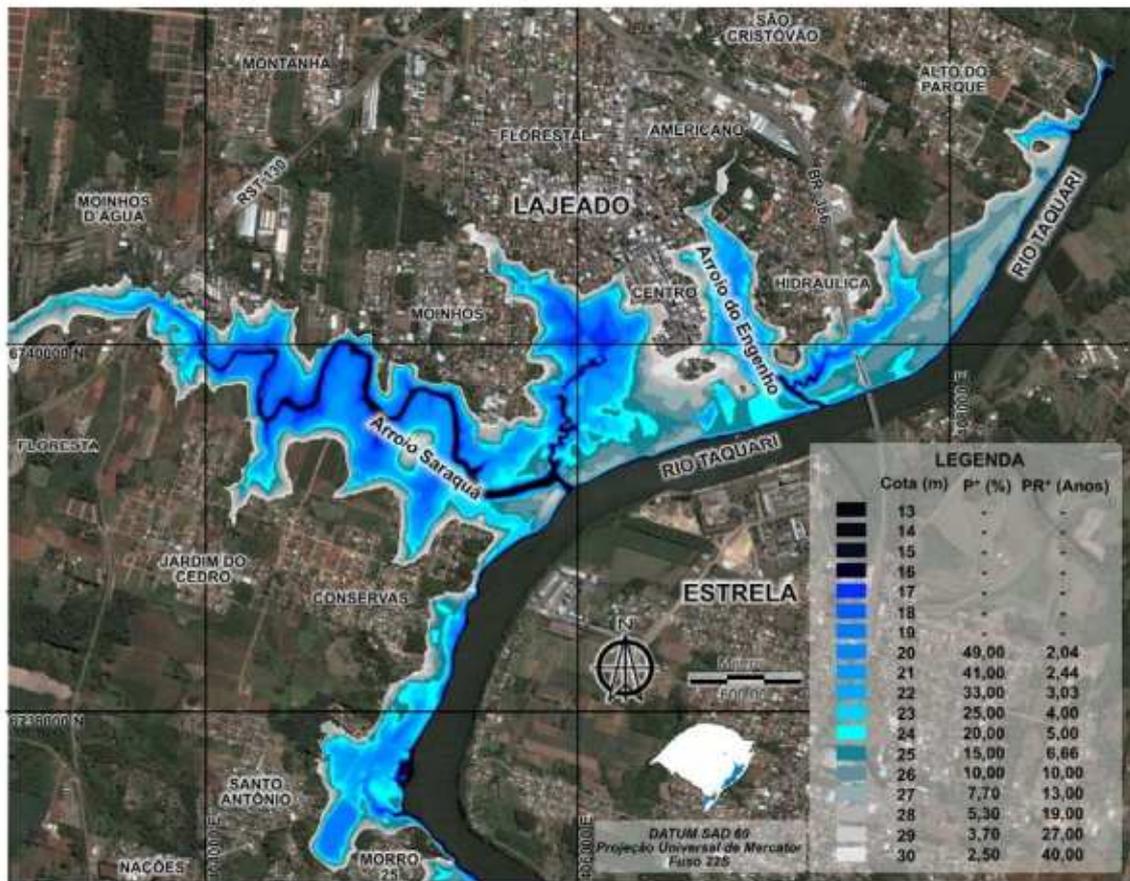
Figura 17 – Mapa Integração Global de Lajeado em 2014



Fonte: Scheibe, Piccinini e Braga (2015, p. 23).

A carta de inundação de Lajeado, conforme a Figura 18, é oriunda de um trabalho de simulação de enchente na cidade. Nesse documento, podemos reparar na separação que há entre o bairro Santo Antônio e o resto da cidade, em um corte espacial que cristaliza de maneira evidente a segregação espacial dessa área.

Figura 18 – Carta de inundação da cidade de Lajeado



Fonte: Eckhardt (2008, p. 90).

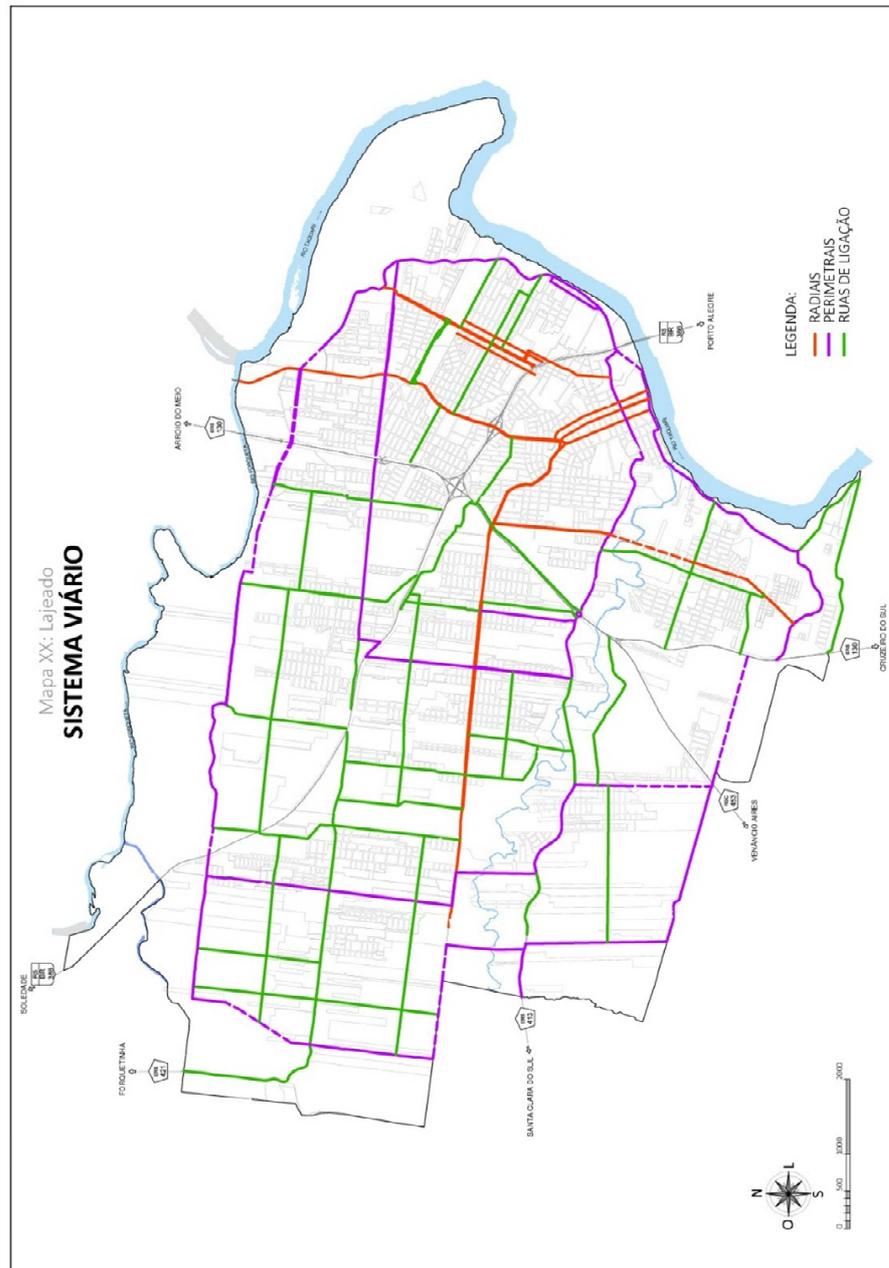
Os mapas coletados durante a fase de negócios do Plano Diretor Lajeado 2040 não parecem representar essa realidade. No mapa da pavimentação (FIGURA 20), faz-se menção a dados desconhecidos, o que pode significar que as autoridades municipais não têm dados precisos sobre o bairro, e que faz eco à noção da “cidade desconhecida” de Maricato (2011).

Os mapas de iluminação pública, sistema viário e de pavimentação das ruas (FIGURAS 19 a 23) mostram o atraso do bairro em relação aos outros mais novos, sendo que é um dos mais antigos de Lajeado. Mesmo que o mapa de equipamentos (FIGURA 15) pareça mostrar uma distribuição equitativa dos serviços do município no território, colocado em paralelo com os mapas de pavimentação, iluminação pública e acesso às redes de comunicação, entende-se a diferença de atenção trazida para esta zona da cidade. A desigualdade na distribuição das torres de comunicações no território municipal (FIGURA 22) ilustra a noção de exclusão digital que superpõe a divisão social e geográfica ao acesso a tecnologias (PAQUOT, 2016).

As linhas de ônibus da companhia Ereno Dörr oferecem dois ônibus por hora, entre

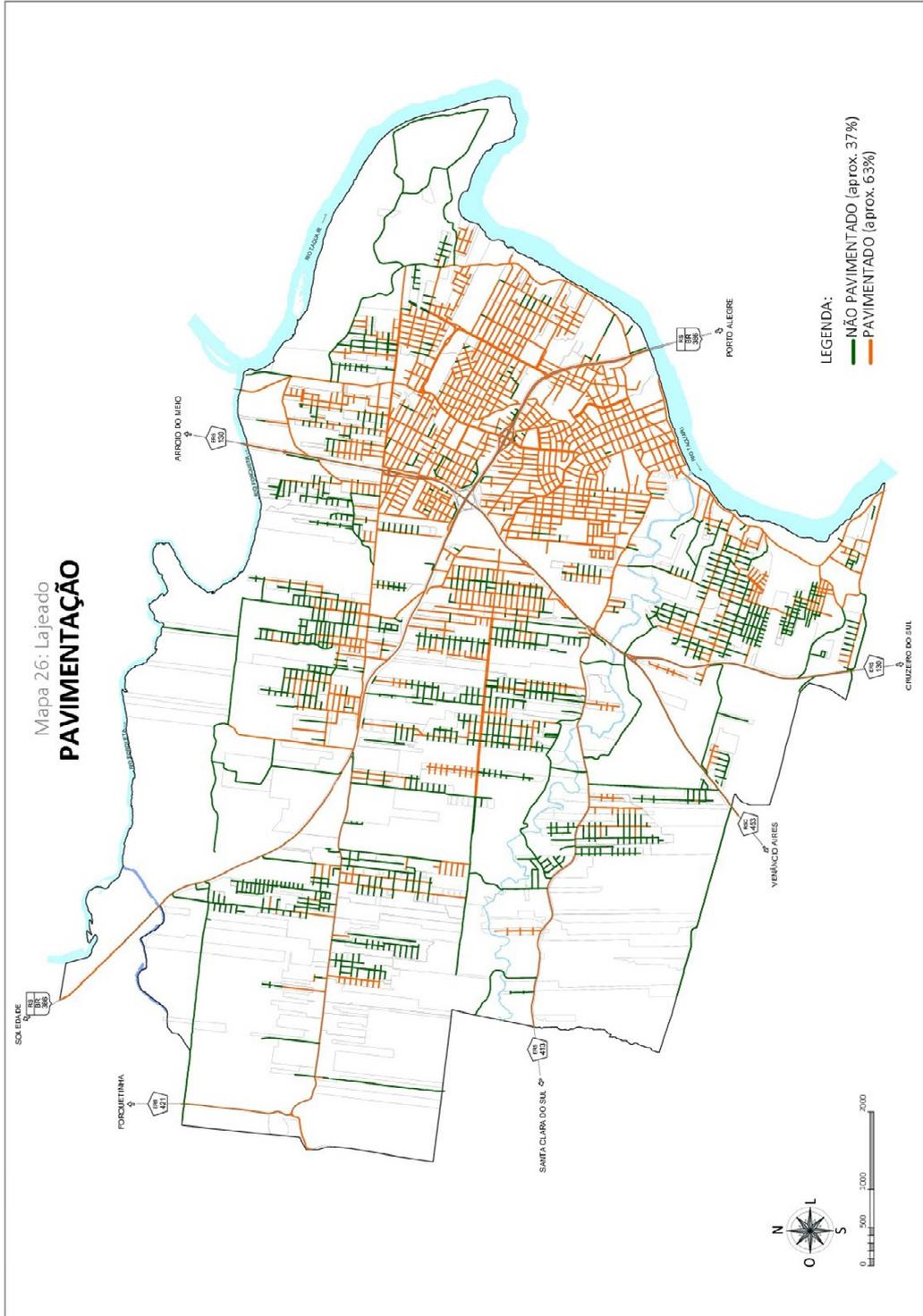
7h20min e 22h35min, ao custo de R\$ 3,90 cada passagem no coletivo urbano e R\$ 5,20 no seletivo. O fluxo é reduzido a um ônibus por hora aos sábados e domingos, entre 7h e 20h, prejudicando os moradores que trabalham nos comércios, indústria ou restaurantes do centro nos finais de semana.

Figura 19 – Mapa do sistema viário



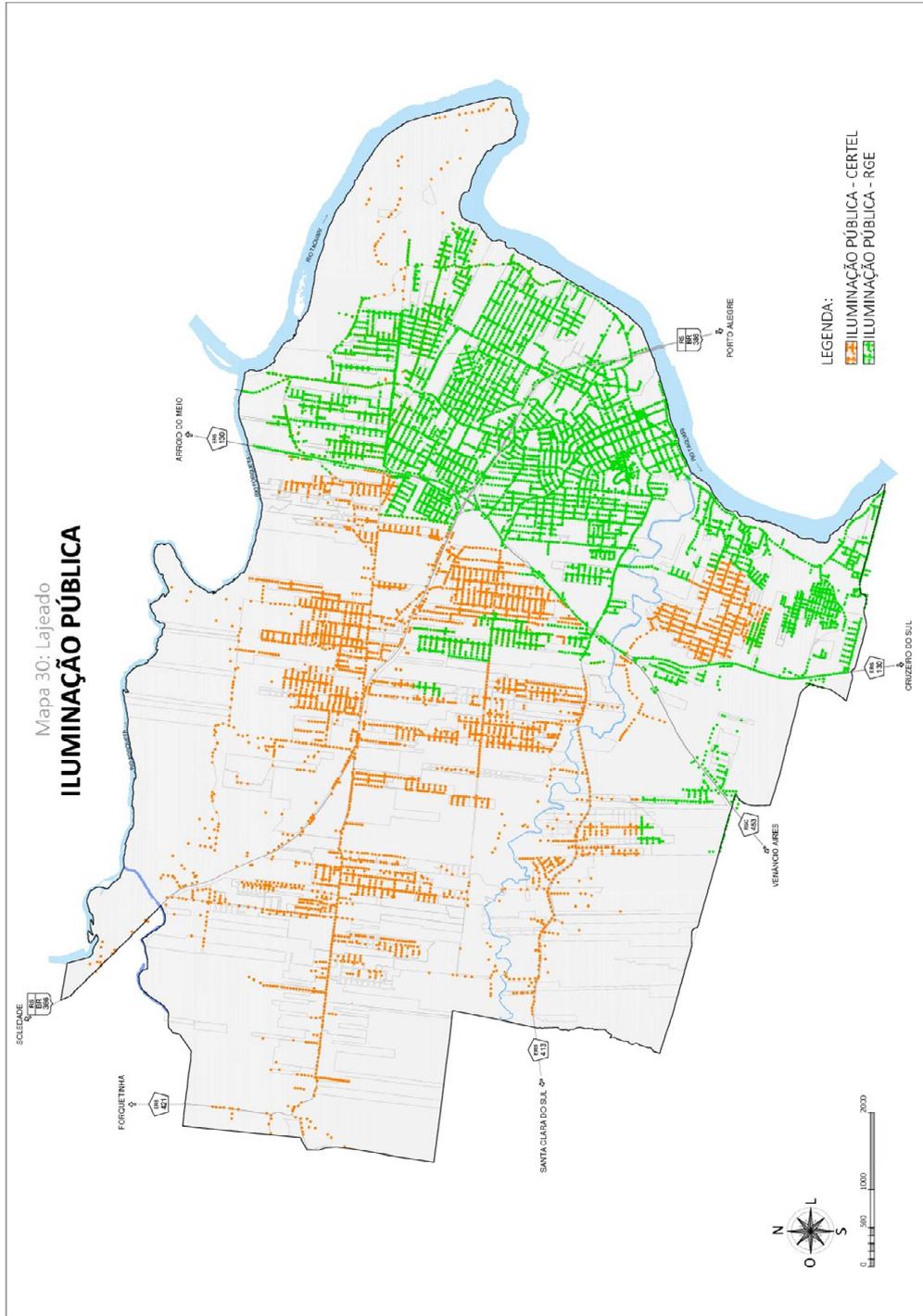
Fonte: Seplan (2017).

Figura 20 – Mapa da pavimentação



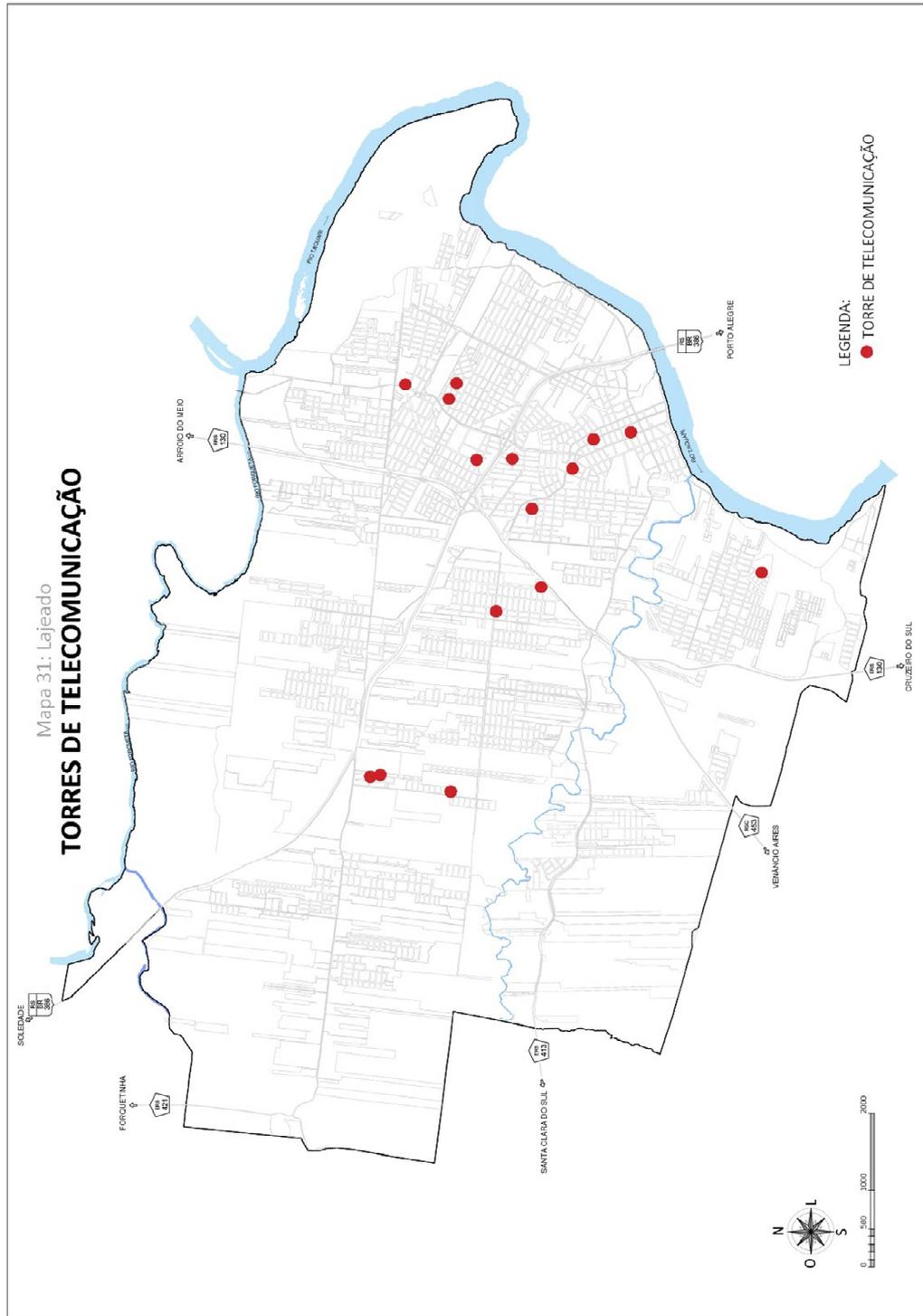
Fonte: Seplan (2017).

Figura 21 – Mapa da iluminação pública



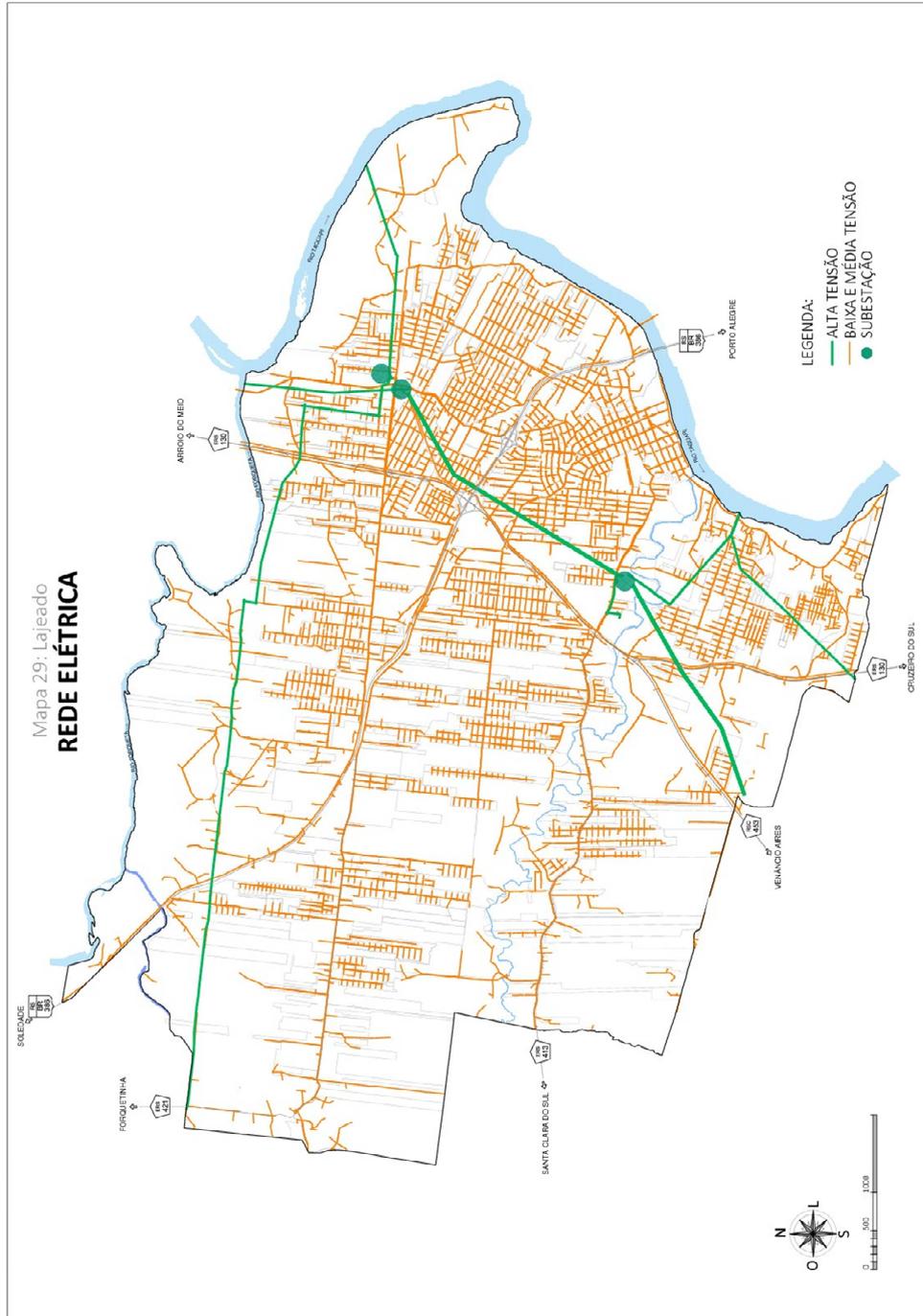
Fonte: Seplan (2017).

Figura 22 – Mapa das torres de comunicação



Fonte: Seplan (2017).

Figura 23 – Mapa da rede elétrica de Lajeado



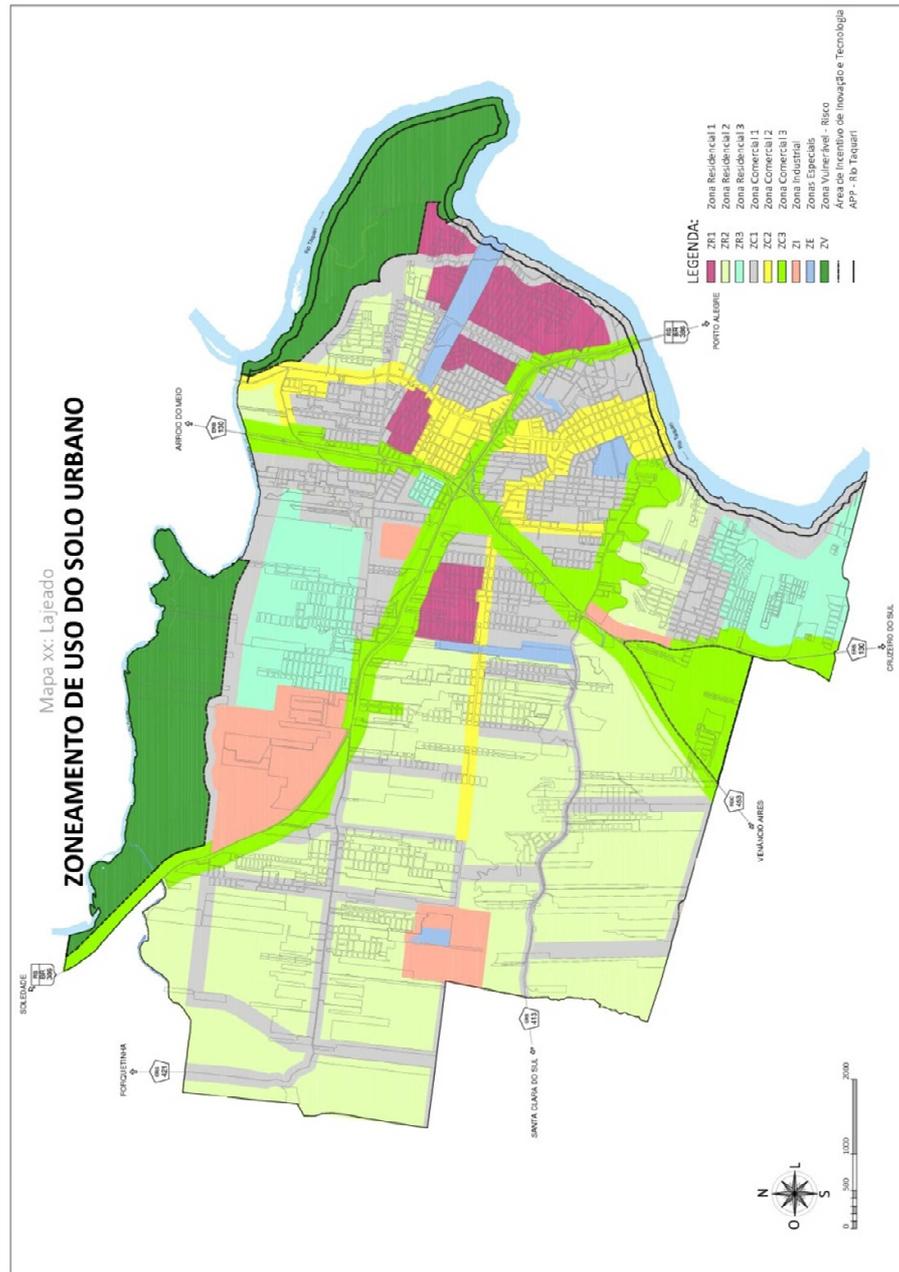
Fonte: Seplan (2017).

4.1.2 Orientações futuras para o município: o Plano Diretor Lajeado 2040

Em preparação para o Plano Diretor Lajeado 2040, a cidade realizou um diagnóstico preciso de seu estado atual e de seus serviços, antes de divulgar as grandes direções do projeto em uma primeira audiência pública que assisti. Durante o evento, foi notável a forte presença dos líderes dos bairros privilegiados Alto do Parque e Verdes Vales, bem como as associações do setor de construção, o que reflete a boa organização desses grupos em oposição à ausência total de representantes dos bairros da zona sul, sendo que a associação do bairro Santo Antônio não é mais atuante. Uma consulta pública foi realizada por meio de questionários disponibilizados nas escolas públicas e especialistas e empresários influentes da região foram consultados e reunidos durante um seminário na Univates, a universidade local.

O plano é muito ambicioso e bastante abrangente e tem como proposta resolver os problemas inerentes à urbanização rápida, como a mobilidade urbana (FIGURA 24). Propõe a criação da Rota da Inovação que faz a ligação da universidade e seu polo tecnológico com o centro da cidade, através do corredor Bento Rosa que concentra vários futuros equipamentos como centro de saúde, heliporto e complexo de hotelaria e gastronomia.

Figura 24 – Proposta de Plano Diretor Lajeado 2040



Em contraste com a valorização das margens do Taquari pela modificação do uso do solo da área, visando fortalecer o comércio e o turismo no setor, a proposta acentua a desvalorização do centro histórico que se torna “área degradada”, o que justificaria uma eventual parceria entre o poder público e as empresas privadas para sua revitalização. É possível contemplar a influência das cinco grandes construtoras da região: Diamante, Zagonel, Imojel, Richter Gruppe e RB (GABE, 2017) que oferecem grandes áreas para venda no corredor da Bento Rosa, entre as margens do rio e a Univates. Mais uma vez, lembremo-

nos da teoria de Villaça sobre a criação ideológica da cidade justa, a cidade digna de receber as atenções e investimentos.

4.1.3 A visão social do Plano Diretor Lajeado 2040

O plano é de grande ambição para a cidade ao nível da região. As direções parecem focar em bairros em torno da Univates e dos novos bairros com maior concentração de condomínios, como o Conventos. Quanto ao distrito de Santo Antônio e, em geral, a zona sul da cidade, o plano prevê a melhoria de uma pista radial já existente com ciclovia e a instalação de uma unidade do CRAS¹⁴.

Questionada sobre este assunto em uma entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2017, após ocupação do Novo Tempo I, Barbara Weber, a assistente social e responsável do projeto do Novo Tempo comenta: “na minha opinião é uma lacuna entre o social e o planejamento urbano”. Ela explica que a equipe social não foi consultada em relação ao Plano Diretor. As equipes do CRAS e da Sthas elaboraram uma proposta das demandas. As principais reivindicações são: instalação do posto de Saúde ESF, da Unidade do CRAS no Santo Antônio, da Via secundária e a reativação do Conselho Municipal de Habitação (que existe mas não está ativo). Todas as demandas de habitação são discutidas no Conselho de Assistência.

4.2 A FORMAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO

Foi denominado, primitivamente, Chácara da Prefeitura. Como área pública, junto ao trilho de pedestres e carroça, na década de 1950 começaram a surgir alguns casebres, próximos a uma fonte de água, sendo a Vovó Leontina uma das primeiras. Com a fundação da Saidan, em 1953, e a criação da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Oscar Karnal, em 1956, cresceu o número de choupanas. Para angariar fundos e dar assistências às famílias carentes, a Irmã Reinalda Moesch fundou o Clube Beneficente de Senhoras Lajeadenses, conseguindo envolver a administração municipal para que fosse construído um barracão habitacional para 18 famílias, lá por 1966. A falta de limpeza, dentro e fora das moradias, a proliferação de cachorros, gatos, bichos, moscas e insetos deram ao conjunto habitacional o apelido de “Chiqueirão”. Entretanto, as melhorias atraíam mais invasores e surgiam novas barracas. Desde 1973, a população passou a ter uma assistência social mais sistemática, com palestras para pais e crianças, cadastro dos carentes para obtenção de alimentos, assistência médica e medicamentos, através da Sthasas. A partir de 1977, o núcleo foi loteado, com um traçado de ruas, tentando-se criar uma nova imagem com a denominação de Vila Santo Antônio. Embora o termo Vila signifique

¹⁴Em relação ao pedido de criação de uma unidade de CRAS no território, esta é uma antiga reivindicação que, de acordo com Barbara, nenhuma prefeitura até agora conseguiu respeitar, e apesar de estar na lei, não aparece como uma prioridade na agenda municipal. Por ser uma exigência da lei e uma urgência social de estar presente fisicamente no setor, Barbara aponta que luta por isso desde as 3 últimas prefeituras e nunca foi atendida pelas autoridades locais.

sede de um distrito, a maioria da população rejeitava o nome Vila, passando a ser Bairro Santo Antônio (PREFEITURA, 2016).

4.2.1 A construção da imagem do bairro

O bairro Santo Antônio é conhecido na cidade e na região em função das altas taxas de criminalidade. As matérias da imprensa local relatam com frequência casos de tráfico de drogas, assassinatos e violência doméstica. Tais imagens veiculadas na imprensa encontram eco no discurso de moradores de outros bairros que afirmam que não é possível entrar no bairro Santo Antônio à noite, ou ainda que o bairro é violento e perigoso, com a totalidade dos moradores vivendo em condições precárias. As notícias tratando do Santo Antônio e dos conjuntos habitacionais Novo Tempo são raramente positivas, o que pode remeter à constatação de Wacquant, quando se refere aos subúrbios na França:

As representações que circulam no campo jornalístico contribuem para elaborar a realidade, à medida que - e isto jamais é negligenciado - elas influenciam a maneira como a realidade é percebida, gerida e vivida tanto pelos responsáveis pela administração dos “problemas sociais” quanto pelos responsáveis que são o alvo de suas intervenções (WACQUANT, 2000, p. 116).

Durante minha pesquisa, um jornal local veiculou uma reportagem extremamente crítica sobre os conjuntos habitacionais Novo Tempo II (ANEXO A). O jornalista comentou sobre a carência de equipamentos públicos e pareceu questionar indiretamente o investimento por parte do município na implementação de um conjunto de habitações de interesse público (POPULAÇÃO, 2017). Em várias ocasiões, a assistente social e responsável técnica social pelo programa reclamou do fato de que “As outras construtoras também fazem obras financiadas através do MCMV, porque o Novo Tempo é tão criticado?” Outras vezes, ela comentou que: “Há uma vontade política de nunca falar sobre o MCMV!” Foi interessante a reportagem porque o jornalista entrevistou a mesma moradora com quem eu havia conversado algumas semanas antes. Ela me explicou, na ocasião, que ter acesso a esse apartamento permitiu-lhe recuperar a guarda das filhas, perdida por causa de uma depressão que levou-a à internação e à perda do emprego, porém, na reportagem a atenção era focada apenas na falta de oportunidades para a escolaridade das filhas.

O episódio da publicação do artigo muito negativo sobre o Novo Tempo provocou a frustração da responsável técnica social, porque suas palavras foram transformadas, denegrindo assim toda a ação dos serviços sociais realizados no entorno dos conjuntos habitacionais. Barbara me ofereceu de documentar minha pesquisa, eu recusei a oferta e ela me convidou então a participar de uma reunião dos atores do projeto Movimentação nas

instalações do CRAS. O projeto Movimentação tenta apropriar-se do controle da representação pública dos habitantes do Bairro Santo Antônio, alguns deles jovens residentes do Novo Tempo, através do ensino de técnicas de mídia que visam contar histórias positivas do bairro, histórias de sucesso¹⁵. Mais tarde, assisti às intervenções dos jovens do projeto Movimentação no Facebook e durante a assinatura dos contratos.

4.2.2 Lugar de exclusão social

O Santo Antônio, ele surgiu com a chácara do município, então os assentamentos populares eles eram colocados ali. Sempre foi, um apartheid, assim.

A gente brinca que a ponte do Saraquá é um marco divisório - como se a cidade fosse outra cidade - Ai, Conservas.

Não tem, lá a atenção da cidade fica do outro lado da cidade. O próprio CIEP, vandalismo, a gente sente que muda o endereço, a autoestima do bairro. Alteração do Plano Diretor (Entrevista com a assistente social em 29/06/2017).

Uma das contribuições fundamentais de Elias e Scotson (2000) foi mostrar que a segregação entre grupos de mesma nacionalidade e classe social existe dentro de uma mesma cidade. A discriminação não está necessariamente atrelada à diferença física aparente, mas ela pode ser fabricada pela criação de uma imagem exótica e degradante do “outro” usando lógicas de exclusão entre pessoas de uma mesma cidade, que são baseadas inclusive na estigmatização oficial dos “outros”, entre os “estabelecidos” e os “outsiders”. No caso de Winston Parva, pequeno povoado inglês de nome fictício, Elias e Scotson evidenciam a existência de fortes relações entre os antigos moradores e os que chegaram depois. O grupo dominante reproduz sua dominação excluindo os “outsiders” dos locais de tomada de decisão e de poder como conselhos, igrejas, clubes e afirmando sua coesão social através da utilização de rumores sobre os outsiders, ou demonstrando preconceito cuja principal função é de reforçar a imagem positiva do próprio grupo estabelecido, bem como a imagem negativa sobre aqueles que vieram depois.

Para os autores, a exclusão decorre de lugares de poder e funciona de modo simbólico, afetando a autoestima, a dignidade ou o amor próprio. Os “outsiders” reclamam dos olhares

¹⁵A ideia remete ao fato de “lutar contra a profecia autorrealizável e recuperar o controle de sua própria representação pública”, assinalada por Wacquant (2000, p. 116) se referindo aos jovens dos bairros desfavorecidos franceses. Infelizmente, no caso do projeto Movimentação de Lajeado, seu impacto é restrito às atividades sociais e nunca quebra a barreira imposta pela mídia local.

dos quais são vítimas, ou que os evitam, do desprezo e da desqualificação ou estigmatização que os priva de sua autoestima. Essas lógicas de exclusão impactam não apenas as identidades coletivas, mas agem igualmente sobre as identidades individuais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 256).

O bairro Santo Antônio é muitas vezes descrito como a "favela" de Lajeado. É necessário definir as representações sociais relacionadas à favela como objeto social urbano, de acordo com a definição de Piccolo (2006), que entende como locais de "carências" de bens materiais, devido a habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem esgotos, água ou luz; e de civilidade, já que sua população era vista como marginal, criminosa, perigosa, "carente" de moralidade. As favelas são interpretadas, ainda, como lugares sem a presença do Estado e com uma organização social da comunidade (PICCOLO, 2006, p. 130). Pobreza e precariedade impregnam o imaginário social ligado à favela. Valladares, em *A invenção da Favela* (2005), evoca três dogmas: especificidade do lugar (lugar de pobreza e território urbano dos pobres), a favela como unidade (universo plural reduzido a uma categoria única) e lugar com marca identitária e condicionante (o que remete ao conceito do efeito de lugar de Bourdieu). No caso do bairro Santo Antônio, em Lajeado, podemos notar a presença da intervenção de três grupos de atores sociais que são as autoridades públicas, as associações de bairro, as ONGs e a universidade local (através das ações interdisciplinares de Cuidados em Saúde), para as quais tal intervenção justifica seus discursos, ação ou financiamento.

4.2.3 Equipamentos e serviços urbanos

Entrevistado durante a conferência do CRAS¹⁶, A. é morador do Novo Tempo II e foi eleito representante para defender os interesses do CRAS de Lajeado e suas reivindicações em Porto Alegre. Quando questionado sobre a pertinência de ter um representante do conjunto habitacional, ele respondeu:

Porque estatisticamente, mais da metade das políticas públicas estão voltadas aos bairros Conservas, Praia, Santo Antônio, Morro 25, Nações. Toda essa área. Então por isso tem que fortalecer a prevenção para diminuir a desigualdade na sociedade (Entrevista com A., morador do Novo Tempo II em 27.07.2017).

Sobre a questão dos principais problemas do bairro, sua opinião é a seguinte:

¹⁶No dia 27.07.2017, fui convidada por Barbara a assistir à conferência do Cras, na APAE do bairro São Cristóvão.

Os problemas? Me identifico. A qualificação profissional. A saúde, no bairro precisa muito. A escola. Os direitos, os deveres também para trazer mais igualdade social. [...] Área verde. Posto de saúde, creche. O que for colocado ali, Santo Antônio, Conservas, Jardim do Cedro é uma grande fatia da cidade que precisa essa atenção pela carência de conhecimento, cultura, essa parte cultural também, desenvolver mais. A valorização social, esse capital social dessa população (Entrevista com A., morador do Novo Tempo II em 27.07.2017).

4.3 AGRUPAR OS POBRES: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO TEMPO I E II

Em Lajeado, no Vale do Taquari, os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II constituem o maior empreendimento social da cidade, reservado para a faixa 1 do programa governamental MCMV, que é a mais baixa e acolhe 498 famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00. Os empreendimentos imobiliários são situados na divisa com os bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro, bairros tradicionalmente operários da cidade¹⁷. São 28 prédios, com 16 apartamentos cada. Os dois conjuntos habitacionais (FIGURAS 25 e 26) foram objetos de dois contratos para a construção entre a administração municipal, a Caixa Econômica Federal e a construtora ALM Engenharia, de Venâncio Aires, vencedora da licitação com investimentos respectivos de R\$ 17,2 e R\$ 9,6 milhões (NOVO, 2016).

Figura 25 – Vista dos prédios do PMCMV durante a construção a partir do centro de Lajeado



Fonte: Prefeitura (2016).

¹⁷No bairro Santo Antônio, foram construídas 30 casas populares em 2013 que passaram pelas mãos de três construtoras, demorando em torno de 7 anos para serem finalizadas.

Figura 26 – Os conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II durante a construção



Fonte: Prefeitura (2016).

Os terrenos, propriedades do município, foram doados pela prefeitura por meio de duas leis: Lei Ordinária 8.783 de 2011 e Lei 9.345 de 2013. O terreno de 39,000 metros quadrados era um antigo depósito ilegal de lixo, já foi lugar do projeto de construção da casa prisional entre 2008 e 2010, e é adjacente à aldeia Kaingang, que ocupa terreno cedido em 2008 pelo município (OLIVEIRA, 2010). O projeto da prisão, objeto de um processo do Ministério Público em 2008 e 2010, foi abandonado em razão de um parecer antropológico desfavorável e da oposição dos moradores que reivindicavam mais atenção ao bairro.

4.3.1 Etnografia dos conjuntos habitacionais Novo Tempo

Os conjuntos habitacionais de interesse social do programa Minha Casa, Minha Vida Faixa 1, denominados comumente de “conjuntos do PT”, estão localizados no bairro Santo Antônio, um distrito distante do centro de Lajeado. Sendo um bairro onde não há outras atividades, apenas habitações, não haveria outro motivo para frequentá-lo, até porque tem má reputação, se não por uma razão específica desta pesquisa.

Uma primeira saída de campo foi realizada em agosto de 2016 apenas para verificar o andamento da obra e o acesso ao local. Nesta ocasião, optei por não usar um mapa no âmbito de ter de pedir informações sobre o caminho até o interior do bairro Santo Antônio.

Adentrando o bairro, pude constatar que é bastante desigual: existem, de fato, regiões em que falta calçamento nas ruas e as moradias são de madeira, sem esgotamento sanitário, mas em outras existem ruas asfaltadas e casas de alvenaria que poderiam ser encontradas em qualquer bairro da cidade. O dia de campo foi um domingo ensolarado, na parte da tarde, e em contraste com a imagem que é veiculada do bairro, foi possível ver pessoas sentadas na frente de suas casas tomando chimarrão, crianças brincando nas praças e um ambiente de aparente tranquilidade. Foi necessário perguntar a três pessoas antes de encontrar o caminho, no fundo de uma estrada de terra que leva até o topo da colina, a longa barreira de madeira que impediu de ver os edifícios e depois a imponente fileira de prédios deixados no meio de uma paisagem deserta entre o cemitério e o antigo aterro. Neste *no man's land*, lá de cima, qualquer um fica atingido pela beleza da vista sobre o rio Taquari e a “cidade” distante que se destaca nesta paisagem de natureza exuberante.

Uma outra visita, um ano depois, me levou de volta aos Novos Tempos, desta vez não como simples observadora, mas como convidada pelos serviços sociais no início da minha pesquisa de campo. Era no dia da vistoria antes da entrega das chaves do Novo Tempo I, um dia agitado e importante para os futuros moradores, bem como para as equipes envolvidas no projeto. Nesta ocasião, resolvi testar o acesso pelo bairro Jardim do Cedro, vizinho do Santo Antônio. A paisagem é completamente diferente: saindo da BR, uma grande avenida asfaltada leva-me diretamente ao cruzamento no semáforo, onde é erguido o novo posto de gasolina Ipiranga, o único do bairro e que iria agregar mais comércios no decorrer de minhas visitas; na esquina apareceu uma farmácia, algumas lojas conveniência e lanchonetes. Subindo à direita, há terrenos à venda da construtora Imojel e vários novos sobrados com pequenos jardins cuidadosamente arrumados que se alinham até o grande terreno baldio que, segundo me disseram, acolherá o futuro posto de saúde. Em seguida vê-se o cemitério, que fronteira as fileiras dos blocos do Novo Tempo (FIGURA 27).

Figura 27 – Vista do apartamento sobre o conjunto vizinho, o cemitério e a linha de alta tensão



Fonte: Autora (2017).

No topo da colina, os dois conjuntos se enfrentam um ao outro e são separados por uma zona interdita sob a linha de alta tensão, onde foi colocado o cemitério de quatro andares. Ao passo que a entrada do Novo Tempo I se situa na avenida asfaltada vinda do posto Ipiranga, que inclui uma calçada pavimentada e uma ciclovia nova, o acesso ao Novo Tempo II é encravado, pois é preciso passar por uma rua perpendicular de chão batido até uma rua pavimentada que corre ao longo do muro alto do CIEP, o estabelecimento educacional de ensino fundamental do bairro Santo Antônio.

O fim da avenida asfaltada, logo depois da primeira fileira de casas populares vizinhas do Novo Tempo I, no sinal “Stop”, marca simbolicamente a delimitação entre os dois bairros vizinhos: o Jardim de Cedro e o Santo Antônio (FIGURA 28). Para o asfalto e a calçada e continua a cidade espontânea deixada por conta do Estado.

Figura 28 – Fim do asfalto, entrada do bairro Santo Antônio



Fonte: Autora (2017).

4.3.2 Dia da vistoria do Novo Tempo I

Dia 03 de julho. Os 18 prédios idênticos de 4 andares aguardam prontos para os futuros moradores. Do outro lado da cerca que se separa da calçada com a ciclovía, o estacionamento acabou de ser pavimentado e a grama acabou de ser plantada. Mais tarde, o pessoal da ALM me explicou que: “A grama é contrapartida da construtora. A prefeitura nos instalou na rua. A gente se dá muito bem com eles”.

Na entrada do conjunto, em frente à guarita, alguns jornalistas e fotógrafos se misturam às famílias. A agitação é palpável, pois é a última visita antes da assinatura dos contratos. Para alguns, a espera foi de mais de um ano; para outros, é a primeira vez que descobrem a habitação depois de haverem escolhido um apartamento na planta. O ponto de recepção foi improvisado no salão de festas. As equipes da Acordar e ALM registram os moradores e os levam para visitar os apartamentos (FIGURA 29).

Figura 29 – Dia da vistoria Novo Tempo I



Fonte: Sthas (2017).

Aproveito para me juntar a uma visita a fim de descobrir o interior dos apartamentos. Nas áreas comuns, as equipes de limpeza se apressam para terminar os detalhes finais. As entradas e escadas são largas e barulhentas, contam com caixas postais e interfone. Todos os blocos são idênticos e a tipologia é a mesma para todas as unidades: 40 metros quadrados, dois quartos, um banheiro, uma sala-cozinha. Pia, tanque, piso do chuveiro são os equipamentos básicos fornecidos pela construtora (FIGURAS 30 e 31). A satisfação dos moradores se expressa: “Achei bonito, é só que poderia dizer. Estou faceira, feliz. Sair do aluguel. Show de bola! Tri bonito, eu gostei! Vou morar sozinha, mas em todo lugar faço amizade. Procuro vizinha para tomar chimarrão, tomar sol”. Durante uma visita, uma moradora foi exigente em relação aos acabamentos:

Moradora: Atrasaram bastante. Espero que tudo vale a pena a espera. Fiz um boletim de ocorrência para janela, porta, tudo! Não dá pra deixar nada.

Funcionário da ALM: Na sala vai vir massa. Tudo vai ficar prontinho, como exige a Caixa. O interfone está certinho, a senhora consegue abrir a porta.

Moradora: Em duas semanas, tem que estar pronto. Se não foi. Quando a gente foi fazer a inscrição. Eu continuo gastando um monte de dinheiro pagando aluguel. Por favor, todos estes retoques tem que estar pronto se não vou ter que pagar alguém, sou bem chata com essas coisas. Eu que escolhi por causa do barulho. No terceiro piso a vista é bonita, é bem mais tranquilo...” (Moradora 4, 3/07/2017).

Figura 30 – Apartamentos no Novo Tempo I



Fonte: Autora (2017).

Figura 31 – Sala principal do apartamento



Fonte: Autora (2017).

Uma moradora comentou que “para uma pessoa sozinha ou um casal com um filho tá ok, mas para famílias maiores fica um pouco apertado, não é?” Em relação à localização, ela complementa: “É o que tinha. Não deu muito para escolher!”

As construções novas e imponentes dão um ar de modernidade e contrastam com as casas de madeira coloridas dos arredores. Os espaços verdes estão cuidadosamente plantados com mudas. O conjunto está integralmente cercado e conta com um salão de festas, duas pracinhas com brinquedos, dois quiosques com churrasqueiras, duas áreas de estacionamento, uma guarita e um portão de entrada (FIGURAS 32 e 33). Há ainda a avenida asfaltada, a ciclovia e a vista privilegiada sobre o rio Taquari, que leva um futuro morador a comentar: “É a melhor vista da cidade. Deveria ser o Alto do Parque!”, nos fazendo esquecer que estamos no bairro Santo Antônio.

Figura 32 – Espaço de estacionamento no Novo Tempo I



Fonte: Autora (2017).

Figura 33 – Pracinha e quiosque do Novo Tempo I



Fonte: Autora (2017).

À minha frente, há o segundo conjunto menor já ocupado e ao lado as casas populares adjacentes, todas coloridas. Mais abaixo, ao longo da BR, podemos perceber a aldeia

indígena. Estamos no outro extremo da cidade, de acordo com Villaça (2001), estamos entre os pobres. Daqui, o conjunto parece perfeito, mas falta um elemento essencial: os habitantes. Eu olho para o Novo Tempo II. Percebo pessoas tomando chimarrão na entrada, um ar de tranquilidade me faz questionar sobre as esperanças dos moradores e a realidade da vida em condomínio que lhes espera.

4.3.3 Visita ao Novo Tempo II

Após uma entrevista com funcionários da empresa Acordar, responsáveis pelo acompanhamento social do Novo Tempo, convidaram-me a assistir à aula de ioga ofertada para os habitantes do conjunto II (FIGURA 34). Semanalmente, os serviços sociais oferecem um serviço de “ouvidoria” para levantar as dúvidas e reclamações dos moradores, que ocorre nas quartas, das 17h às 19h. Esse serviço faz parte da missão de acompanhamento da Caixa Federal e é fornecido por 6 meses após a ocupação, sendo que a prefeitura espera estendê-lo por pelo menos um ano.

Figura 34 – Aula de Yoga no Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

O Novo Tempo II está ocupado desde maio de 2017¹⁸. O conjunto compreende 10 pequenos edifícios de 4 andares espalhados por uma rua central, é cercado e conta com uma guarita, uma pracinha com brinquedos, um salão de festas de aproximadamente 30m², um

¹⁸Acompanhei a cerimônia de entrega das chaves na mídia local e, muitas vezes, artigos negativos sobre os problemas relacionados ao conjunto habitacional.

espaço com churrasqueiras, um espaço verde em ambos os lados da rua pavimentada e uma rua central que serve de estacionamento, distribuída entre os diferentes blocos (FIGURA 35).

Figura 35 – Entrada do Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

Na entrada do condomínio, as pessoas estão sentadas conversando e tomando chimarrão, jovens em seus fones e crianças brincando. Um olhar é suficiente para ver que esta pracinha serve de polo de atratividade para as crianças do bairro inteiro, porque sendo um condomínio fechado, parece seguro¹⁹ (FIGURA 36).

¹⁹A carência de oferta de espaços para atividades direcionadas ao público infanto-juvenil no bairro Santo Antônio é confirmada por Barbara, que me explica que, em função das outras pracinhas do bairro estarem degradadas, os pais se sentem seguros de enviar as crianças para brincar dentro do condomínio novo.

Figura 36 – Pracinha do Novo Tempo II



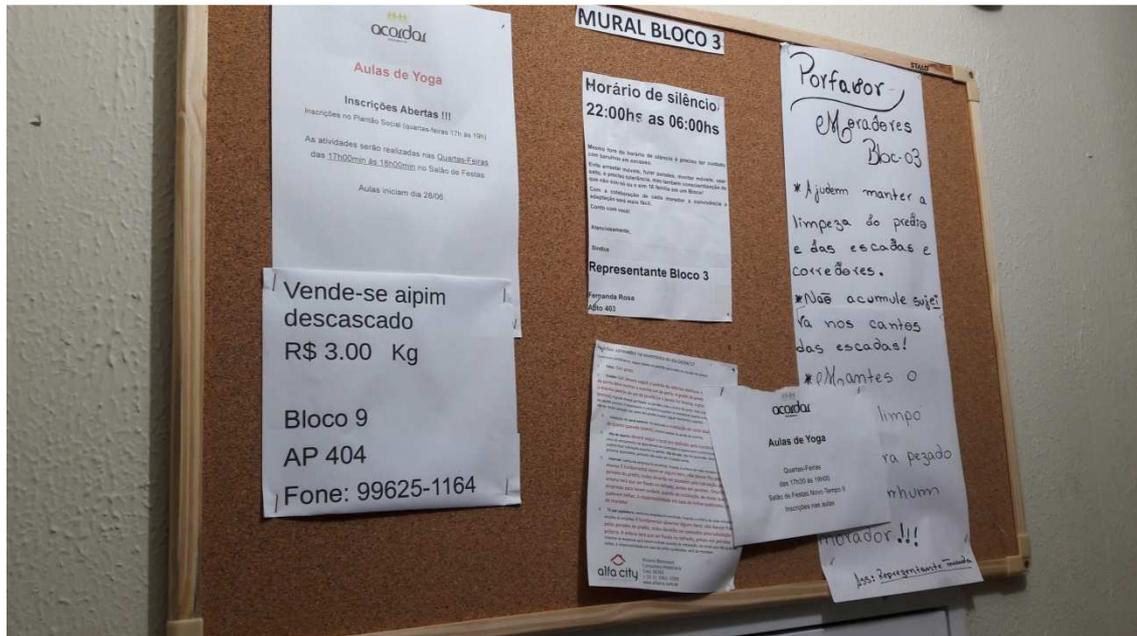
Fonte: Autora (2017).

Alan, o funcionário da empresa Acordar, é chamado por um morador para conversar fora do salão de festas, logo após começar a aula de ioga. Decidi então acompanhá-lo em sua turnê dentro do conjunto. Ainda é cedo, muitos habitantes estão em atividades e alguns moradores sentam-se juntos na frente de suas portas.

No piso térreo, são reservados os apartamentos para idosos, deficientes e pessoas com problemas mentais, conforme requisitado pela Caixa. Algumas janelas já estão equipadas com grades, o que me fez lembrar a situação de uma residente que me explicou, durante uma das reuniões, que não tinha escolha e que preferiria um apartamento no primeiro andar para que a filha com necessidades especiais não fugisse pela janela. Alan, meu guia, conta que colocar todos os idosos e as pessoas com necessidades especiais, comumente denominadas de PCDs, é uma exigência da Caixa, o que pode apresentar um caráter discriminante.

Cada bloco tem um representante sindical cujo nome aparece no quadro de informações de cada entrada. Esse quadro serve de mediador entre o representante do bloco e os serviços sociais, bem como para expor as regras de convivência entre moradores e ofertas de serviços dentro do condomínio (FIGURA 37). Os salões de entrada são amplos e bem cuidados, e em alguns casos servem de extensão para os pequenos apartamentos (FIGURA 38). A acústica é ruim.

Figura 37 – Quadro de informações na entrada do bloco 3 do Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

Figura 38 – Hall de entrada no Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

A rua central pavimentada apresenta marcas e deformações. Alan comenta que no início os caminhões de lixo entravam no conjunto para recolher os resíduos depositados nas lixeiras na entrada, perto da guarita. A grande movimentação cotidiana resultou na danificação e o sindicato resolveu então colocar as lixeiras fora do conjunto.

Passamos por todos os edifícios e, ao longo dos encontros, os habitantes vinham interpelar Alan sobre questões as mais diversas possíveis. Uma residente sentada na entrada do último prédio está preocupada com a transferência para outro posto de saúde. Ela explica que quer manter o mesmo médico em quem confia e que conhece sua história complicada, ainda que para isso precise pegar o ônibus até o centro. Cruzamos também com uma agente de saúde que faz sua turnê semanal no conjunto e conhece as necessidades particulares dos pacientes que atende.

Poucos carros e motocicletas estão estacionados, a maioria das pessoas está trabalhando neste horário. Uma residente de um grupo reunido na entrada do bloco central conta que sua moto foi roubada esta manhã e por isso ela não pôde ir trabalhar, mas afirma saber quem foi. O monitoramento interno parece funcionar. Em seguida, a moradora questiona se vai ter um vigilante e Alan responde: “Tem que votar com o sindicato, tem que ver se vale a pena”. Em outro grupo de habitantes, um casal aposentado e uma jovem mãe compartilham informações: “É necessário registrar o recém-nascido no posto de saúde do centro”. Eles esperam pelo posto que será construído e, questionados sobre o assunto, respondem que parece que vai ser em 2018, mesmo que não saibam dizer exatamente onde.

Muitas crianças entram e saem, estão começando a voltar da escola. As menores saem dos prédios e correm para os jogos da pracinha. O movimento começa a se agitar, as pessoas estão começando a entrar no condomínio. Evocamos o problema das escolas. Meu guia lamenta: “A prefeitura tinha dois anos para se preparar”.

Olhando os outros prédios que ficam à frente, pode-se reparar nos estragos causados pelas infiltrações devido ao mau tempo durante a construção. Isso foi noticiado pela imprensa local na época, assim como o roubo de janelas e portas. Os consertos realizados pela construtora tiveram o efeito de enfraquecer os edifícios. A presença de rachaduras, azulejos e vidros quebrados em quase todos os prédios questiona a qualidade inicial dos materiais.

Chegamos até a cerca com palanque de concreto que delimita o conjunto dos terrenos baldio ao lado do cemitério. Alan conta que um dos habitantes havia começado uma horta no terreno baldio e a ideia agradou outros moradores, só que para acessá-la teriam que dar uma volta no conjunto todo. Então, eles se consultaram e decidiram montar uma horta coletiva. O terreno escolhido foi entre os dois conjuntos, no lote vazio que divide com a rua e o cemitério embaixo da linha de Alta Tensão (FIGURA 39).

Figura 39 – Vista sobre o Novo Tempo II e o cemitério, lugar do projeto da horta



Fonte: Autora (2017)

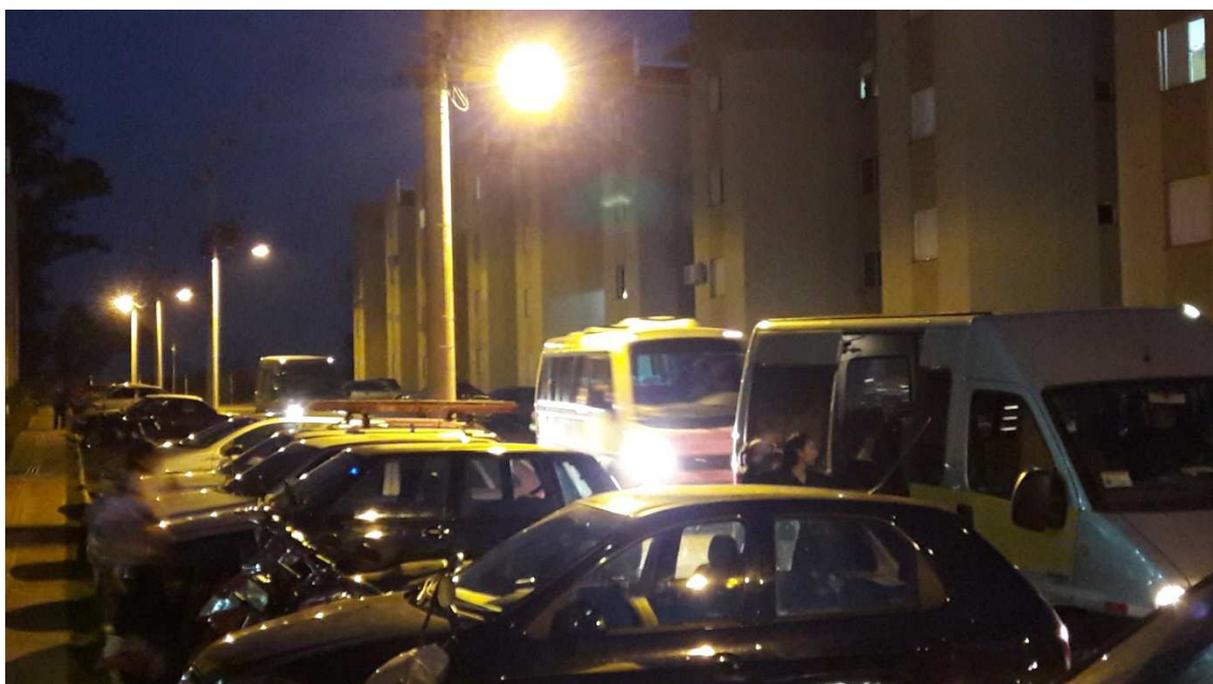
Atravessamos todo o conjunto e estamos de volta à frente do salão de festas onde alguns moradores estão esperando o funcionário da Acordar para lhe fazer perguntas e reclamações individuais. Uma moça se aproxima de mim sorrindo e se apresenta, veste uma saia abaixo do joelho, um colete de lã e sapatos planos. Espontaneamente, me explica em detalhes sua situação familiar e condições de vida: “Nunca tive casa própria. Hoje, aos 32 anos de idade, estou uma pessoa muito realizada. Tudo aqui é muito lindo, é tudo perfeito, foi um presente de Deus”.

Ela explica as redes de solidariedade redistributiva já tecidas dentro do condomínio. Entre vizinhas, elas se ajudam com as crianças que não estão escolarizadas enquanto a mãe trabalha, além de trocar favores por faxina ou serviços de beleza. “As pessoas são humildes então a gente faz amizades rápido.” Ela me convida a descobrir seu apartamento. O interior é extremamente limpo e arrumado, os brinquedos são colocados no segundo quarto à espera das filhas. Passando a mão no reboco, acrescenta: “A qualidade, as pessoas estão reclamando da qualidade, dizem que não é muito boa. As tintas já cai”. Ela se oferece para posar orgulhosamente na frente do retrato de duas meninas, colocado na sala principal ao lado da grande televisão. “No futuro? Não pretendo me desfazer, pretendo deixar pra minha filha até me estabilizar.”

A noite cai, a agitação toma conta do conjunto. Estou na rua novamente. Uma jovem, de vinte e poucos anos, escrutina a chegada das vans que fazem fila para deixar as crianças de

volta da escola (FIGURA 40). Ela coloca no chão um bebê de 10 meses, ainda preso na cadeirinha, e envia o segundo filho maior para brincar no tobogã, a fim de conceder esta entrevista. Ela explica que encontrou um emprego em uma escola local, mas que, por enquanto, os dois pequeninos continuam a frequentar as escolas no antigo bairro. “É um custo a mais, o custo de duas combis. [...] Pra mim é um sonho que se realizou. Antes não tinha nenhuma perspectiva de vida, porque a renda é pouca. Fiquei três anos desempregada. Agora, estou no que é meu”. Sobre o acesso a mais espaço para brincar e sobre a troca de serviços com os vizinhos, comenta: “O futuro? Olha, a princípio, se continuar como está hoje é dos meus filhos. Num momento posso deixar para eles. Se depois fica ruim, não tem condição de conviver, não sei”.

Figura 40 – Chegada das vans escolares no Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

O balé das vans termina e o estacionamento começa a se preencher. Os moradores estão de volta ao conjunto. Eu finalmente pude descobrir o condomínio Novo Tempo II e vislumbrar a vida dentro dele. Na próxima quarta-feira, uma aula de ioga, uma classe de jardinagem profissional e atividades para crianças estão sendo planejadas.

5 OLHARES CRUZADOS SOBRE OS DIFERENTES ATORES DO NOVO TEMPO

Habitat não é só ocupar um local específico. É inscrever-se num espaço de entornos maiores, feitos de paisagens, mas sobretudo de relações, práticas, sonhos, projetos.
(CLAVEL, 1982, tradução)

Este capítulo se dedica à exploração dos costumes dos moradores e futuros moradores dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II. Essas famílias representam uma população interessante por diversos motivos. Os critérios de acesso à faixa 1 do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida são precisos. De acordo com a atual Secretaria de Habitação, os candidatos devem preencher algumas características para que possam aceder ao sorteio das unidades do programa habitacional. Precisam estar inscritos no cadastro único e constituir um dossiê com renda de até R\$ 1.600,00 (na época da entrevista).

Existem alguns grupos prioritários definidos nacionalmente, como pessoas com deficiência, moradores em áreas de risco e idosos. O município de Lajeado adicionou duas outras condições que se relacionam com estar cadastrado no serviço pela Rede de Assistência Social há pelo menos dois anos ou ser uma família monoparental com mulheres chefes de família e com crianças pequenas. O perfil dos moradores mudou bastante entre o momento das inscrições e a entrada nos apartamentos. No intervalo de quatro anos, a obra atrasou devido às várias intercorrências como furtos e temporais e as situações das famílias evoluíram. Para os serviços sociais, é um desafio manter os dados atualizados:

A gente está fazendo um diagnóstico bem preliminar porque não é o contexto da inscrição, o contexto da pós-ocupação já é diferente. As famílias modificaram os arranjos familiares. Crianças nasceram, idosos faleceram, enfim. Casais se uniram, crianças nasceram, casais se separaram. Alguns casais esperaram esta oportunidade para se separar. É bem interessante isso, os movimentos sociais a partir da casa. As expectativas. Quando vou estar com o apartamento, eu vou largar ele! Então era mais a mulher que falava isso: eu vou largar ele! E depois vem toda questão da dependência econômica (Barbara, 29.06.2017).

Por ser um público de vulnerabilidade social, muitas vezes o fato de haver obtido um apartamento permitiu uma mudança na trajetória de vida dos entrevistados e a conquista de um apartamento significou a independência em relação à família, perceptível nas expressões “ter meu cantinho” e “um tetinho”, muitas vezes ouvidas durante as entrevistas.

Uma das descobertas durante as entrevistas foi a diversidade de perfil de famílias e situações. Muitas dos entrevistados são trabalhadores dos comércios do centro, das indústrias e fábricas da zona sul, sendo poucas pessoas que trabalham dentro do bairro Santo Antônio.

São moradores do território, mas também de quase todos os bairros do município: Hidráulica, Praia, São Cristóvão, Planalto, Conventos, Centro, Conservas, Jardim do Cedro. Falei com famílias, idosos, pessoas solteiras com ou sem filhos, e até mesmo uma família de haitianos, os primeiros estrangeiros que foram contemplados pelo PMCMV no município.

Sendo os moradores o objeto central do trabalho, parece-me legítimo conhecer sua opinião e seus sentimentos em relação à aquisição da casa nova e diversos temas previamente preparados no roteiro das entrevistas (APÊNDICE A) e apresentados a seguir.

5.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DO NOVO TEMPO SOBRE A ASCENSÃO À CASA PRÓPRIA

Apesar das críticas ao projeto que circulam principalmente na imprensa local, muitos moradores possuem representações diversas em relação à moradia nova. Durante as entrevistas, os relatos assinalavam percepções relativas à ascensão social, melhoria de qualidade de vida, ganho de status social e aumento da autoestima pessoal. Através dos relatos, se torna clara a precariedade pregressa das condições de vida desses moradores. A realização do direito à moradia se efetiva enquanto dimensão fundamental da cidadania dessas pessoas.

Os relatos a seguir exemplificam e ilustram com clareza o impacto de tal projeto na vida de pessoas e famílias pertencente às camadas menos favorecidas da população.

a) Aspirações e o sonho da casa própria

Como proprietária vai ser melhor. Não vou ter de morar com a minha mãe ainda, tenho 34 anos eu vou sair da casa da mãe então. Independência é tudo! É isso! Acho que no começo vai ser meio apertado e depois vai sendo como que vai ser. (Moradora F., 25.07.2017)

Acredito que sim porque quando a gente tem o que é da gente, é melhor. É um bem adquirido. Segundo, como a prestação é bastante baixa, a gente consegue adquirir mais coisas, cada vez fica melhor. (Moradora P., 25.07.2017)

Ser proprietária? Sim, vai dar muita diferença. Mais para o futuro. Também para ela quando eu não estiver mais... Ela tem onde ficar e dali ela não sai ... Ela é especial então dali tem que ter sempre alguém junto. [...] É um sonho. Eu estava esperando isso há muito tempo. (Moradora S., 25.07.2017)

Com certeza, é um sonho, não somente para ela, mas para todas as famílias. Acho que esse sonho era bem distante e com essa oportunidade, com a prefeitura e a comunidade, nem sei se teriam uma chance de conseguir. Um aluguel tão baixo assim, uma estrutura tão legal (Morador G., assinatura dos contratos, 18.08.2017)

Moro agora no Santo Antônio. Em casa vai ser nós três, mas dali vem mais um,

estou grávida. É o segundo. Um guri. Moro agora numa casa. Vai mudar um pouco a rotina, sim. Vai mudar aqui, um apartamento, morando numa casa. Assim, se conseguir um lugar eu vou dar para meus filhos, para a menina que vai vir. Estou pensando mais no próximo. Pagar e vou dar para meu guri. Mais tarde, quando terei condição, quero ter uma casinha mesmo. Para ter mais filhos. (Moradora V., 18.08.2017)

É um sonho. Eu me lembro como se fosse hoje, saí do meu trabalho às 5 da manhã na Sthas e fiquei até 7 da manhã, pensei que tinha que madrugar lá. A primeira pessoa que abriu lá e como não tinha cadastro no CRAS, não sabia que era assim que funcionava. Primeiro tinha que ligar e marcar. E isso tudo eu fiz. Esperei três anos. Para mim é muito importante. Vai mudar minha vida no bom sentido. [...] O pagamento vai ser bastante interessante no final das contas. E para sempre se Deus quiser. Até morrer. Porque já corri atrás de ter minha casa e não consegui por meu salário ser tão baixo. (Moradora A., 18.08.2017)

É um sonho, uma conquista. Acho que tudo mundo sonha em ter seu cantinho. Um sonho realizado, mais um. De tantos que a gente tem. Primeiro, consegue ter um emprego, e agora mais uma. Agora vou montar ele como imagino ter um apartamento.

[...] Claro que vai ser melhor para mim! Pra quem paga agora, a gente consegue uma casa boa, paga aluguel de 220. Pagar 80 reais. Já imaginei mais ou menos condomínio, água e luz com duas pessoas morando dentro de casa. Imaginei gastar uns 300 reais. Claro que vale a pena.

[...] No futuro, no caso se tiver agora, não sair de lá, se tiver condição de comprar um lugar para mim. E meus filhos para o futuro deles. E meus netos. Se a vó pode ajudar. (Moradora R., 18.08.2017)

b) Melhoria da qualidade de vida

Quando a gente tem o que é da gente, é melhor. É um bem adquirido. Segundo, como a prestação é bastante baixa, a gente consegue adquirir mais coisas, cada vez fica melhor. [...] Vai melhorar bastante. Hoje eu pago 500 reais de aluguel, só em aluguel, mais 100 e pouco de luz, mais 80 de água, é um gasto grande. A gente trabalha por conta, trabalho autônomo. A renda não é certa então quanto menos melhor! A gente fica mais tranquilo. Como disse, a gente consegue comprar as coisas que a gente quer e ter uma vida melhor. (Moradora P., 25.07.2017)

Para quem está na faixa de exclusão é algo já. Como vou usar a palavra, é um ganho. E uma valorização, um benefício válido. Muitas décadas não sei vi... [...] é um ganho. Agora as políticas públicas implementadas [...] cada governo que entra e sai e muda tudo tem que fortalecer uma geração. Porque não investir na educação, não investir na parte social, vai [...] Tem que valorizar o ser humano, a pessoa em si... É minha opinião, minha percepção. Tem que valorizar o ser humano. [...] Essa é minha opinião como cidadão de Lajeado. Em Porto Alegre, vejo as necessidades. Mais fácil de controlar no interior. O problema é maior. No interior é um pouco diferente. (Morador A., 27.07.2017)

c) Um passado sombrio

Antes, já morei em cada lugar. Morei no bairro Conservas, morava numa peça num fundo. Pagava 300 reais de aluguel, mais água e luz e tinha um banheiro fora. Nunca tive casa própria. Aos 32 anos de idade, hoje sou uma pessoa muito realizada. [...] Foi um presente de Deus. Eu não pretendo me desfazer, pretendo deixar para minha filha. Até me estabilizar. [...] É casa própria. A vida melhora para muitas pessoas, são pessoas necessitadas que nem eu. Eu pagava 300 reais, tinha fome. Melhorou

para muitas. (Moradora M., 12.07.2017)

Morava no bairro Planalto numa casa de madeira de aluguel. Pagava 350 reais de aluguel. Tinha água pra pagar, tinha luz mais as despesas do dia a dia da gente, eu e meus dois filhos. Não tinha muito espaço, aqui tem a praça para as crianças. [...] Não senti falta porque não era meu. O bairro não faz diferença. Tinha pouco contato. Até que aqui tenho mais contatos. [...] E casa própria, para mim, é um sonho que se realiza. Antes não tinha alguma perspectiva de vida porque a renda é pouca. Fiquei três anos desempregada. Agora, estou com o que é meu [...] e dos meus filhos. Num momento posso deixar para eles. (Moradora S., 12.07.2017)

d) Um novo começo

Moro no Centro, em um apartamento, um JK. São duas pessoas. Eu cuido da minha filha que é especial. Vai ser só eu e ela no Novo Tempo. Vai melhorar, sim, vai dar muita diferença. É mais para o futuro, também pra ela quando eu não estiver mais, ela tem onde ficar e dali ela não sai... Ela é especial então dali tem que ter sempre alguém junto. É um sonho para mim, estava esperando isso há muito tempo. (Moradora S., 25.07.2017)

Sou do bairro Santo Antônio, moro numa casa. São quatro pessoas. Vai ser duas pessoas. Trabalho na Minuano. Não vai ser uma mudança, eu vou com a minha vizinha. Ela não vai ser mais minha vizinha, mas ela pode passar lá. Conheço todo mundo já. Continua na mesma rotina nos finais de semana, com os amigos do bairro então acho que vai ser a mesma rotina. [...] Eu gosto de lá. Não tenho nenhum problema com lá, do bairro. Me acostumei, já faz muitos anos que moro lá. [...] Vai ser melhor. Tive que morar com a minha mãe ainda, tenho 34 anos eu vou sair da casa da mãe então. (Moradora F. 25.07.2017)

e) Localização

Eu acredito que seja boa. O Jardim do Cedro, eu conheço, tenho conhecidos, amigos que moram no bairro. É um bairro tranquilo. Sabe que o bairro Santo Antônio é um bairro conhecido pela questão do tráfico e, enfim, a gente tem um medo neste sentido que possa acontecer e entrar pra dentro do condomínio isso. Mas criminalidade tem em todo lugar então, não dá pra se escapar em lugar nenhum, né. Tem que conviver na verdade. (Moradora P., 25.07.2017)

O Novo Tempo 2, a gente fala muito mal sabe. Não sei se é verdade. Meu filho ele falou: Mãe, não vai arrumar amizade com ninguém. Sair do aluguel graças a Deus [...] Essa semana soube de uma coisa muito horrível, não sei se é verdade. Essa pessoa foi lá na prefeitura e entregou o apartamento. Tinha comprado móveis e tudo. Não sei se é verdade o que meu patrão falou. Fiquei bem preocupada mas a filha diz que não devo. (Moradora A., 18.06.2017)

O bairro aonde eu vou morar? Conheço. Perfeito, Ainda mais lá em cima, dá pra ver Estrela ainda de dia. E mais perto do céu! É legal, e bem bonito a vista de lá, ainda mais no terceiro andar, é mais alto ainda. (Moradora R., 18.08.2017)

f) A questão do transporte

São duas topiques que eu pago, 180 e 160 por mês. Tenho estes gastos a mais. Antes não tinha este gasto. Agora tem. (Moradora S., 12.07.2017)

Moramos no Santo Antônio. Minha filha trabalha em um restaurante. Ela vai de ônibus. Tem um projeto de fazer uma parada bem lá na frente. [...] Agora estou

morando com minha filha. Feliz. Que bom. Tem que agradecer a Deus. Casa própria! Minhas netas estudam na creche no centro. Se conseguem uma vaga na creche aqui. Já andam no ônibus escolar. Tem o transporte escolar da prefeitura, somente que é a partir de quatro anos. É para os pequeninos que está mais difícil. (Moradora V., 03.07.2017)

A gente está feliz, ansioso. Está tudo bem bonito. Estamos esperando há mais de um ano. Moro sozinha, no centro. Sim trabalho no centro. Vou pegar o ônibus. Não sei se vai ter, talvez vai ter uma parada na frente. (Casal de moradores, 03.07.2017)

Vai ser mais complicado para ir trabalhar. Ali essa parte vai ser mais complicada mais acho, tem famílias que moram ali há bastante tempo e trabalham no centro então é tudo uma organização. Sair do aluguel, dali tudo fica mais fácil. (Morador G. 18.08.2017)

Sou moradora do São Bento, numa casa. Vai ser duas pessoas no apartamento. Eu e meu guri. Trabalho no Posto Negro, aqui acima da BRF. E o bairro Montanha ali. [...] Não sei como vai ser agora. Vou ter de ir de ônibus. Não sei como que funciona, nunca morei ali, né. Entro às 8h e largo às 16h. Dizem que ele vem pela beira Rio, acho que vai ser bem complicado agora. Vai mudar isso. (Moradora A., 18.08.2017)

g) Atividades de finais de semana

Sou cristão, vou ao culto, na igreja. Minha igreja eu vou do ônibus, passa lá na frente. Demora 15 minutos. (Moradora M., 12.07.2017)

Nos finais de semana, no caso, vai me mudar muita pouca coisas porque eu trabalho aos finais de semana no mercado. Vou direto, é um domingo sim, um domingo não. Tenho minha família também, tem que visitá-los também. (Morador R., 18.08.2017)

Vai ser um pouco mais difícil porque moro no centro. Mas se acostuma, a gente se acostuma. Vou ir de ônibus. Às vezes eu saio para passear. A maioria das vezes fico em casa. (Moradora S., 25.07.2017)

Final de semana. Geralmente eu vou na casa de meus irmãos, da minha mãe. Antes de ônibus, eu podia ir. Agora para ir na casa da minha mãe é mais longe. (Moradora S., 12.07.2017)

Não vai mudar muito, que eu trabalho no sábado, um domingo sim, um não. Eu fico mesmo em casa. (Moradora P., 18.08.2017)

h) Problemas

Atrasaram bastante. Espero que tudo valha a pena a espera. Já fiz um boletim de ocorrência, janela, porta tudo... não dá pra deixar nada, na sala vai vir massa. Tomara que todo mundo se dê bem. Ter câmera, um troquinho a mais para um guarda. Tá bonito aqui. Facada, dá tantos problemas, passa a noite. Primeira coisa, pôr um guarda. Pega o nome e documento de identidade. Se não todo mundo entra. Semana que vem, se Deus quiser tá tudo pronto (Moradora R., 03.07.2017).

A localização é o que tinha! Não deu muito para escolher, não é? Tamanho para uma pessoa sozinha ou um casal com um filho tá ok, mas para famílias maiores fica um pouco apertado, não é? (Moradora F., 03.07.2017)

Morro no bairro 25, em uma Casa, vai ser somente eu e meu esposo no Novo Tempo. Pelo momento não trabalho. Somos empresários, meu marido trabalha como vendedor ambulante. (Moradora P., 25.07.2017)

É Jardim do Cedro, sim. Acredito que vai, primeiramente porque a gente mora numa casa. Realmente vai ser uma mudança para quem mora em casa tem pátio. Tem que conviver com outras pessoas, né. A questão que até estávamos comentando agora com relação ao convívio com outros. Infelizmente, as pessoas elas não respeitam o próximo. Essa questão de algumas coisas de volume, pagamento. Estávamos comentando sobre isso agora. Teve polêmica sobre o conjunto 2, a questão da água. Algumas ficaram sem pagar e acabaram descontando das outras pessoas. Para não ficar sem água, as pessoas passaram a pagar. Então eu acho que vai ter uns desafios assim, vai haver uma mudança. Mas sempre a mudança é pra melhor. Com a vida da gente com certeza melhora. (Moradora P., 25.07.2017)

Eu moro no bairro Hidráulica. Vou me mudar com meus dois filhos e estou ansiosa porque não conheço o bairro. Hoje eu moro num grande apartamento e adoro meus móveis antigos, como o novo apartamento é muito pequeno, tenho medo de não poder levar meus móveis. (Moradora F., 18.08.2017)

i) Rede de solidariedade redistributiva

Moramos no Santo Antônio eu e minhas filhas. Hoje estou morando com minha filha e agora vai ser só eu, ali minha filha ganhou um também. (Moradora V., 03.07.2017)

Sozinha, vou morar sozinha. Todo lugar faço amizade. Procurar vizinha pra tomar chimarrão, tomar sol. (Moradora I., dia da vistoria 03.07.2017)

Conheço, tem uma colega que vai morar lá também. Tem amigos no mesmo lugar, família. Acabei de conhecer mais uma. Ela vai morar em cima da minha cabeça. Silvia. Vamos morar no mesmo prédio. Que bom já se conhecer. (Moradora R. 18.08.2017)

Eu me dou bem com minhas vizinhas. Se elas precisam, posso fazer uma faxina e depois elas podem me ajudar a cuidar da minha filha em troca. (Moradora M., 25.07.2017)

Apesar das dificuldades, a aquisição da moradia aparece como um marco divisor na trajetória de vida e no projeto de vida dos moradores do Novo Tempo e traduz uma verdadeira mudança, quase uma dádiva do Estado. Poucos reclamaram da localização dos conjuntos em relação à cidade, da tipologia das unidades ou dos espaços públicos, as críticas eram mais diretas em relação à qualidade dos materiais.

Entretanto, a questão do transporte é mais complicada, precisamente para o acesso aos equipamentos públicos, como escolas e posto de saúde. Muitas famílias não conseguiram vagas nas escolas próximas e ficaram dependentes do transporte escolar particular, o que gerou um custo a mais não previsto inicialmente em seu orçamento. Se a distância física do centro e dos polos de atividades e serviços não era percebida, ela é vivida na mudança de rotina para trabalhar ou para as atividades de finais de semana.

A preocupação com a reputação do bairro e a questão da insegurança é dita nas entrelinhas ou fica evidente somente nas conversas informais e nos rumores. A grande preocupação perceptível diz respeito à adaptação à vida em apartamento e à convivência com

outros habitantes. Nas entrevistas, moradores comentaram que outros membros da família ou amigos “ganham” também um apartamento, comentaram sobre os serviços e a ajuda mútua que se constrói aos poucos e ilustra a importância das redes de solidariedade distributiva dentro do condomínio.

As reações dos moradores à pergunta final das entrevistas “Você se vê morando aqui pra sempre?” demonstraram a lógica consumista do sonho da casa própria. Comumente, os moradores planejam adquirir mais bens imobiliários e se tornar cidadãos-consumidores da Casa Própria, como enunciado por Kopper no trabalho de tese sobre os habitantes do PMCMV cujo título evocador é *Arquiteturas da Esperança* (2016).

5.2 A ATUAÇÃO DOS GESTORES DO PODER MUNICIPAL LOCAL

No município de Lajeado, os programas de habitação de interesse social são coordenados pela Sthas desde 2007, de acordo com a Lei municipal nº 7.940, de 19 de dezembro de 2007. As ações da Sthas relativas à habitação consistem em:

- a) doação de materiais de construção através do projeto Renovar, para reforma e ampliação de unidades habitacionais em bairros diversos e dos projetos de Módulos sanitários que oferecem doações de banheiros;
- b) regularização de loteamentos populares;
- c) construção de unidades habitacionais: o projeto “Meu espaço, Minha Vida” permitiu a entrega de 25 casas e o projeto “Quem Cuida” concretizou a realização de 30 casas no bairro Santo Antônio.

Nesse contexto, o município, ciente do déficit habitacional e com o intuito de garantir o acesso das famílias às unidades habitacionais, aderiu ao Programa Minha Casa, Minha Vida - faixa 1, com construção massiva de unidades habitacionais para a população de baixa renda. Assim, os empreendimentos Novo Tempo I e Novo Tempo II se apresentam como o maior conjunto habitacional de interesse social da história do município de Lajeado. O Novo Tempo representa 448 unidades habitacionais verticais em dois conjuntos: Novo Tempo I, com 288 apartamentos e Novo Tempo II, com 160 unidades.

Questionados sobre a importância do Novo Tempo em relação aos outros projetos da Sthas, eles explicam que esse projeto representa 50% do tempo e que, além de ações pontuais de doações de materiais, eles atualmente estão enfrentando um problema gravíssimo de casos de invasões no bairro Santo Antônio, um pouco mais para dentro do bairro.

Algumas datas importantes do PMCMV são:

- 2012: Adesão de Lajeado ao PMCMV
- 2013: Lei Municipal nº 9345 - doação de terras FAR
- 2013: Assinatura dos contratos com Construtora ALM Engenharia e FAR

Em relação ao investimento, de acordo com os dados fornecidos pela Sthas, o valor das unidades habitacionais do empreendimento Novo Tempo II foi superior a R\$ 60.000 (valor máximo pago com recursos do Programa) e o Governo Municipal precisou fazer um aporte de R\$ 1.200.000,00 para saldar esta diferença junto à Caixa Econômica Federal. Além desse custo, o Município realizou a doação de dois terrenos ao FAR. A Caixa exigiu a contrapartida de dotar o entorno das obras, especificamente o acesso aos empreendimentos, de infraestrutura mínima, de acordo com o que prevê:

- Doação do imóvel
- Projeto Social (Projeto técnico Social = 2%)

As parcelas mensais que as famílias devem pagar variam de R\$ 25,00 a R\$ 80,00 por família, pelo período de 120 meses. Durante a assinatura dos contratos, os moradores saíram com os boletos de pagamento para um ano, que era um requisito da Alfa City a fim de evitar futuros inconvenientes para o pagamento das prestações (FIGURA 41).

Figura 41 – Assinaturas dos contratos Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 17.08.2017



Fonte: Autora (2017).

5.2.1 A escolha da localização

A justificativa oficial da escolha da localização foi a de que muitos dos moradores contemplados pelo programa já eram moradores do bairro e a ideia era deixar os habitantes em seu território. Isso está expresso no texto Contribuições para o Plano Diretor, da Sthas Lajeado, de 2017:

Após uma investigação criteriosa e escuta refinada da população dos bairros do município de Lajeado, bem como mediante um olhar apurado das necessidades habitacionais existentes, o Poder Público Municipal elegeu o bairro Santo Antônio para ser o pioneiro na instalação dos primeiros conjuntos habitacionais de interesse social do Programa Minha Casa, Minha Vida faixa I do Governo Federal. De acordo com dados quantitativos do Cadastro Único para Programas Sociais, atualmente o bairro Santo Antônio possui uma população de cerca de 4.200 pessoas, bairro mais povoado e populoso do município. Hoje consta com uma rede de serviços locais que atendem as demandas da população (faz parte da macro área zona sul que inclui os bairros Santo Antônio, Morro 25, Conservas, Floresta, Jardim do Cedro e Nações).

É preciso detalhar o histórico desses terrenos que foram por duas ocasiões contemplados para receber o projeto de casa prisional de Lajeado. A urbanização acelerada do município fez que a cidade crescesse até o presídio atual, área que conta também com a rodoviária e as câmaras mortuárias. Isso deu início ao debate em torno do deslocamento da casa prisional por razões de segurança e de valorização da área. Um dos argumentos a favor do deslocamento para o bairro Santo Antônio se baseava no fato de que muitas das famílias dos detentos eram já moradoras do bairro e seria assim mais prático para as visitas. Esse projeto foi muito polêmico e grandes debates foram noticiados na imprensa local nos anos 2010. O projeto foi rejeitado pela população e oficialmente descartado depois do parecer desfavorável do Ministério Público.

Questionados sobre o assunto, os responsáveis da Sthas, o vereador e secretário Lorival dos Santos Silveira e a assistente social Barbara Weber explicaram que a escolha foi uma imposição e que nunca foram consultados. Eles entendem que a zona sul, por ser considerada como “a chácara” da cidade, pode ser assim “mais barata”.

Barbara: Isso é bem polêmico. Isso poderia dar uma tese de doutorado. Porque são áreas que eram do município. Tem a questão do custo. Não sei se são ZEIS. Hoje o chão é especulado pela iniciativa privada. Até pela lógica.

Lorival: Uma repartição por bairro seria melhor. Não ia concentrar em um único bairro. Devido à questão do custo, a própria população que é próxima do território dele. A maioria é daquela parte ali. De repente naquela época foi escolhido nesse terreno devido a isso só que as pessoas estiveram contra, teve vários problemas sociais e não veio o apoio das políticas públicas junto. Agora veio o município e tem que ser resolvido.

Barbara: A sociologia vai ajudar a explicar. Existe uma divisão classista. Porque se o município ia anunciar que ia instalar (um conjunto social) tipo ao lado do parque do imigrante, três prédios da Imojel, apartamentos para ser do Novo Tempo, qual vai ser a reação da população? É uma divisão muito clara das classes sociais mas também romper isso, espalhar?

Os agentes administrativos são conscientes dos limites e carências do programa em relação ao acesso aos equipamentos e acrescentam:

B: O direito à habitação é muito mais que uma unidade, é pertencer ao lugar e acessar o território enfim...

L: O planejamento urbanístico do programa é um ponto fraco do Programa porque não tem uma capacidade instalada de serviços, por exemplo de educação infantil.

L: Veio o empreendimento mas não veio o apoio junto.

B: Aqui em cima vai ser uma estratégia de família, uma Unidade de Saúde. A educação, as crianças são encaminhadas. A escola não consegue atender. Teve uma mudança na legislação que deve atender todas as crianças a partir de 4 anos, pega todos os municípios não só Lajeado. Todos os municípios já têm carência de vagas já sem essa norma.

5.2.2 A modificação da delimitação do bairro Jardim do Cedro e Santo Antônio

A flexibilidade das normas urbanísticas e do Plano Diretor para se adequar às demandas das construtoras nas operações do PMCMV, por parte do poder municipal local, parecem ser um fenômeno comum (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017). Em Lajeado, o Novo Tempo se situa no limite entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio. Para muitos dos moradores entrevistados, o endereço era Jardim do Cedro. O limite entre os dois bairros foi modificado pela Lei Municipal nº 8.951, de 8 novembro de 2012 (ANEXO B), que redefine as delimitações entre os bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio.

O pedido de modificação do Plano Diretor veio da iniciativa de outros condomínios da faixa 2 do PMCMV e vizinhos do Novo Tempo, os residenciais Jardim do Cedro I e II²⁰, feitos pela Imojel, uma das 5 construtoras mais influentes e antigas da cidade de Lajeado (GABE, 2017). O conjunto Jardim do Cedro é muito parecido ao Novo Tempo, ao ponto que na minha primeira visita ao Novo Tempo I, no dia da vistoria, me confundi, porque ele é situado duas quadras mais abaixo, no bairro Jardim do Cedro. De acordo com a ata, a reclamação dos moradores que se mobilizaram para não ver a habitação ligada ao bairro Santo Antônio demonstra o nível de estigmatização deste bairro e de seus moradores. Essa alteração

²⁰As 192 unidades do MCMV (12 prédios de 96 apartamentos) foram inauguradas em 2013, construídas pela PAP urbanizadora, uma outra unidade da construtora Imojel.

iria trazer uma certa valorização aos terrenos da construtora. Nesse exemplo, aparecem lógicas claras de mercado que se impõem na prefeitura. A prefeitura se torna um balcão de negócio onde o empreendedor negocia a demarcação do bairro com vistas a ter mais lucro.

No mapa antes do Plano Diretor de 2010, as imagens do Google ainda não haviam sido atualizadas, mostrando a antiga delimitação do Jardim do Cedro e do Santo Antônio. Colocada em relação com os terrenos da Imojel atualmente à venda, podemos reparar que essa delimitação cobre os conjuntos Jardins VIII e V e a área dos terrenos à venda no bairro atualmente pela construtora.

Questionado sobre, o vereador e secretário da Sthas afirma que se trata da retificação de um erro de delimitação mais antigo.

Era mais uma coisa mais antiga. Houve uma construção, um erro ou engano foi corrigido. Pegava mais pra baixo, foi corrigido. A rua mais abaixo. A primeira divisão uma, duas ruas. Foi corrigido. Não interfere em nada no Novo Tempo.

5.2.3 O trabalho técnico social

O acompanhamento é realizado nas fases de planejamento, execução e avaliação da intervenção e segue 3 etapas: Projeto Técnico Social Preliminar (PTS-P), Projeto de Trabalho Social (PTS) e Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST). O regime de execução mista do Trabalho Técnico Social é feito em parceria entre o Poder Público, a empresa privada Acordar Treinamentos e a equipe da Sthas, mediante um contrato de prestação de serviços. O PTS-P deve conter, necessariamente: caracterização socioterritorial - área de intervenção: descrever forma e tempo de ocupação, características gerais das habitações e dos serviços públicos e equipamentos comunitários existentes, tipos de situação de risco; a população: informar o quantitativo de famílias e seu perfil socioeconômico, apresentando dados sobre faixas de renda, faixa etária, escolaridade e outros dados considerados importantes.

Abordamos já a questão do problema da autodeclaração que pode levar a falsas declarações e a questão da dificuldade da atualização dos dados porque, em alguns casos, entre a inscrição do programa e a mudança a situação das famílias evoluiu.

Vários cursos oferecidos pelos Serviços de Assistência Social do município ensinam como viver em condomínio. Outros cursos profissionalizantes são oferecidos pela secretaria. Esses cursos acontecem dentro do condomínio: são cursos de maquiagem, manicure, jardinagem e oferecem um diploma.

Isso ilustra a noção da habitação como elemento na formação ideológica, política e

moral do trabalhador (BONDUKI, 2004) e o esforço de moralização por meio da habitação e da imposição do modelo de família como os dois instrumentos ativos e potentes de controle das massas. O problema é que as atividades comerciais não estão permitidas dentro do condomínio, o que elimina uma eventual fonte local de rendimento para os moradores que permitiria a diversificação dos usos dos espaços públicos durante o dia e garantiria a viabilização e segurança, como aconselhado por Jacob (1961).

5.2.4 Principais problemas levantados

A questão da presença de muitas crianças e adolescentes foi destacada pelos funcionários da empresa Acordar, que se apresentaram como sendo o “canal aberto” do Novo Tempo. A equipe recolhe as demandas diversas dos moradores, trabalhando em parceria com as síndicas, e faz a ligação entre a construtora e os serviços do município através das reuniões mensais com os diferentes serviços da prefeitura e da presença semanal nos condomínios. É importante ressaltar o papel de liderança das mulheres, porque todas as síndicas do Novo Tempo I e II, bem como as representantes de blocos são majoritariamente de sexo feminino.

O número de crianças e adolescentes recenseados no Novo Tempo, na época da entrevista, chegava aproximadamente a 200 e a carência de oferta de atividades para esse grupo etário no bairro é gritante:

No Bairro Santo Antônio, não tinha muitas coisas pra fazer. O Novo Tempo ia trazer uma população de mais de 200 jovens e crianças. O Novo Tempo talvez se encontrasse com a missão de trazer uma oportunidade para mudar as coisas. Abrimos para a população do bairro Santo Antônio, porque não tinha muita opções (Carine, funcionária da empresa Acordar, 5.7.2017).

Por exemplo, as pracinhas, por estarem situadas dentro do condomínio fechado e cercado, parecem oferecer mais segurança para as famílias do bairro e acabam sendo muito frequentadas, o que traz o problema da falta de manutenção, porque os equipamentos são insuficientes para a demanda. Percebe-se a inadequação entre as necessidades da população em relação aos equipamentos públicos e a atenção urbanística por parte do município como problema recorrente do bairro Santo Antônio, nas palavras de Barbara:

Seria os equipamentos de assistência sociais, seria uma alternativa, mas não sai do chão, sabe, a sensação que a gente tem. Os Cras não tem no Santo Antônio. Isso é uma luta de muito tempo, não se conseguiu na gestão passada, que era suposto mais popular (Barbara, 25.09.2017).

Apesar da responsável do Novo Tempo deplorar a ausência de uma antena do CRAS no território, o que seria um requisito da Lei, as ações dirigidas à juventude são numerosas. Os novos conjuntos habitacionais se transformam em palco de celebrações em ocasiões como Dia das crianças, Festa de São João e até objeto de estudo do Projeto Movimentação já citado (FIGURAS 42 e 43).

Figura 42 – Ação dos jovens do projeto Movimentação. Ginásio de Lajeado, 17.08.2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 43 – Dia das crianças no Novo Tempo, 27.07.2017



Fonte: Sthas e Acordar (2017).

Durante a nossa última entrevista, depois da entrega das chaves do Novo Tempo I (25.09), Barbara reportou três casos de desistências por causa de inadaptação à vida em condomínio e questões de saúde. Ela detalhou um caso de inadaptação do apartamento às normas de acessibilidade, em que uma moradora, cuja filha é portadora de deficiência, se deu conta que os aparelhos respiratórios iam se encontrar muito perto da cozinha e do botijão de gás e por isso devolveu as chaves.

Para os serviços sociais, cada desistência é uma frustração porque tem que recomeçar todo o trabalho de preparação com a nova família e abrir novas inscrições caso acabem os suplentes. Ela imagina estratégias de como organizar reuniões e visitas coletivas antes das assinaturas dos contratos, porque as pessoas não assistiram às reuniões preparatórias e não sabem se vão aceitar morar em condomínio.

Se os casos de desistência são raros e relativamente controláveis, a inocupação e a sublocação parecem ser a grande preocupação das autoridades dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. A taxa de desocupação pode ser preocupante e, para o vereador secretário da Sthas em Lajeado, o exemplo das medidas aplicadas nas cidades vizinhas e amplamente noticiados devem servir de medidas de coerção para o Novo Tempo. A Lei é clara sobre a interdição de vender ou alugar o apartamento sob pena de perder todo direito ao subsídio. Citando o superintendente da Caixa, no dia da cerimônia de entrega das chaves:

Então o pagamento das prestações em dia é fundamental para vocês terem plena certeza que o imóvel vai ficar no seu nome. Para a garantia do imóvel, porque se não pagar uma prestação, é possível no futuro perder esse imóvel por falta de pagamento assim como o uso indevido como a venda desse imóvel. Esse imóvel não pode ser vendido. Esse imóvel é de vocês. Se vocês vendem esse imóvel, nunca mais poderão ter outro imóvel subsidiado. Se vocês vendem esse contrato para o valor superior, essa venda ela não pode acontecer. Então, também é fundamental não se deixar levar por um valor simbólico, às vezes maior, deixando a sua família desprotegida no futuro. Então o recado é esse (Superintendente da Caixa, cerimônia de entrega das chaves, 16.09. 2017).

5.2.5 Produzindo proprietários

Durante minha pesquisa de campo, participei das reuniões com os futuros moradores do Novo Tempo, que aconteceram no ginásio do centro do município e foram anunciadas na página do Facebook da Sthas e na imprensa local. Os serviços sociais as tornaram obrigatórias com o objetivo de educar e preparar essa população de vulnerabilidade social para se tornar proprietária. As reuniões continuaram até a cerimônia de entrega das chaves.

Tais reuniões são realizadas nos horários da noite, depois do expediente. As pessoas chegam ao centro de ônibus. Filas divididas por ordem alfabética (duas filas: primeira parte do alfabeto e segunda parte) e na entrada as presenças são registradas pelos funcionários dos serviços sociais (FIGURA 44). A organização foi feita pelos serviços sociais e pela Acordar, mas há também a presença da sociedade Alfa City e de funcionários da ALM. O objetivo dessas reuniões é preparar os futuros moradores, passar todas as informações relevantes e esclarecer dúvidas. Sempre há presença de um representante político do município, um vereador diferente. Somente a assinatura dos contratos foi noticiada na imprensa local.

Figura 44 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08 e 25.07



Fonte: Autora (2017).

O ginásio está cheio mesmo com o frio, as famílias se reúnem em um ambiente agradável, algumas tomando chimarrão. A composição da população contrasta com a cor de pele de boa parte dos habitantes que moram em bairros centrais e bem urbanizados. As reuniões duram uma a duas horas no máximo, porque as pessoas dependem dos ônibus. Com seriedade e atenção, escutam as informações fornecidas (FIGURA 45).

A Alfa City é uma sociedade especializada em administração de condomínio contratada pela Caixa Federal e baseada em Porto Alegre. Os dois representantes se deslocam para as reuniões pré-ocupação semanalmente e por um período de seis meses após ocupação. O objetivo das reuniões da Sthas era tentar aproximar as pessoas, criar uma coesão entre os futuros moradores.

Figura 45 – Reunião do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 25.07.2017



Fonte: Autora (2017).

A funcionária da Alfa City vai entrar nos detalhes da Lei sobre os condomínios explicando todas as etapas da aprovação, previsão, orçamento. A palestra é precisa e conta com informações concretas: data de arrecadação, vencimento, valor do DOC: taxa de condomínio no valor de R\$ 30,00 + impressão boletos (R\$ 1,00) + seguro predial (R\$ 2,00) + inscrição CNPJ + taxas de água nas áreas comuns (R\$ 2,50), RGE (R\$ 5,00). E continua: “Não sabemos a data, mas é importante deixar o valor de R\$ 32,00 guardado”. E continua mencionando a tarifa de água privativa, a tarifa básica CORSAN e o seguro predial (incêndio, raios, explosão, vendaval, danos elétricos, responsabilidade civil do condomínio, entre outros). Ressalta a importância de contratar o seguro no caso de sinistro, se não caberia ao síndico a responsabilidade de pagar os danos causados pelo sinistro.

Os slides do *Power Point* desfilam e a apresentadora continua sua explicação de cada aspecto da vida em condomínio: eleição de síndico, subsíndico e conselho fiscal, citando os artigos da Lei e detalhando as funções e diversas responsabilidades e atribuições do síndico: administrar inadimplência, fluxo de caixa e prestação de contas presença durante reuniões mensais, mas não precisa cumprir horários (FIGURA 46). Em alguns momentos, quase subestimando a capacidade de compreensão do contemplados, por exemplo:

Definição de condomínio. O que é condomínio? A palavra condomínio significa: domínio comum. Quando mais de uma pessoa tem domínio/direito sobre a mesma coisa. Quando pensamos em condomínio, pensamos em coletividade, nunca de forma individual. Para vivermos bem, numa coletividade, precisamos fazer a nossa parte, contribuindo de forma positiva, com sugestões e atitudes.

Por isso, precisamos ter padrões e regras, para: instalação do ar-condicionado (a ser definido junto com a construtora), horário de silêncio, dias e horários para realização de reformas, uso de salão (agendamento, limpeza).

Hierarquia legal: código Civil Brasileiro, Lei interna (convenção e regimento interno), decisões de assembleia (ata) (Fonte: Documento de vulgarização. Alfa City).

Figura 46 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017



Fonte: Autora (2017).

Os principais questionamentos dos moradores refletiam as preocupações ligadas aos rumores sobre a situação do Novo Tempo II, o primeiro conjunto já ocupado. Rumores de conta de água em inadimplência que, para não ficar sem água, os outros moradores tiveram que pagar. A discussão se torna movimentada entre os moradores e a funcionária de Alfa City. A desconfiança entre os moradores é palpável, questionam sobre como serão feitas as leituras, as contas individuais e coletivas (FIGURA 47).

Figura 47 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017



Fonte: Autora (2017).

A assembleia geral encerrou com a eleição dos representantes de blocos e síndico do Novo Tempo I (FIGURA 48). Foram eleitos 16 representantes de blocos e uma mulher de trinta anos, uma liderança já conhecida da vizinhança, foi eleita a síndica do conjunto.

Figura 48 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017



Fonte: Autora (2017).

5.2.6 Comentários pós-ocupação

Durante a fase final de redação da dissertação, um artigo saiu no Jornal A Hora, em 20 de janeiro de 2018, com o título: “Do sonho à frustração - Em 5 meses, problemas se acumulam. Condomínio chega a absurdos R\$ 800. Moradores relatam cobrança abusiva nas contas de água e luz, uso de drogas e insegurança” (ANEXO C). O jornalista ironiza escrevendo que o Minha Casa, Minha Vida Novo Tempo dura pouco. O artigo detalha os excessos nas contas de luz e de água e os principais problemas que, adicionados à taxa de condomínio de 800 reais, provocam a indignação dos moradores.

Uma semana depois, sai mais um artigo sobre o conjunto Novo Tempo, abordando o problema da proliferação de animais de estimação, cachorros de rua que entram no conjunto colocando em perigo os animais castrados e os moradores (ANIMAIS, 2018). No dia 15 de fevereiro, o Novo Tempo é mais uma vez objeto de notícia na empresa local com um homicídio provavelmente ligado ao tráfico. O artigo intitula-se: “Violência assusta moradores – Elizeu Senger, 22, foi morto a tiros nas imediações do Condomínio Novo Tempo. Insegurança no local afugenta famílias” (VIOLÊNCIA, 2018).

5.3 VISÃO EMPRESARIAL DO NOVO TEMPO

A ALM Engenharia e Construções é uma empresa familiar baseada em Venâncio Aires que atua há vinte anos na região dos Vales²¹, em cidades como Lajeado, Santa Cruz, Montenegro, Teutônia e Estrela, sobretudo em empreendimentos habitacionais financiados através do Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal. O Novo Tempo não é o maior projeto da construtora, que já tem experiência com projetos na faixa 1 do PMCMV, como a construção de 128 casas em Teutônia, 80 casas populares e 16 prédios PMCMV faixa 1 em Venâncio, para citar somente suas maiores realizações.

Todas as atividades são centralizadas na sede da empresa que conta com uma equipe de 20 pessoas divididas entre os diferentes setores de incorporação, produção e comercialização. Como assinalado por Cardoso, Aragão e Jaenisch (2017), se referindo ao modo de funcionamento das empresas atuando no programa MCMV, cada uma das etapas de produção – aquisição de terrenos; obtenção de aprovações governamentais; vendas e marketing; construção e financiamento a clientes – é controlada e padronizada. O modo de funcionamento é o necessário para responder à escala de produção e remete ao conceito de *habitação social de mercado* enunciado por Amore, Shimbo e Rufino (2015).

Os projetos arquitetônicos estão conceitualizados na sede e reproduzidos sem diferenciações maiores em cada lugar, independentemente de suas características físicas. A empresa justifica que as características do projeto estão de acordo com as exigências da Caixa e os limites econômicos do orçamento: “Esse projetos, isso aqui que vem direto da Caixa. É um padrão. A empresa vem em cima daquele projeto”.

Entrevistados sobre as diferenças entre as realizações da faixa 1 e as outras faixas do MCMV, os encarregados que constituem o núcleo da equipe e de controle técnico no canteiro de obras presente no Novo Tempo comentaram:

A diferença é entre sacada com churrasqueira, piscina. A estrutura é igual. E que alvenaria é estrutural então é o mesmo sistema construtivo. É a mesma coisa que esse aqui. A única coisa que muda um pouco é o acabamento. Forro laminado, churrasqueira, revestimento de gesso... O que muda e são as peças de acabamento, o porcelanato. O tamanho, sacada com churrasqueira, um tamanho um pouco maior.

Além dos problemas frequentemente encontrados nos canteiros de obras, os encarregados do Novo Tempo detalharam uma situação bem problemática que aconteceu em

²¹Fonte: <http://www.almengenharia.com.br/home>

Lajeado:

Quais foram os maiores problemas que aconteceram aqui?

Os roubos. Estávamos prontos para entregar e eles roubaram os fios. Roubaram 256 janelas, portas. Aqui quebraram 10 vidros de janelas, aqui com pedras. Foi um mês atrás, acho.

É comum para vocês ou já aconteceu em outras obras?

Lá em Venâncio nunca tivemos problemas.

Trabalhei em Teutônia, Venâncio, nunca tinha passado por isso.

Aqui sim. Em cima foi roubo assim, foi fiação, janelas, portas e Canoas também eu vi isso. Em Canoas eles invadiram. Agora a firma está reconstruindo o que eles estragaram.

Aqui você acha que ia acontecer?

Aqui não. Não tem nada a ver com vingança da construção, são simplesmente ladrões. Pessoas que roubam de fora pra vender. Eles roubam aqui para vender por droga. Do lado, no bairro.

A prefeitura ajudou?

A gente teve uma reunião com o delegado (...). Não tem muito que fazer. Tinha câmera de segurança e tudo, mas é complicado. A empresa tem que arcar com esse prejuízo.

Por que não aconteceu em Venâncio?

Bom lá, porque a gente trabalhou em uns bairros, vamos dizer. Em todos os lugares que a gente trabalhou era outro nível de pessoas que moravam ao redor. Talvez por não ser uma cidade menor, não tem uma favela tão complicada. Aqui perto tem um lugar que é uma vila muito pesada, tem drogas... E lá felizmente. Na vila aonde nós fizemos as casas populares houve alguns problemas de pequenos furtos, pequenos, nem comparar com esse aqui. Roubaram algumas portas, algumas peças de encanamento assim mais, pisos, assim mais insignificante em comparação com esse aqui. (...) Roubo sempre tem, sempre vai ter só que aqui foi em uma proporção muito grande. (...) Aqui foi já demais, imagina duzentas e poucas janelas, portas. Prejuízo grande. O fio foi o mais barato. O problema foi fazer tudo de novo. Refazer a parede, passar os fios de novo pelos encanamentos, refazer é muito mais complicado que fazer.

Agora que os apartamentos estão entregues, tá tranquila a situação?

Por enquanto, tá tranquilo. Vai coisas deles. Alguns tumultozinhos dá, sempre tem. (Eduardo, construtora ALM).

No âmbito de evitar futuros problemas decorrentes dos vícios provocados pelo mau uso, “pois não existe um preparo prévio da população que irá ocupar as unidades habitacionais no tocante às formas mais adequadas de uso e vivências desses espaços, criando-se, assim, formas equivocadas de utilização dos mesmos e conflitos de vizinhança” (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017, p. 349), a ALM capitalizou a experiência toda que adquiriu na construção deste tipo de empreendimento do MCMV faixa 1 e se preveniu com vários dispositivos de preparo aos moradores.

Um formulário de satisfação deveria ser preenchido no dia da vistoria. Um manual do proprietário foi distribuído a cada morador no momento da entrega das chaves do apartamento, documento elaborado e fornecido pela construtora, no qual constam as

informações relativas ao apartamento, bem como instruções e interdições (perfuração nas paredes, por exemplo), conselhos (bom uso dos equipamentos sanitários) e os contatos de assistência. Outro dispositivo eficaz importante de preparo dos futuros habitantes elaborado pela construtora consistiu na presença obrigatória dos moradores durante as reuniões de informação.

As assembleias gerais foram organizadas em parceria com os serviços sociais e a Alfa City, a empresa contratada pela Caixa responsável pelo acompanhamento sindical do condomínio. Durante a assembleia de 25 de julho, o representante da construtora ALM, um jovem engenheiro filho do fundador, veio de Venâncio Aires especialmente por já ter experiência com esse tipo de exercício (FIGURA 49). Baseando-se em uma apresentação *Power Point* com várias ilustrações, ele mencionou os prazos e responsabilidades da construtora em relação a garantias e os detalhes das chaves recebidas pelo proprietário. Deu algumas instruções básicas sobre a caixa de entrada de luz, o lugar do interfone e o modo de utilização, a iluminação dos corredores, a posição dos medidores de água e a maneira como devem ser feitas as leituras.

Figura 49 – Assembleia geral do Novo tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017

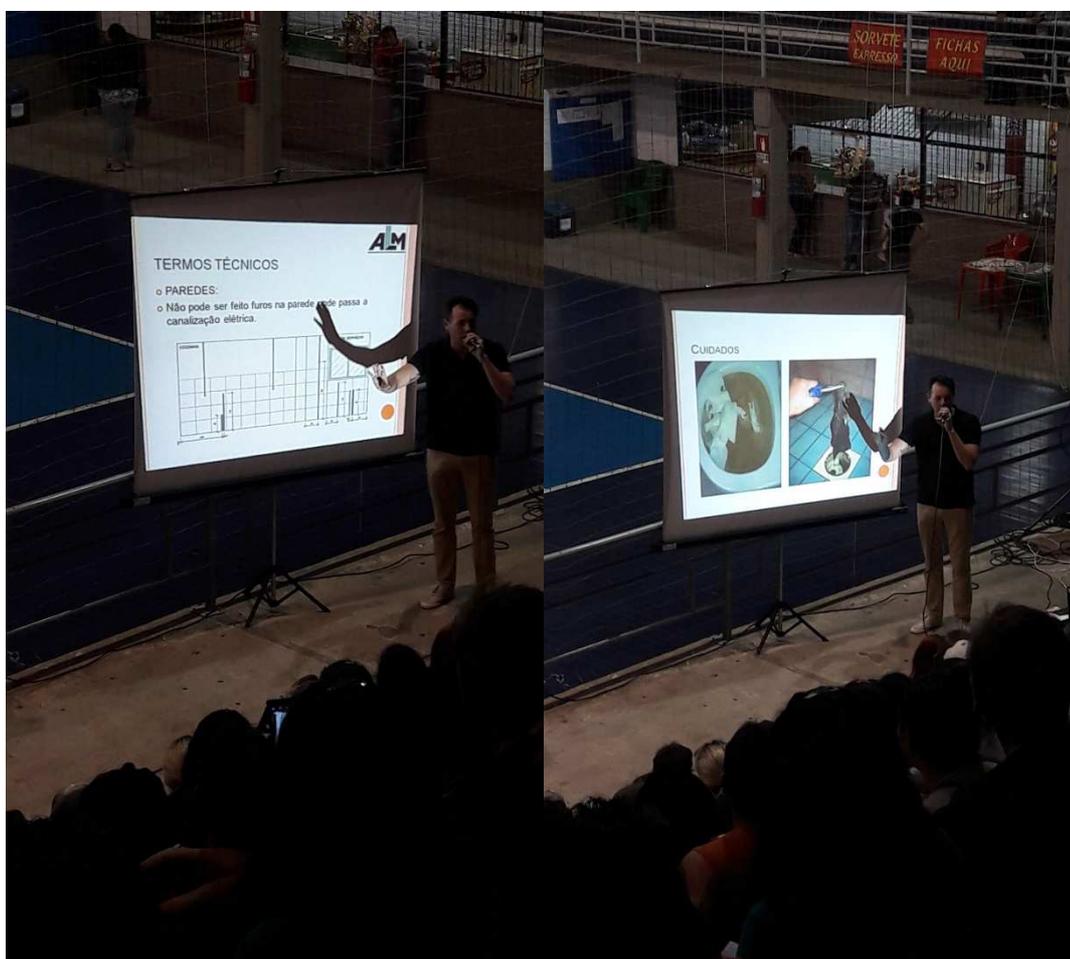


Fonte: Autora (2017).

Falou também das interdições de alterações estruturais (abrir canaletas nas alvenarias, embutir tubulações) e da manutenção dos pisos e instalações das torneiras a fim de evitar os problemas de infiltrações nos apartamentos vizinhos. Um esquema mostrou onde passa a

canalização elétrica, no caso de precisar furar a parede nas cozinhas (FIGURAS 50 a 52). Comentou também sobre os cuidados básicos de utilização dos equipamentos sanitários. Ele insistiu sobre a importância de avisar o síndico no caso de instalação de antenas, pois já aconteceram casos de telhas quebradas e lajes perfuradas devidos à inexperiência dos instaladores. Os caminhões de grande porte também são proibidos dentro do espaço dos conjuntos. A apresentação permitiu ter uma ideia dos tipos de problemas frequentemente encontrados nas obras do PMCMV e que poderiam vir a prejudicar os prédios e espaços externos, sendo que a responsabilidade “dentro do condomínio” seria do município.

Figura 50 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 51 – Assembleia geral do Novo Tempo I, ginásio de Lajeado, 30.08.2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 52 – Placa informativa na entrada dos prédios do Novo Tempo II



Fonte: Autora (2017).

Quanto à pós-ocupação, a empresa se responsabilizou em oferecer uma assistência no local, uma vez a obra entregue. Também disponibilizou-se a prestar assistência por e-mail com uma equipe pronta para intervir no local. No caso do Novo Tempo II, a obra não estava concluída do outro lado da rua, o que dava mais uma garantia de que haveria um suporte durante a obra do Novo Tempo I, um mês depois da entrega. Em relação à assistência técnica, a Caixa disponibiliza um número 0800 e a empresa Alfa City acompanha o síndico desde as eleições dos representantes e durante seis meses pós-ocupação.

6 A RITUALIZAÇÃO SIMBÓLICA DA AÇÃO DO ESTADO

No espaço urbano, as políticas públicas de habitação devem ser aprovadas com base no discurso político que produz uma verdade ou uma representação do espaço urbano: uma imagem da cidade ou de alguns bairros e regiões vai servir para justificar certas ações e políticas públicas (VILLAÇA, 2001). No entanto, os discursos não possuem poder fora dos lugares onde são enunciados, ou seja, desligados dos contextos e atores através dos quais são produzidos (BOURDIEU, 2002). Para ser legítimo, o discurso deve ser enunciado nas formas sintáticas e fonéticas legítimas, ser feito pela pessoa legitimada reconhecida como capacitada e capaz de produzir esse tipo de discurso, deve ser pronunciado numa posição legítima, ou seja, antes dos receptores legítimos e, além disso, deve ser enunciado em um contexto em que os interlocutores acreditem e confirmem o poder do enunciador.

A cerimônia de entrega das chaves foi um ritual oficial que marcou, simbolicamente, o final do projeto para as equipes envolvidas nele há vários anos e para mim também, porque marcou o final da minha pesquisa de campo, em setembro de 2017. Foi um evento importante para os moradores e para o município – “a gente se orgulha daqui”²² – que cristalizou em seus discursos e rituais posições de poder dos vários atores, sendo o Estado o mais importante, e as posições definidas dos diferentes agentes que indiretamente marcam a segregação social. Assim, como dito acima, os discursos possuem o sentido de reafirmar as posições sociais dos atores, consolidando lugares sociais e consolidando posições desiguais de distribuição do poder dentro da sociedade.

O relato etnográfico se baseia em uma tentativa de observação flutuante através do bairro Santo Antônio, nas imediações dos conjuntos habitacionais Novo Tempo I e II até o CIEP, onde terá lugar a cerimônia oficial de entrega da obra. O texto a seguir tenta traduzir o contraste entre o estado de abandono e de desorganização do bairro e a atenção aos detalhes suntuosos deste rigoroso cerimonial.

6.1 A CERIMÔNIA DE ENTREGA DAS CHAVES DO CONDOMÍNIO NOVO TEMPO I

A cada entrega final dos edifícios do PMCMV é organizada uma cerimônia oficial orquestrada pelas autoridades locais e serviços sociais do município. Acompanhei a primeira cerimônia, do Novo Tempo II, através das mídias e da etnografia digital apresentada na

²²Slogan na página do Facebook do município.

primeira parte deste trabalho, e esse distanciamento me permitiu observar claramente os jogos de poder e os mecanismos que operam para assentar o poder. Nesta segunda cerimônia, eu queria muito poder acompanhar fisicamente o evento. Fui avisada da data oficial pelas redes sociais, na página do Facebook da Sthas de Lajeado, onde se anunciou com solenidade: “A tão aguardada entrega das chaves, no dia 14 de setembro, no estacionamento dos conjuntos Novo Tempo I, recentemente liberados pela Caixa para as mudanças dos futuros moradores”. Todos os jornais locais transmitiram essa notícia como importante para o município.

6.1.1 Atravessar o bairro Santo Antônio até o CIEP

Em frente à primeira fila de prédios do conjunto habitacional Novo Tempo I, as barracas cerimoniais prontas para receber as pessoas ficam vazias devido ao mau tempo. A solenidade teve de ser transferida para o CIEP, a escola estadual de ensino médio situada mais profundamente no coração do famoso bairro Santo Antônio. Com uma certa apreensão, resolvi aventurar-me a pé, “além” do asfalto, essa barreira simbólica. Na mesma calçada, passo na frente do conjunto de casas populares implementado pelo município, as pequenas habitações de interesse social que são vizinhas diretas do recém construído Novo Tempo. Embora o padrão das casas seja similar, percebo a apropriação pelos moradores nas escolhas de cores fortes, bem como as adições e puxadinhos, e não posso deixar de pensar em *Pessac de Le Corbusier* como ilustração da diferença entre teoria e prática urbana²³.

Penetrar no bairro Santo Antônio permite colocar o projeto no contexto imediato. Pela primeira vez, andei sozinha para além da entrada dos conjuntos. Com o guarda-chuva na mão, deixo o asfalto que faz fronteira com o Novo Tempo I e entro nas ruas de terra batida onde se alinham algumas casas de madeira. Apesar do aparente caos, há uma organização das casas de catadores e uma lógica interna para cada lote. Na parte de trás de um jardim, vê-se o salão de um cabeleireiro. Eu paro na esquina para fotografar o único negócio formal que encontrei no bairro, quando ouço: “Você está procurando algo, senhora?” O cabeleireiro sai do seu negócio, bem como um senhor que reconheço por ser um representante do Novo Tempo II. Respondo que procuro a cerimônia: “Uma futura vizinha nossa? Seja bem-vinda!” Continuo na chuva, não quero perder a cerimônia. Entendo que minha presença é notada, a agitação no bairro devido à cerimônia é palpável. O pavimento bordado de ciclovias dá descontinuidade no desenvolvimento urbano. O asfalto para de novo e, ignorando a chuva, me deparo com uma

²³Na obra *Pessac de Le Corbusier*, o sociólogo Philippe Boudon (1969) analisa as modificações operadas pelos moradores nas casas modernistas desenhadas pelo famoso arquiteto no bairro Pessac, em Bordeaux, e remete à diferença entre a casa pensada pelo arquiteto e a casa vivida pelos moradores.

vista panorâmica sobre o bairro Santo Antônio: desordenada, heterogênea, casas de madeira, outras de alvenaria. O desordenado das ruas contrasta com os pequenos jardins bem cuidados. Aparência tranquila de um bairro de trabalhadores, longe da imagem negativa que frequentemente lhe atribuem (FIGURA 53).

Figura 53 – O bairro Santo Antônio, setembro de 2017



Fonte: Autora (2017).

Subo os degraus do CIEP, a escola estadual de ensino médio do bairro Santo Antônio, e entro no perímetro do equipamento educacional, onde há grades em todos os lugares, altos muros sem vista para o exterior que transmitem uma atmosfera pesada, surpreendente para esse tipo de lugar. Mais tarde, aprenderei na imprensa que a escola tem sido alvo de roubos e depredações em cinco ocasiões desde o início do ano.

6.1.2 A cerimônia

A solenidade é improvisada no ginásio nos fundos da escola. O amplo e mal iluminado ginásio está tomado de centenas de futuros moradores. Posso distinguir todos os protagonistas do projeto: funcionários da Sthas, representantes da Caixa e da construtora

ALM, vereadores, prefeitos, alguns dos moradores que entrevistei. As autoridades estão em pé no pódio, ao lado das três bandeiras: Brasil, Rio Grande do Sul e município de Lajeado; os habitantes, sentados em silêncio; os fotógrafos e jornalistas em pé na audiência. No lado direito, sob um painel da ALM, há uma dezena de mesas de plástico nas quais se amontoam diversos documentos: contratos, o manual do proprietário e as chaves que serão distribuídas no final da cerimônia. Do lado esquerdo do estrado oficial estão as equipes de assistência social. Um ambiente alegre e familiar é palpável na assembleia dos futuros moradores, alguns ainda em uniforme de trabalho, muitas crianças, outros segurando pequenos bebês de colo (FIGURAS 54 e 55).

Figura 54 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autora (2017).

Figura 55 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autora (2017).

A cerimônia é ritmada e segue um roteiro bem organizado. Um a um, os discursos se sucedem, os representantes do poder vêm dar conselhos e recomendações aos habitantes. Cada discurso é recebido com entusiasmo e aplaudido calorosamente pela assembleia. É uma ocasião bastante feliz para as pessoas. Os oradores presentes no palco oficial vão um após o outro se aproximando do microfone para deixar sua mensagem. Falaram os representantes da Caixa, os da construtora ALM, as autoridades do Município – o vereador e secretário da habitação e o prefeito atual (que irá até a audiência cumprimentar os dois ex-prefeitos que iniciaram o projeto) –, a senadora representante do Ministério da Cidade e, para encerrar a cerimônia, foram chamados ao palco alguns moradores que fizeram uma breve intervenção oral e posaram para fotos. Por duas ocasiões, os oficiais convidaram o público a se levantar e reverenciar o hino nacional e, em seguida, o hino lajeadense (FIGURA 56).

Figura 56 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autora (2017).

6.1.3 Os discursos das autoridades políticas

Os discursos oficiais iniciam com o superintendente executivo de habitação da Caixa Econômica Federal, Jairo Manfro, que ressalta o tamanho da ação da Caixa no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida e enfatiza a tarefa realizada pela equipe do município. Nas palavras dele:

Nós estamos entregando 15 mil unidades [...] e contratamos na região. No total, o MCMV deu mais de 80 mil unidades contando as faixas 2 e 3. Então, é pegar 15 mil unidades, isso representa uma cidade construída, uma cidade de 60 mil habitantes então para vocês terem uma ideia representa uma cidade do tamanho de Lajeado. [...] Então essa pessoas estão morando na casa própria a Caixa que colaborar para a contratação, a venda, a gerência, o projeto, a obra, acompanhamento, selecionar família, gerar os contratos. Obrigada a Lajeado pelo trabalho [...]. Desejo plena felicidade em nosso novo endereço” (Jairo Manfro, 15.09.2017).

O vereador e secretário titular da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Lorival Ewerling dos Santos Silveira, parabenizou e agradeceu a paciência dos moradores ao longo destes quatro anos até chegar neste dia tão esperado de concretização do sonho de ter um apartamento. Reafirmou sua confiança de que os moradores irão melhorar a qualidade de vida conseguindo: “O principal, conviver em condomínio, se dar bem com o vizinho, mostrar o exemplo, o Novo Tempo tá mostrando que é possível morar em condomínio, a boa convivência de morar em condomínio”.

Em seguida, o Prefeito atual Marcelo Caumo se comunicou calorosamente com a audiência começando sua fala assim: “Pessoal! Que essa chuva venha abençoar esse momento especial quando vocês recebem a chave da sua casa própria”. E aproveitou para anunciar (na presença dos dois ex-prefeitos que iniciaram o projeto) a futura construção do posto de saúde que qualificou de “importante equipamento público para atender a comunidade”.

Depois foi a vez da senadora Ana Amélia Lemos, representando o Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que abriu sua fala destacando o protagonismo feminino na luta pela habitação (sendo ela mesma a única mulher presente no palco), e ressaltou a importância do bom uso do dinheiro público:

Eu também faço minhas as suas palavras: essa obra não é do governo, o dinheiro que foi colocado dentro deste projeto aqui no bairro Santo Antônio, do prefeito Marcelo Caumo, é dinheiro de TODA comunidade, do centro, dos outros bairros de Lajeado, na minha cidade de Lagoa Vermelha, do Estado e de todo Brasil. Porque é dinheiro público, não é dinheiro de governo. O dinheiro público portanto precisa ser bem cuidado para que outras pessoas como vocês também tenham sua casa própria (Senadora Ana Amélia Lemos, 15.09.2017).

O discurso da senadora foi o mais aplaudido, eletrizou o ginásio e a ampla audiência que conta majoritariamente com mulheres chefes de família. Uma vez restabelecida a calma, os organizadores chamaram alguns moradores escolhidos previamente para se apresentarem no palco. A primeira a ser abraçada pelo prefeito, na frente dos jornalistas, foi uma jovem residente de uma casa atingida pelas enchentes (FIGURA 57).

Figura 57 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autora (2017).

Em seguida, um casal de haitianos com os dois filhos pequenos que subiu timidamente, a emoção misturada ao constrangimento (FIGURA 58). Ao final, a representante do sindicato (recentemente eleita durante a última assembleia geral do Novo Tempo) subiu ao palco e, encarando seu papel de porta-voz dos moradores, deixou a mensagem seguinte:

Boa tarde a toda comunidade, desejo que sejam todos bem-vindos. E em segundo lugar eu quero dizer que estou muito feliz de conquistar a minha casa nova e tenho certeza que vocês também estão. Quero fazer um pedido no fundo do meu coração. Vamos trabalhar juntos! Ser amigos! Ser uma família, ajudar um ao outro, cuidar do nosso condomínio, respeitar as normas e regras. E se tiver qualquer problema, a gente vai saber sentar e conversar. Não vamos levar o que acontece lá fora do condomínio. Isso não é necessário. Trabalhando juntos. Tudo vai dar certo. Tenho certeza disso com todo meu coração e agradeço a confiança de vocês como síndica de vocês sou muito orgulhosa. Vamos trabalhar, vamos fazer do Novo Tempo I um exemplo [...] muito obrigada! (Representante sindical do Novo Tempo I, 15.09.2017)

Figura 58 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autora (2017).

A cerimônia é encerrada sob muitos aplausos para a personalidade simpática e cheia de energia da representante sindical, uma líder que se destacou desde as assembleias gerais no ginásio e parece conhecer muitos moradores. A solenidade durou mais de uma hora seguindo uma organização rígida, e talvez idêntica para todos os projetos da Caixa. Foram muitos anos de trabalho da equipe da prefeitura e de sucessão do projeto durante três mandados políticos de orientações diversas e, às vezes, opostas. Os organizadores convidam os moradores para que se dirijam até as mesas para obter as chaves. A agitação toma conta do ginásio e as mesas são rapidamente conquistadas e filas se formam (FIGURA 59). Os jornalistas se aproximam dos moradores e alguns aceitam tirar fotos com a bandeira do município e as chaves simbólicas da construtora.

Figura 59 – Cerimônia de entrega das chaves dos apartamentos do NTI, set. 2017



Fonte: Autor (2017).

A cerimônia marcou a realização deste projeto, o culminar de meses de trabalho para as equipes de serviços sociais e foi onde se desempenharam as manifestações de poderes. A sequência de cada orador representante de um poder ilustrou bem os poderes em jogo no PMCMV e, mais precisamente, no Novo Tempo em Lajeado. Demonstrou-se a importância desse programa para a região, mas também para os habitantes, bem como o papel da habitação social na formação e controle das pessoas: “Vamos respeitar as normas e aprender a morar juntos”.

A solenidade de entrega das chaves representou um momento muito importante de ritualização simbólica da ação do Estado, cristalizando todas as relações de poder e seus discursos. É interessante analisar a estrutura da cerimônia, a organização espacial, quem são os convidados, os políticos com todos o aparato simbólico das bandeiras no palco e a plebe em baixo calmamente sentada. Além disso, pode-se observar a sequência dos discursos, que iniciaram com a representante da Caixa, após o do Estado do Rio Grande do Sul, o do Município e por fim os três moradores, os beneficiados pelo programa, sendo que a família escolhida não chegou a falar, só agradecer e sorrir para as fotos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como tema a análise do papel do Estado no processo de segregação sócio-espacial da população de baixa renda, com foco no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e nas questões relativas à instalação de um grande conjunto habitacional social em uma cidade de médio porte. Buscou-se analisar os efeitos segregativos dos programas habitacionais de interesse social por meio das ferramentas de pesquisa fornecidas pela Antropologia e pela Sociologia, como pesquisa de campo, etnografia e entrevistas, associadas à cartografia e a outros métodos de análise empregados no urbanismo e arquitetura.

A hipótese inicial era de que o Estado contribui para o processo de segregação social e acumulação da população de baixa renda em regiões periféricas e desvalorizadas da cidade, replicando através de sua atuação o processo de estigmatização e separação desta população do restante do município.

Algumas questões se mostraram fundamentais dentro da identificação da lógica segregacionista do Estado. O próprio projeto de construção de unidades habitacionais em grandes conjuntos coletivos acarreta o problema de convívio e a adaptação à vida em condomínio. Diante disso, decorre a necessidade de um preparo preliminar. Assim, as reuniões com os futuros habitantes eram palco de palestras informativas que se desenrolavam em um limite tênue entre o assistencialismo e a opressão de uma população já bastante vulnerável.

Em termos de acesso à cidade – o Direito à Cidade –, a localização dos empreendimentos se torna um elemento central. Entendem-se como elementos fundamentais o acesso às oportunidades de trabalho, serviços e equipamentos municipais (Unidades Básicas de Saúde, equipamentos educacionais e de lazer). Dessa forma, a localização dos empreendimentos imobiliários em relação à dinâmica espacial da cidade parece não ser a mais adequada.

Quanto à pesquisa de campo, todos os objetivos foram alcançados, exceto o encontro com o responsável pela Associação dos Moradores, o qual não é mais atuante. Pode ser analisada a localização dos condomínios do ponto de vista urbanístico, assim como foram entrevistados os moradores e futuros moradores antes e depois da ocupação. Além disso, foi acompanhada a cobertura jornalística do empreendimento ao longo desses dois anos.

Em relação ao condomínio Novo Tempo I, foi possível acompanhar desde a vistoria dos apartamentos até a cerimônia de entrega das chaves. Quanto ao Novo Tempo II, foi feito

um acompanhamento após seis meses de sua ocupação. Naquela ocasião, foram analisadas as representações do condomínio habitacional Novo Tempo II pela mídia local, sendo destacada a estigmatização dos conjuntos habitacionais, criando-se uma imagem negativa dos bairros e dos moradores.

Essa visão é contrastante com a opinião expressa pelos moradores dos conjuntos, os quais consideram que a conquista do espaço próprio representa um aumento na qualidade de suas vidas. Para eles, é uma conquista importantíssima para a família, pois representa segurança de ter onde viver, assim como uma herança para os futuros filhos ou filhas.

Sobre as cerimônias de entrega das chaves, que marcam o final de toda a espera dos moradores pela casa própria, pode-se observar que são uma grande demonstração dos poderes envolvidos na construção dos conjuntos habitacionais. Cada órgão possui o seu local de fala, posição no espaço e oportunidade de discurso, conforme a importância que é dada a ele no projeto: a Caixa Econômica Federal, o Estado, a Prefeitura e os contemplados, cada qual em seu local designado. Muitos dos atores presentes, assim como suas posições e símbolos, são representativos do ensejo e da luta de poder pelos construtores e cristalizam a segregação sócio-espacial numa cidade média. A cerimônia de entrega do conjunto habitacional em Lajeado, uma cidade de médio porte no Rio Grande do Sul, reflete a relação de segregação que se estabelece na sociedade entre as camadas mais abastadas e aquelas de rendimentos modestos, o que causa divisões notáveis e profundas (VILLAÇA, 2001). Revela, ainda, o determinado lugar social tanto dos atores institucionais quanto dos sujeitos “beneficiados” pelo programa e coloca em relevo os mecanismos operados localmente pelo poder público para consolidar e justificar a ação de um Estado caritativo.

Ressalta-se, ainda, a localização dos conjuntos habitacionais: zona Sul, perto das grandes indústrias, longe do centro, região oposta ao desenvolvimento atual da cidade. Mais precisamente no bairro Santo Antônio, conhecido como a favela de Lajeado, onde coexistem preconceitos, rumores, altas taxas de violência doméstica e ligações com o tráfico. O bairro Santo Antônio carece de equipamentos, ruas pavimentadas e instalações elétricas. Por ser um bairro antigo, contrasta com todos os novos bairros da antiga zona rural transformados em condomínios, que marcam a expansão do território e ali transparece também a falta de orientação futura, de investimentos para a zona sul, bem como a falta de representação política, sem voz, sem poder. Torna-se um laboratório de experiências de caridade ou obra social da universidade local e do Poder Público.

Os efeitos segregativos parecem ser amenizados por ações de solidariedade redistributiva e dos serviços sociais, entretanto, continua operando a lógica da periferização e

concentração dos pobres em determinados lugares da cidade, num contexto em que, nas condições de vida em que os indivíduos se encontram, a concessão de um bem imóvel representa uma evidente ascensão social celebrada por todos.

Claramente, é uma forma de valorizar a terra abandonada, ou seja, um bairro conhecido por ser pobre e pouco habitado que, ao receber um condomínio desse porte, se valoriza. Dessa forma, ocorre que primeiro chegam os novos moradores e, após, é possível que venham algumas melhorias, como Posto de Saúde, melhorias de transporte, entre outros. Assim, as iniciativas privadas parecem estar impulsionando as ações das autoridades públicas, o que deveria ser o oposto. Os grandes vencedores parecem ser as construtoras e os proprietários imobiliários das terras vizinhas, que ganham com essa valorização.

Por fim, cabe ressaltar o papel do Estado com a função de intervir na produção do território. Neste sentido, o Estado exerce uma função moderadora entre os interesses diversos na relação entre as forças produtivas e sociedade civil. Nas palavras de Maricato: "O Estado pode participar diretamente na produção, como também pode financiar e contratar a construção. Ele é ainda, em geral, o agente regulador da terra, das relações trabalhistas, das regras do financiamento privado, além de poder promover a implantação da infraestrutura e abrir novos espaços para o investimento imobiliário privado em acordo com proprietário de terra." (MARICATO, 2009, p.42) O trabalho aqui desenvolvido procurou colocar em evidência estas lógicas da produção do território, em que entram em disputa diversos interesses e atores. Como foi mostrado, no caso dos conjuntos Novo Tempo 1 e 2, as lógicas e interesses são complexos, entretanto não escapam às representações sociais dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA. A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007.
- ALVES, A. W. *Planejamento e crescimento urbano: um estudo sobre os planos diretores da cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 26 mar. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10737/97>>. Acesso em: 19 mai. 2016.
- AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.) *Minha casa... e a cidade?* avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANIMAIS soltos ampliam conflitos no Novo Tempo. A Hora, 27 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2018/01/27/animais-soltos-ampliam-conflitos-no-novo-tempo/>>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- APARTAMENTOS do residencial Novo Tempo II são entregues a moradores. *Portal Região dos Vales*, 16 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.regiaodosvales.com.br/apartamentos-do-residencial-novo-tempo-ii-sao-entregues-a-moradores/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- BARTHES, R. Rhétorique de l’image. *Communications*, v. 4, n.1, 1964, p. 40-51.
- BERGAMASCHI, E.; SILVEIRA, R. L. L. da. Os novos produtos imobiliários residenciais e as mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado - RS. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 18, n. 3, p. 7-26, set./dez. 2014.
- BOBBIO, N. *Dicionário de política*, v. 1. Brasília: UNB, 1998.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BONTE, P; IZARD, M. *Dictionnaire de l’ethnologie et de l’anthropologie*. 3. ed. Paris: PUF, 2004.
- BOUDON, P. *Pessac de Le Corbusier*. [S. L.]: P. Dunod,1969.
- BOURDIEU, P. *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Points, 2002.
- BRASIL. *Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009*. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm>. Acesso em: 30 out. 2016.
- BURKE, P. *Eyewitnessing: the use of images as historical evidence*. London: Reaktion books, 2004.

CARDOSO, A. L.; ARAGAO, T. A.; JAENISCH, S. T (org.). *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2017.

CASA própria chega para 160 famílias. *A Hora*, 15 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2017/03/15/casa-propria-chega-para-160-familias/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CHARMES E.; BACQUÈ M-H. *Mixité sociale, et après?* Paris: PUF, 2016.

CLAVEL, M. Éléments pour une nouvelle réflexion sur l'habiter. *Cahiers internationaux de Sociologie*, v. LXXII, p. 17-32.

COLOMBO, Taciana. Sorteio define 448 famílias moradoras do condomínio Novo Tempo. *O Informativo do Vale*, 28 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/sorteio-define-448-familias-moradoras-do-condominio-novo-tempo,29758.jhtml>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

COMBY J. Le marché foncier comme mesure de la ségrégation spatiale. *Colloque sur le logement social*, 1993. Disponível em: <<http://www.comby-foncier.com/segregation.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

COMBY, J.; RENARD V. *Les politiques foncières*. Paris: Que sais-je, 2006.

CORRÊA, R. *O espaço urbano*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

DAVIS, M. *Planet of Slums*. London: Verso, 2006.

ECKERT, C.; CARVALHO, A. L. R. Etnografia de e na rua: estudo de antropologia urbana. In: _____. (Orgs). *Etnografia de rua. Estudos de antropologia urbana*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.

ECKHARDT, R. R. *Geração de modelo cartográfico aplicado ao mapeamento das áreas sujeitas às inundações urbanas na cidade de Lajeado/ RS*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/13755>>. Acesso em: 5 mai. 2016.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENTREGA dos imóveis MCMV pode ficar para 2017. *Jornal A Hora*, Lajeado, 11 out. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/10/11/entrega-dos-imoveis-pode-ficar-para-2017/>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ESTUDO mostra bairros mais valiosos de Lajeado. *A Hora*; 11 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2017/05/11/estudo-mostra-bairros-mais-valiosos-de-lajeado/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FRISBY, D.; FEATHERSTONE, M. *Simmel on Culture. Selected Writings*. London: Sage, 1997.

FURTADO, C. *Gentrificação e (re)organização urbana em Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GURAN, M. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 7, n. 10, p. 77-106, jan./jun. 2011.

HALL, S. (Ed.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

HARVEY, D. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

JACOB, J. *Morte e vida de grandes cidades*. 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOPPER, M. *Arquiteturas da Esperança: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo*. 2016. 439 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA, M. A. Padrões espaciais de localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: impactos na qualidade da habitação social e satisfação dos moradores. 2016. 384 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAGNABOSCO, A. L. *A política de subsídios habitacionais e sua influência na dinâmica de investimento imobiliário e no déficit de moradias do Brasil e do Chile*. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

MARASCHIN, C.; GUIDOLIN, K. A Indústria e o Espaço Urbano e Regional: o setor vitivinícola na região de Bento Gonçalves e Garibaldi, RS. In: XV ENANPUR - Encontro Nacional da ANPUR, 2013, Recife. *Anais...*, 2013.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos metrópole*, n. 21 p.33-52. 1º Semestre 2009.

MARIN, L. *Politiques de la représentation*. Paris: Kimé, 2005.

MEDEIROS, V.; HOLANDA, F. Da colcha de retalhos ao espaço de fragmentação: a perspectiva configuracional em cidades brasileiras. In: XII ENANPUR - Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém. *Anais...*, 2007.

MINHA casa minha vida. 2017. Disponível em: <<http://www.minhavidaminhacasa.com>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

MINISTÉRIO das cidades. *Como produzir moradia bem localizada com os recursos do programa minha casa minha vida?: implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade*. Brasil: Ministério das Cidades, 2010.

MPE investiga reunião do Minha Casa, Minha Vida, em Lajeado. *O Informativo do Vale*, Lajeado, 25 set. 2016. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/politica/mpe-investiga-reuniao-do-minha-casa-minha-vida-em-lajeado,38298.jhtml>>. Acesso em: 31 abr. 2017.

NASCIMENTO, R. Comércio ganha posições no ranking das maiores empresas. *O Informativo do Vale*, Lajeado, 21 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.informativo.com.br/site/noticia/visualizar/id/20295/?Comercio-ganha-posicoes-no-ranking-das-maiores-empresas.html>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

NOVO Tempo alcança 75% de conclusão. *A Hora*, 12 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2016/02/12/novo-tempo-alcanca-75-de-conclusao/>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

OLIVEIRA, M. D. Essa terra já era nossa: um estudo histórico sobre o grupo Kaingang na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul. 2010. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.

OLSON, D. R. *O mundo no papel: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita*. São Paulo: Ática, 1997.

PANIZZI, W. M. A política urbana: idas e vindas numa nota só. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 12., 2012, Porto Alegre. **A Circulação das Ideias na Construção da Cidade: Uma Via de Mão Dupla**. Porto Alegre: PROPUR-PROPAR/UFRGS, 2012.

PAQUOT, T. *Terre urbaine. Cinq défis pour le devenir urbain de la planète*. Paris: La découverte, 2016.

PESAVENTO, S. J. et al. (Org.) *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PICCOLO, F. D. Sócio-historiografia de uma categoria: as favelas e suas representações sociais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, jul./dez. 2006, p. 128-134.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT M. *Les ghettos du gotha. Au coeur de la grande bourgeoisie*. Paris: Seuil, 2007.

POPULAÇÃO cresce e alerta para carências em bairro. *A Hora*, 27 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2017/07/27/populacao-cresce-e-alerta-para-carencias-em-bairro/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. *História dos bairros de Lajeado*. 2016. Disponível em: <<http://www.lajeado.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

PRESSER, Thais. Moradores escolhem apartamentos no Novo Tempo. *O Informativo do Vale*, 13 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.informativo.com.br/geral/moradores-escolhem-apartamentos-no-novo-tempo,39881.jhtml>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

PRÉTECEILLE, E. La ségrégation sociale a-t-elle augmenté ? La métropole parisienne entre polarisation et mixité. *Sociétés contemporaines*, v. 2, n. 62, p. 69-93, 2006. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2006-2-page-69.htm>>. Acesso em: 02 out. 2016.

RODRIGUES L.; MOREIRA, V. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? *Revista Urbe*, v. 8, n. 2, a, 2016. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/urbe/2016nahead/2175-3369-urbe-2175-3369008002AO01.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, mai. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>>. Acesso em 02 abr. 2017.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. *Boletim Paulista de Geografia*, n.54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHEIBE, A. C.; PICCININI, L. T. S.; BRAGA, A. C. Evolução urbana do município de Lajeado: um estudo configuracional. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v.3, n.2, p.7-27, maio/ago, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/130877>>. Acesso em: 19 mai. 2016.

SEGAUD, M.; BRUN, J.; DRIANT, J.C. *Dictionnaire de l'Habitat et du Logement*. Paris: Armand Colin, 2002.

SILVA, M.; TOURINHO, H. O Banco Nacional de Habitação e o Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n34/2236-9996-cm-17-34-0401.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

VALLADARES, 2005 Valladares, em *A invenção da Favela* (2005),

VILLAÇA, F. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jun. 2017.

VIOLÊNCIA assusta moradores. *A Hora*, 15 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.jornalahora.com.br/2018/02/15/violencia-assusta-moradores/>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

WACQUANT, L. *Les prisons de la misère*. [S. l.]: Raisons d'Agir, 2000.

OBRAS CONSULTADAS

BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique : contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. 5. ed. Paris: Librairie philosophique J. VRIN, [1967] 2008. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/bachelard_gaston/formation_esprit_scientifique/formation_esprit.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

BECKER, H. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU P. (Dir.) *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DEBIAGI, M. *Distribuição dos equipamentos sociais urbanos*. 1978. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1978.

GANS, H. J. *The urban villagers: group and class in the life of italian-Americans*. New York: The Free Press, 1965.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOGGART. R. *The uses of literacy*. Middlesex: Penguin Books, 1986.

LEEDS, A.; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio: Zahar, 1978.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. *Metodologia Científica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, G. de A.; THEOPHILO, C. R. *Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

PANIZZI, W. *A estrutura metropolitana. Seu apoio institucional*. 1977. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1977.

PAQUOT, T. Qu'est-ce qu'un territoire? *Vie sociale*, n. 2, p. 23-32, 2011.

PARK R. E.; BURGESS E. W. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

PETONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. *Antropolítica*, n. 25, sem. 2, p. 99-111, 2008.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares. A colonização da terra na era da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. 2014.

SAVARESSE, E. *Méthodes des sciences sociales*. Paris: Ellipses, 2006.

SOARES DE ALMEIDA, M. *Políticas públicas da habitação e do transporte. O caso da região metropolitana de Porto Alegre*. 1989. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

THOMPSON, E. P. *Costumbres en común*. Barcelona: Mondadori, 1995.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. De onde você veio? Onde você costumava morar?
2. Em que tipo de moradia?
3. Quantos integrantes têm na família? O que fazem?
4. Onde trabalham? É perto de onde vocês moram?
5. Como vocês vão trabalhar? Usam o transporte público?
6. Vai mudar a rotina familiar para ir ao trabalho?
7. Onde fica a escola das crianças?
8. De que você sente falta?
9. Está satisfeito com a nova moradia? Por quê?
10. Gosta da localização? Tem tudo o que precisa por perto?
11. Você já está familiarizado com o bairro? Já tem conhecidos?
12. O que vocês fazem durante os finais de semana?
13. Você já teve casa própria? O fato de ser proprietário vai mudar alguma coisa para você?
14. Você se vê morando aqui para sempre?

ANEXO A – ARTIGO DO JORNAL A HORA, DE 27/07/2017

LAJEADO

Publicada em 27/07/2017

População cresce e alerta para carências em bairro**Desafio é garantir serviços básicos aos moradores**

Mudança de 288 famílias aos apartamentos impacta nos serviços básicos, diz governo

Previsto para ser inaugurado em agosto, o Novo Tempo I é motivo de preocupação para os moradores do bairro Santo Antônio. A falta de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde, educação e transporte pode se agravar com o crescimento no número de moradores. Além de suportar os quase quatro mil habitantes, os serviços locais terão pelo menos 260 pessoas a mais. Elas são habitantes de outros bairros, e correspondem a 30% dos 850 moradores do novo condomínio. Uma delas é Lidiane Idalêncio, 37. Residente do bairro Hidráulica, ela vê a mudança como sinônimo de renovação. Recém-separada, acredita que a moradia própria lhe oportunizará o foco nos estudos e mais qualidade de vida aos dois filhos. Porém, sabe que, para além das grades do condomínio, as garantias de bem-estar não são muitas. Aflige-se com a violência e desassistência dos serviços públicos.

Quem já está lá, morando no Novo Tempo II, se deparou com problemas diferentes. Nenhum deles relacionado ao atendimento em saúde. Parte dos 500 moradores do condomínio de 160 apartamentos tem se dirigido à Unidade Básica de Saúde (UBS) do Santo Antônio e garante receber um bom atendimento. Antes residente no bairro Jardim Cedro, Elisane Hofstaetter, 32, elogia o trabalho no local. Ontem à tarde, levou o filho ao dentista e ficou satisfeita com agilidade e cuidado dos profissionais. Mas teme a qualidade do serviço daqui em diante.

A mesma dúvida afeta Marcelle Circe Gonçalves, 32. Além disso, o que preocupa a dona de casa é a educação. Antiga moradora do bairro Conservas, ela já levava a filha Mirela Giovana, 4, à Slan, onde a menina fica durante a manhã.

Porém outras amigas não teriam conseguido vagas para os filhos, nem mesmo na escola do bairro vizinho. "Disseram que vão construir um posto e uma creche, mas ninguém sabe quando. Pedimos também um projeto cultural, para o turno inverso, mas até agora nada", reclama. A isso, se somam os problemas de convivência.

Solução no papel

A situação é confirmada pela Sthas. De acordo com a assistente social, Bárbara Weber, mensalmente são feitas reuniões intersetoriais, com a Educação e Saúde, para resolver as demandas emergentes, como vagas em escola e creches. Algumas soluções já foram traçadas, mas até agora nenhuma medida saiu do papel.

Por enquanto, os estudantes estariam sendo direcionados para escolas da macroárea, como dos bairros Morro 25, Nações e Jardim do Cedro, o que se estenderia aos novos habitantes. Em relação à saúde, planeja-se a criação de uma nova Estratégia de Saúde da Família (ESF), mas, a princípio, os moradores do Novo Tempo I devem ser atendidos no posto de saúde do bairro São Cristóvão, distante sete quilômetros. Áreas de lazer também seriam uma demanda, assim como transporte público. Nenhuma linha de ônibus foi criada para atender moradores do condomínio. Conforme informações da empresa Ereno Dörr, há tratativas, mas o serviço dependeria da melhoria nas ruas próximas ao condomínio, e instalação de retornos. A reportagem entrou em contato com representantes das secretarias da Saúde e Educação, mas não obteve retorno.

Preparação

Para o dia 2 de agosto, está marcada a primeira reunião de condomínio dos moradores do Novo Tempo I. O encontro será coordenado pela administradora de condomínios Alfa City. Na terça-feira passada, os moradores também se encontraram para conhecer o Manual do



Marcelle Gonçalves (e) teme pela educação da filha Mirela Giovana (c). Ela aguarda uma vaga em creche mais próxima

12/10/2017



Lidiane aguarda as chaves para se mudar com os dois filhos

População cresce e alerta para carências em bairro - Jornal A Hora

Proprietário. Segundo Bárbara, apenas 30 famílias não tiveram representantes na ocasião. O acompanhamento pela Sthas continuará sendo feito pelos próximos seis meses. Enquanto a ALM fará a vigilância do local durante os primeiros 60 dias.

Obra quase pronta

Ontem à tarde, cerca de cinco funcionários da ALM faziam os últimos reparos no novo condomínio, que tem 18 blocos, com 16 apartamentos cada. Todos têm estrutura igual, com dois quartos, banheiro, sala e cozinha, divididos em 56 metros quadrados. A área total é de 19,58 mil metros quadrados, com salão de festas e duas praças. O custo do empreendimento é de R\$ 17,2 milhões, financiado pelo Minha Casa, Minha Vida. Para a maioria dos moradores, representará uma despesa mensal de R\$ 20 a R\$ 50 por até dez anos, referente a 5% da renda familiar.

ANEXO B – LEI MUNICIPAL 8.951, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012

13/08/2017

Lei Ordinária 8951 2012 de Lajeado RS



LEI Nº 8951, de 08 de novembro de 2012.

REDEFINE AS DELIMITAÇÕES ENTRE OS BAIRROS JARDIM DO CEDRO E SANTO ANTÔNIO.

CARMEN REGINA PEREIRA CARDOSO, Prefeita Municipal de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam redefinidas as delimitações dos perímetros dos Bairros Jardim do Cedro e Santo Antônio, conforme descrições abaixo:

BAIRRO JARDIM DO CEDRO:

Ponto inicial: Ponte da Rodovia RS-130 sobre o Arroio Saraquá.

Descrição: Do ponto inicial, segue pelo Arroio Saraquá, águas abaixo, até encontrar a projeção da Rua Leopoldo Schonhorst; segue pela referida projeção até a Rua Leopoldo Schonhorst; segue por esta até a Av. Maria Helena Barzotto; segue por esta até a Av. João Avelino Maria; segue por esta até a Rua Manoel Claudino Vicente; segue por esta e após por sua projeção até a divisa da propriedade de Theobaldo Eckhardt e da Escola Profissionalizante Trezentos de Gideon; segue pela referida divisa até encontrar a divisa sul das terras de Nelson Eckert; segue pela divisa sul das terras de Nelson Eckert, em direção leste-oeste, até encontrar a Rodovia RS-130; segue pela Rodovia RS - 130 até a ponte sobre o Arroio Saraquá, ponto inicial e final da descrição.

BAIRRO SANTO ANTÔNIO:

Ponto inicial: Entroncamento da Av. Beira Rio com a Rua Bernardino Pinto.

Descrição: Do ponto inicial segue pela Rua Bernardino Pinto até o eixo da Rodovia RS-130; segue pelo eixo da Rodovia RS-130 até a divisa sul das terras de Nelson Eckert; segue por esta divisa até encontrar a divisa da propriedade de Theobaldo Eckhardt (exclusive) e da Escola Profissionalizante Trezentos de Gideon (inclusive); segue pela referida divisa até o Rio Taquari; deste ponto segue pelo Rio Taquari, águas abaixo, até a projeção da Rua Bernardino Pinto; deste ponto segue em linha reta, na direção oeste, até encontrar o entroncamento da Av. Beira Rio com a Rua Bernardino Pinto, ponto inicial e final da descrição.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 08 de novembro de 2012.

Carmen Regina Pereira Cardoso,

ANEXO C – ARTIGO DO JORNAL A HORA, DE 20 DE JANEIRO DE 2018

NOVO TEMPO DE LAJEADO

DO SONHO À FRUSTRAÇÃO

Em 5 meses, problemas se acumulam. Condomínio chega a absurdos R\$ 800

THIAGO MAURIQUE

Moradores relatam cobrança abusiva nas contas de água e luz, uso de drogas e insegurança

Inaugurado em setembro de 2017, o Novo Tempo I surgiu para dar esperança de moradia digna à população carente. Passados menos de seis meses, moradores reclamam de descaso por parte do poder público, relatam cobranças abusivas de condomínio, além da livre circulação de pessoas ligadas ao tráfico de drogas.



Páginas 6 a 8 **Problemas vão desde confusões de convívio até cobranças abusivas. E ninguém assume a responsabilidade**

famílias do complexo popular aberto faz cinco meses. Especialista critica modelo habitacional e sugere blocos menos populosos

E o pior, ninguém assume a responsabilidade

THIAGO MAURIQUE

VALE DO TAQUARI

O sonho de proporcionar uma vida melhor para os quatro filhos motivou Glauciana Rodrigues Xavier, 33, a se inscrever para uma das moradias do Residencial Novo Tempo I. Morando de aluguel no bairro Moinhos D'Água, em Lajeado, acreditava que a mudança aliviará os gastos mensais, ao mesmo tempo em que garantiria a aquisição do imóvel.

Nos meses que antecederam a mudança, Glauciana participou das reuniões obrigatórias para os participantes do programa, que ajudavam a alimentar a esperança de dias melhores. As promessas eram de um condomínio com segurança e acesso fácil aos serviços de saúde, educação e assistência social.

Ao chegar ao residencial, tudo parecia estar dentro das expectativas. Dias depois, começaram os problemas. Vazamentos no apartamento resultaram em duas reformas no banheiro. Nos últimos meses, as contas de água e luz alcançaram valores exorbitantes.

"Foi R\$ 200 de água e R\$ 275 de luz, sendo que não tenho aparelhos eletrônicos em casa, mantenho o chuveiro no verão e economizo em tudo", relata. Além disso, a preocupação com a segurança passou a fazer parte da rotina da família.

Segundo ela, os quartos se tornaram ponto de uso de drogas e é comum encontrar camisinhas no chão da pracinha que deveria ser para crianças. Também diz ser frequente a entrada da polícia devido a ocorrências de brigas, furtos e outros crimes. "Não saio mais de dentro de casa."

Glauciana diz ter pensado em abandonar o imóvel, mas não tem condições para uma nova mudança. Reclama que a empresa Alfa City, vencedora da licitação para administrar o condomínio, organizou um número infimo de reuniões, sempre encerradas

antes de os moradores conseguirem relatar os problemas.

No caso da cobrança de água, diz se sentir em um jogo de empurra. "A Corsan diz que a responsabilidade é da Alfa City e a administradora afirma que vai resolver com a Caixa. Enquanto isso, estamos pagando por algo que não podemos usufruir."

Síndica do condomínio, Ana Paula Fores dos Santos, 34, assumiu o cargo faz dois meses. A responsável anterior não apenas saiu da função como abandonou a moradia, alega. "Minha vida mudou completamente. Tive que parar de trabalhar para poder me

“ Vimos para cá pensando em melhorar de vida, mas piorou. **”**

Maria Helena Viana
Moradora do Novo Tempo I



dedicar aos problemas daqui.” Segundo ela, os excessos na cobrança de luz e água são os principais problemas. Conter os custos é de buscar os direitos pela via pacífica. “Tem morador que a conta apertou umas quantidades que dá pra encher duas piscinas. Isso está errado.” A síndica diz ainda que o condomínio não está recebendo visitas de agentes de saúde e assistentes sociais. Relata o caso de uma idosa que estava muito doente e precisava ser cuidada pelos próprios moradores porque o Samu não prestou atendimento quando chamado.

“São várias coisas que acabam deixando as pessoas indignadas”, aponta. Segundo ela, os moradores se propuseram a contratar uma empresa de segurança privada, mas a empresa que administra disse não ser possível, pois o condomínio ainda não tem CNPJ. “Eles também dizem que não temos diábolos pagos R\$ 33 todos os meses. Para onde vai?”, questiona. Conforme Ana Paula, os problemas recorrentes fizeram com que pelo menos três famílias abandonassem as moradias nos últimos dias.

Cobranças abusivas

A dona de casa Maíara Simões Duarte, 22, está faz menos de dois meses no Novo Tempo I. Após sair de uma casa alugada no bairro Montanha, teve uma boa primeira impressão da moradia do programa Minha Casa Minha Vida.

“Tudo estava indo bem até chegar a primeira conta de água”, lembra. A cobrança foi de R\$ 531,66, totalizando R\$ 583 com as demais taxas do condomínio. Segundo ela, o valor é maior do que o total gasto por mês com toda as despesas da moradia anterior, incluindo o aluguel.

A aposentada Maria Helena Viana, 65, também levou um susto com as contas de água e luz dos últimos dois meses. Segundo ela, foram mais de R\$ 200 em cada uma das cobranças, um valor inacreditável para quem se acostumou com hábitos para economizar os recursos.

“Quando tomo banho, coloco a banheira das crianças embaixo para coletar a água, que depois uso para a limpeza da casa”, ressalta. Sem aparelhos eletrônicos em casa, Maria Helena tem uma geladeira pequena e uma máquina de lavar roupa que usa uma vez a cada 15 dias. Também investiu em lâmpadas de LED justamente pensando na economia.

“Não faz sentido. Viemos para cá pensando em melhorar de vida, mas piorou”, sentença. A vigilante Lidiane Ida Lense, 35, está desde outubro no Novo Tempo I. Segundo ela, no primeiro mês, a conta de água veio dentro do esperado pela família, em torno de R\$ 30. Em dezembro, a cobrança chegou a R\$ 170.

A diarista Adreia Monteiro, 46, viu a conta de água dobrar de R\$ 35 para R\$ 70 devido a um vazamento no apartamento. Dois meses após o fim do problema, a cobrança disparou para R\$ 140 sem motivo aparente.

Segundo ela, em reunião com a Alfa City, os moradores foram alertados de que o não pagamento de três faturas do condomínio, onde também ocorre a cobrança da água, resultaria na devolução do imóvel. “A minha prestação com a Caixa está em dia. Se não pude pagar as últimas contas, é porque veio essa exorbitância.”



Condomínio localizado no bairro Santo Antônio tem 288 apartamentos



Boleto de R\$ 583 assustou Maíara Duarte. Ela busca entender o valor

Drogas inseguras

Depois que para o Residência Camila dos com o médico é tanta que o médico de 12 anos usando drogas. Segundo a relação de pagamento do condomínio não condiz com o valor informado. De acordo com o tráfico de apartamentos, moradores para a Caixa da Caixa Minha Casa Minha Vida. Ressalta a titular

“Somos todos de baixa renda e precisamos estar unidos”
João Luiz da Rosa